



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

IANARA SILVA EVANGELISTA

“CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM”:
rotas críticas de mulheres que romperam o ciclo de violência

TERESINA (PI)

2018

IANARA SILVA EVANGELISTA

“CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM”:
rotas críticas de mulheres que romperam o ciclo de violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Nível de Mestrado, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

TERESINA (PI)

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

E92v Evangelista, Ianara Silva.
“Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”: rotas críticas de mulheres que romperam o ciclo de violência / Ianara Silva Evangelista. – 2018.
197 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) –
Universidade Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

1. Gênero. 2. Violência (Mulheres). 3. Políticas de Enfrentamento. 4. Rota Crítica. I. Título.

CDD 362.88



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **IANARA SILVA EVANGELISTA**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

No vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezoito, às 15:00, na Sala de Vídeo I no Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL reuniram-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **IANARA SILVA EVANGELISTA**, sob o título: "**CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM**": **ROTAS CRÍTICAS DE MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DE VIOLÊNCIA**. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Mary Alves Mendes (presidente e orientadora)**, **Elisiane Gomes Bonfim (examinadora externa)** e **Rita de Cássia Cronemberger Sobral (examinadora interna)**. Iniciando os trabalhos o/a presidente **Prof^ª. Dr^ª. Mary Alves Mendes** informou aos presentes, à candidata ao título de mestre e aos membros da banca examinadora, o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pelo/a candidato/a, até (30) trinta minutos para cada arguidor/a e o mesmo tempo para resposta do/a candidato/a. Em seguida, o/a candidato/a foi convidado/a a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição, o/a presidente passou a palavra aos demais membros da banca para arguições. Na sequência, e após as respectivas respostas do/a candidato/a, o/a presidente da banca examinadora solicitou a retirada temporária do/as presentes para, em secreto, a banca deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem, a **Prof^ª. Dr^ª. Mary Alves Mendes**, presidente da mesa e orientadora da aluna, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de aprovada. Após congratulações com o/a candidato/a e agradecimentos pela presença de todos/as, a sessão foi encerrada às ___ : horas ___ minutos. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 27 de abril de 2018.

Prof^ª. Dr^ª. Mary Alves Mendes (PPGS - UFPI)
(Presidente)

Prof^ª. Dr^ª. Elisiane Gomes Bonfim (DP – ENFERMAGEM - UFPI)
(Examinadora Externa)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral (PPGS - UFPI)
(Examinadora Interna)

A todas às pessoas que sonham e lutam por uma vida sem violência.

AGRADECIMENTOS

Esta é a parte mais deliciosa e que, ao mesmo tempo, me deixa inquieta (risos!). O ato de lembrar e esquecer estão lado a lado, por isso, dou início me justificando, para não causar descontentamento. Com isso, quero agradecer a cada pessoa que foi entrelaçando os caminhos com os meus, durante a construção desta investigação. De já, peço desculpas se, por acaso, eu tenha esquecido de fazer um agradecimento nominal. Entretanto, neste momento, eu sou só agradecimentos e alegria. Muita gratidão por tudo o que vivi. Muita gratidão por todas as pessoas que fizeram parte dessa construção (que permanece sendo construída diariamente), de maneira bem especial, a todas as **mulheres que abriram suas “portas” e seus corações** para relatarem detalhes de suas vidas, momentos carregados de muitas dores, anseios, esperanças.

Agradeço **às Deusas e os Deuses** do meu coração e da minha compreensão, bem como, a todos os espíritos de luz que me acompanham, me guiam, me orientam nesta vida. Assim, quero agradecer, especialmente, à Preta Velha **Mãe Maria Conga** por todo o seu cuidado, pelos conselhos, pelas orientações, pelo acolhimento em todos os momentos (os mais prazerosos, mas também os mais difíceis) desta caminhada, que foi o Mestrado. Sinto sua presença ao meu lado desde o início, considerando a seleção em 2015.

Agradeço à minha Família. Minha Mãe, **Maria das Graças Evangelista** (carinhosamente conhecida como “Nina” ou “Graça”), minha Boneca, por não aceitar a sina do machismo e pautar a minha (e das minhas irmãs) formação em torno do empoderamento feminino, na autonomia econômica, social e política, assim, agradeço docemente por todo amor, carinho, ternura, bem-querer, dedicação, empenho para que pudéssemos ser quem quiséssemos. Meu Pai, **Cristóvão Evangelista**, por ser meu exemplo de Pai que ama e cuida carinhosamente de suas filhas. Minhas Irmãs, **Iara Evangelista**, por essa mulher cheia de força, coragem e que luta diariamente pelos seus sonhos e, **Mayara Evangelista**, por ser essa mulher maravilhosa, talentosa, incrível e que está sempre disposta a ajudar, uma vez Diva sempre Diva! Minha Avó, **Alzira Maria** (*in memoriam*), nossa “Vozinha”, que sempre será meu exemplo de fé, devoção, força, coragem, dedicação e que, infelizmente, partiu durante a construção desta pesquisa. Me recordo que a Vozinha sempre me perguntava quando meus estudos iriam acabar e eu sempre dizia que “faltava era

coisa, rs.”. São recordações que enchem meu coração de alegria e, principalmente, de muita saudade, pois tudo nos faz recordar de sua presença entre nós, desde os cômodos da casa até as lindas plantinhas e flores no quintal, que a Mãe cuida com muito zelo e amor. Meu Avô, **Feliciano Francisco** (*in memoriam*), que eu e minhas irmãs chamávamos carinhosamente de “Papai Filiço” (ensinado por nossa Avó) e que sempre será meu exemplo de homem leal e companheiro. É lamentável que os dois não se encontram conosco em matéria, mas sempre estarão presentes em espírito, nas boas e alegres recordações, pois acredito que vibram e torcem por todas as nossas conquistas.

Agradeço ao “Pretinho do meu Coração”, **Danilo Mendes**, pelo amor, carinho, respeito, companheirismo, cuidado, atenção, doçura, apoio motivacional, pela presença constante em todos os momentos e, sobretudo, pela compreensão durante os momentos que precisei está ausente em decorrência dos compromissos com o Mestrado. Tudo ficou mais leve ao seu lado. Logo, as pessoas sempre perguntam há quanto tempo estamos juntos e eu sempre digo: “Já era amor, antes de ser!” (risos!). Amo-te!

Agradeço a corrente mediúnica da **Senzala de Mãe Maria Conga e Pai Joaquim** e toda a sua Encanteria (**Mãe Maria Conga, Pai Joaquim, Dona Maria Padilha, Seu Zé Pilintra, Gira Menina, Ciganinha, Dona Tereza Légua, Seu Tranca Rua**), por meio da Mãe de Santo **Gardene** (de Carvalho) de Oxóssi e suas/seus filhas/filhos de santo: **Sonayra, Lucas, Fabiana, Pedro, Lenilda e Bruna**. E, assim quero estender meus agradecimentos à sua família: Nenzin, Gabriele, Nãna Joane e Júlia.

Agradeço à minha estimada Educadora e Orientadora, **Profª Drª Mary Alves Mendes** por me orientar neste caminhar de idas e vindas, de altos e baixos, risos e lágrimas. Obrigada por segurar minha mão, me orientar e me guiar pelos caminhos do conhecimento científico. Obrigada por me apoiar nos momentos mais difíceis, durante o período do Mestrado (e olha que foram muitos, risos!). Obrigada por me permitir aprender com você, pois você sempre será minha referência de compromisso, competência, olhar crítico, solidariedade e afeto.

Agradeço profundamente à **Profª Drª Francineide Pires Pereira**, minha Querida Fran, que me ensinou (e ensina) a importância de lutar pelo o que acreditamos. Muita admiração por ti e, sobretudo, por tudo o que você me representa: uma Mulher forte, corajosa, subversiva, ativa, feminista e maravilhosa.

Desejo sempre te ter por perto. Grata pelas contribuições que aprimoraram esta investigação. Seus ensinamentos estão sendo multiplicados por nós que amamos e acreditamos no seu trabalho.

Agradeço a **Profª Drª Rita de Cássia Cronemberger Sobral** pelas valiosas contribuições e sugestões nas disciplinas cursadas, sobretudo por ter aceitado participar da minha Banca de Qualificação. Seu olhar, sua percepção e compreensão sobre o processo das rotas críticas foi muito importante durante o meu processo de análise e escrita, sendo fundamental para a concretização deste estudo.

Agradeço às **Amizades** que deixaram a caminhada mais alegre, mais leve, mais suave e, que ao mesmo tempo, sempre me encorajavam a seguir firme. À **Nayra**, minha “Irmã de Alma” que faz parte de tudo, desde a graduação, uma amiga que é integrante da minha família. Fico me recordando do período da seleção e a Nayra sempre do meu lado, me dando apoio, orientação. Eu estudando para a seleção e ela preparando o texto da qualificação (Mestrado em Antropologia). No período da minha qualificação, a Nayra preparando a dissertação final, rs. Enfim, são ciclos que findam e que se reiniciam, ao seu lado. Gratidão por te ter por perto, sempre presente, minha Irmã. Amo-te muito!

Agradeço às amigas da UFPI. **Theresa Rachel** pelas longas conversas, por vezes, na Avenida Principal do Promorar, durante nossas caminhadas, por vezes, na Biblioteca da UFPI. Oh, tempo bom! Dos muitos ensinamentos, pois a expressão “sangue no olho” sempre será carregada de boas recordações e muita coragem. **Thayana Costa**, que conheci dando uma oficina na Casa-Abrigo “Mulher Viva” e, automaticamente, fiquei encantada, depois nos reencontramos numa disciplina que cursei em caráter especial do PPGS, aí pronto! Virou amor! Me recordo de tu me ajudando no projeto durante a seleção do Mestrado. Obrigada, Thay! **Tiago Sousa Neto**, por tudo o que nos permitimos viver. Mesmo com as distâncias, sempre que nos encontramos é uma festa, rs.

Agradecer às Bonitas, **Tayná Egas**, **Raianny Silva**, **Hercília Raquel**, porque abaixo de Deus é nós (risos altos!).

Agradeço à **Thálita Porto** por me ensinar diariamente que a maternidade real é cheia de desafios, mas que é possível ser mãe, mulher, filha, feminista, dançarina, atriz, trabalhadora, mestranda e muito mais. Por que a gente pode ser o que quiser!

Agradeço à **Alba Valéria**, pelas trocas de experiências, pelos questionamentos a partir das nossas pesquisas, pelas participações em eventos e, principalmente pelos futuros planos de viajar juntas.

Agradeço às Divas da Mary, **Suzianne Santos** e **Vivian Kallen**, pelas partilhas no desenvolvimento de nossas pesquisas, dos nossos escritos em forma artigo, da participação nos eventos.

Agradeço às minhas queridas Sociólogas, **Naira Cibele** (minha querida Doula e ativista do parto natural), **Gleice Leal**, **Luciana Farias**, **Adriana Rodrigues**, **Heline Porfírio**, **Tâmara Coimbra**, que lutam e resistem para atuar na nossa área de formação.

Agradeço à **Uana Sara**, minha querida “Uaninha” ou “Pretinha”, pois muitos foram (e são) os ensinamentos, aprendizados, conselhos para a vida toda. Gratidão por te ter ao meu lado, por ser parte da minha família.

Agradeço à **Adrielly Ramonne**, minha Moninha, por tudo o que construímos. Uma amizade desde o Ensino Médio, onde dividimos os melhores momentos de nossas vidas, que nem mesmo as distâncias e as diferentes escolhas nos afastaram. O reencontro é sempre uma celebração. Assim, estendo os meus agradecimentos à sua família (que é minha também).

Agradeço à **Andréia Torres**, minha Déia, amiga querida desses tempos de Ensino Médio, que nos tornamos comadres desde que a nossa Julinha me quis para ser madrinha. Assim, agradeço também as minhas/nossas “crias”, Maria **Júlia** “minha Afilhada”, Maria **Luíza**, Maria **Gabriela** e **João** Felipe.

Agradeço à **Tatiane Seixas**, Tia Taty, por essa mulher autêntica, inteligente, forte, aguerrida e, ao mesmo tempo, cheia de sensibilidade e que por “quase nada” transborda em lágrimas, rs. Obrigada por me ensinar os sentidos e significados da nossa luta diária.

Agradeço à **Denise Mascarenha**, a minha “Dos Anjos”, uma mulher incrível, de riso lindo, com uma gargalhada envolvente, uma lindeza que só vendo, que me inspira a buscar por novos caminhos. Ao **Joaquim Lemos**, pelos momentos alegres que sempre partilhamos.

Agradeço à **Cleia Costa**, linda, maravilhosa, que sempre esteve com os braços abertos, com o colo mais gostoso do mundo. Muito amor e admiração por tu. Agradeço ao **Jonas Trindade** por todos os momentos partilhados, sobretudo pelas boas recordações de nossas viagens, dos churrascos no quintal, dos drinks de

frutas, das aventuras gastronômicas na cozinha da minha mãe. Tudo delicioso num ambiente acolhedor e alegre.

Agradeço à minha Comadre **Nivea Gomes** e ao meu Compadre **Naldo Reginaldo**, assim como, as nossas crias, **Fernanda** e **José** Herbert (meu Afilhado). Esse encontro foi literalmente amor à primeira vista, rs. Nossos santos bateram e a sintonia é sempre perfeita.

À **Legião das Vanguardas de Juventude**, meu grupo político, pelos grandes aprendizados, pela construção política: **Deolindo Moura**, **Vicente Gomes**, **Suellen Nascimento**, **Fernanda Moura**, **Marcos Carvalho** (“Bolachis”), **Rodolfo Hallen**, **Ricelli Rodrigues**, **Alex Alves**, **Marina Moura**. De forma particular, agradeço a **Venicio Moura Jr.**, meu companheiro das longas viagens pelo Nordeste, pelo mundo, das ideias mais loucas, dos planos e projetos para “dominar o mundo”, rs.

À **Rede de Jovens do Nordeste**, meu (nosso) espaço de formação política, pautado nos princípios da Educação Popular. Os fios que tecemos juntos estarão guardados nas minhas boas lembranças, assim como no coração. Muita gratidão ao Coletivo de 2012/2013. **André Ailton** (Maranhão), **Eron Narciso** (Ceará), **Joane Araújo** (Rio Grande do Norte), **Matheus Firmino** (Paraíba), **Elizangela Martins** (Pernambuco) **Wellington Wicca** (Alagoas), **Lucas Andrade** (Aracaju), **Ronald Vaz** (Bahia) e ampliando esta rede, agradeço também às amigadas que foram sendo tecidas nesse longo e delicioso tecer: **Aline Guerra** (minha Querida Amiga Seridoense), **Leidiane Souza**, **José Nilson**, **Priscila Estevão**, **Hélio Barbosa**, **Josilene Oliveira**, **Kleitinho Albuquerque**, **Luizete Vicente**, **Rúbia Nascimento**.

À **Escola de Formação Quilombo dos Palmares**, minha querida Escola de Formação e de muita aprendizagem e afetos. Se sou Educadora Popular hoje, é por que a EQUIP me ajudou e muito nesta construção. Minhas/Meus Educadoras/Educadores: **Raimundo Cajá**, **Graça Elenice**, **Alcineide Nascimento** e **Paulo Afonso**.

De um jeito bem carinhoso, quero agradecer à minha Querida Amiga e Educadora Feminista, **Alcineide Nascimento** que sempre segurou minha mão e me orientou pelos caminhos dos saberes, em especial, no meu processo formativo enquanto Educadora Popular e Feminista. Você é minha referência e te guardo com muito amor, afeto, ternura, carinho e saudade. “É o quê, Mainha!”. Amo-te bem muito!

Agradecer à **5ª Turma do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPI)**: Carol Barbosa, Edna Amaral, José Airton Leitão (*in memoriam*), José Maria da Cunha, Karolina Pessoa, Kennedy Ribeiro, Luisa Nayra Gomes, Magno Castro, Marina Sousa, Samira Ramalho, de forma distinta, quero agradecer pelo carinho, apoio mútuo de todas as horas, a **Aldo Ribeiro, Lilia Barbosa, Macilane Batista e Milane Batista**. E com um tiquinho a mais de *gloss*, purpurina e doçura, tenho muita gratidão ao meu Querido Amigo **Weriquis Sales** pela companhia, pelo cuidado e pelas partilhas em vários dias na sala do Engendre, na sua casa, na minha casa. Ah, e do bolo de sal com café com leite, do bolo de chocolate com cobertura de chocolate nas tardes mais alegres e, também, as mais angustiantes que vivemos, rs. Amo-te!

Agradecer à **Coordenação do PPGS**, em nome da Coordenadora Profª Drª Dione Moraes, onde estendo os agradecimentos aos funcionários do PPGS, **Érico Jorge Valadares de Araújo** e **Antônio Andreson de Oliveira Silva**, por sempre estarem prontos para ajudar, orientar, encaminhar, resolver tudo. Vocês são lindos, maravilhosos, atenciosos, prestativos. Muito obrigada!

Agradecer à equipe da **Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí**, em nome da Coordenadora-Geral, **Haldaci Regina**, estendo meus agradecimentos à Adriana Ribeiro, Cicera Romana, Joelfa Viveiros, Maria da Luz Vanderlei, Maria do Carmo Fernandes. E, em especial, as “minhas meninas”: **Louise Soares, Ivone Borges** (Minha Chefa), **Lúcia Marques, Nelma Silva** e **Renayra de Sá**.

Agradeço profundamente a **Casa-Abrigo “Mulher Viva”**, em nome da Coordenadora, **Ana Cleide Nascimento**, uma mulher “escrincha” que tem muita sensibilidade para trabalhar com esse tema que é tão complexo e delicado. Muita gratidão à equipe da Casa, em especial, à Assistente Social **Melissa Lima**, pois sempre estiveram de portas e braços abertos para me ajudar. Sem a disponibilidade e a força de vocês, nada disso seria possível.

Meu profundo e sincero agradecimento às mulheres que entrevistei, pois elas se disponibilizaram a contribuir com esta pesquisa. Vocês são o meu exemplo de força, garra, perseverança, persistência e, sobretudo de resistência e empoderamento. Aprendi muito com vocês e acredito que muitas outras mulheres também vão aprender com vocês.

Agradecer aos/às profissionais da Rede de Enfrentamento e Atendimento para às Mulheres em Situação de Violência do Estado do Piauí, em especial, às mulheres. **Dra. Lia Carmo**, Defensora Pública, uma querida Amiga, a “fina flor do sertão”, profissional exemplar, que me enche de orgulho pelo seu compromisso e competência. E, ainda por cima é leonina, rs. À **Dra. Amparo Sousa Paz**, Promotora de Justiça (NUPEVID), sempre disponível, comprometida e competente. À Delegada **Anamelka Cadena**, que sempre se desafia a fazer o melhor, da melhor forma. À Delegada **Vilma Alves**, que desde o início do trabalho em rede, esteve presente fazendo os enfrentamentos em torno da violência e ajuda às mulheres em situação de violência. À Delegada **Eugênia Villa**, que sempre me inspira por sua competência notável, habilidade no tratamento de questões tão delicadas.

Agradecer às **Mulheres do (meu) Partido dos/as Trabalhadores/as**, que sempre serão minha referência de força, luta, coragem, ousadia, rebeldia: Senadora **Regina Sousa**, **Assunção Aguiar**, **Graça Silva**, **Irene Nogueira**, Josefa Lima “**Zefinha**”, **Luzia Pereira**, **Maria Izete Amorim**, Maria do Rosário **Cantídio**, **Sônia Terra**, **Zenaide Lustosa**. Cada uma, de um jeito bem particular, tem uma forte influência na construção e desenvolvimento deste trabalho. Seja na construção partidária, seja na militância. Vocês são parte da minha vida!

Agradecer as Divas “maravilindas” que conheci no Recife (e as que reencontrei), durante minha estadia, em 2014, quando trabalhei na Secretaria da Mulher do Recife: **Shirleide Moura**, **Vanja Cláudia Jota**, **Nataly Queiroz**, **Nathália Diórgenes**, **Lis Lemos**, **Sheyla Paranaguá**, **Jane Cleide Carneiro**. Na oportunidade, quero fazer um agradecimento de forma bastante singular, à minha Marida, **Camila Barros**, que dividimos por cinco meses um apartamento, sendo que, os dois primeiros meses dividimos a cama, ou melhor, um colchão no chão (risos!). Muito grata pela acolhida, pelos abraços, pela torcida, pelos estrogonofes, feijoadas e cervejas (delícia!). Ainda pelas bandas do Recife, quero fazer um agradecimento de forma bastante peculiar à **Shirleide Moura** e **Vanja Cláudia Jota**, minhas Anjas, que me acolheram (também) em sua casa, no momento que mais precisei de uma “mão amiga”, de um colo. Não temos nenhum parentesco, mas, a vida nos proporcionou construir laços de amizade que estão bem amarradinhos e que nunca vão se desfazer. Muita gratidão pela amizade, bondade, afeto, apreço, amor. Beijos no coração de vocês, minhas Amoras amadas!

Agradecer à equipe do PROGERE II, em nome do Diretor Executivo Francisco Filho “Chicão” e, em especial, a **Janaína** Barros, Ronaldo **Frazão**, **Rosymaura** Duarte e **Ethyênne** Bastos, por deixarem o ambiente mais leve e alegre.

Agradecer à **CAPES/CNPq** pelo apoio à esta pesquisa. Sem a bolsa, dificilmente eu teria produzido este trabalho com tanta dedicação.

Quero agradecer ao meu eterno Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, **meu Companheiro Lula**, que criou as condições que possibilitou para que eu ingressasse em uma Pós-Graduação na minha cidade natal, fora dos tradicionais centros de pesquisa, a partir da expansão do ensino superior, bem como a expansão das pós-graduações no Brasil. Talvez se essa política não operasse, eu não estaria aqui e nem teria a presença de todas as pessoas que fazem parte deste processo.

Por fim, preciso dizer que as lágrimas não cessam, em nenhum momento. Mas, o coração está tranquilo, sensação de “missão cumprida”. Meu profundo agradecimento, de coração. E a luta continua. Axé!

Não é amor se te machuca.
Não é amor se te controla.
Não é amor se te faz sentir medo de ser quem você é.
Não é amor se te bate.
Não é amor se te humilha.
Não é amor se te proíbe de usar as roupas que gosta.
Não é amor se duvida da sua capacidade intelectual.
Não é amor se não respeita sua vontade.
Não é amor se força sexo.
Não é amor se duvida constantemente da sua palavra.
Não é amor se não confia em você.
Não é amor se te impede de estudar e/ou trabalhar.
Não é amor se te trai.
Não é amor se te chama de burra e de louca.
Não é amor se você chora mais do que sorri.
Não é amor se agride teus filhos.
Não é amor se agride teus animais de estimação.
Não é amor se mente constantemente para você.
Não é amor se te diminui, se te compara, se te faz sentir pequena.
O nome disso é ABUSO.
E você merece AMOR. Muito amor.
Existe vida fora de um relacionamento abusivo.
Acredite em mim!

(Texto de autoria da página do Facebook
“**Ventre Feminista**”, publicado no dia 17 mar. 2017)

RESUMO

A violência doméstica e familiar é um problema social grave e complexo, fruto das relações de poder entre os sexos, atinge mulheres de todas as classes sociais, raça, etnia, idade, religião ou nível de escolaridade. O feminismo tem sido fundamental na luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, tornando esse problema visível e reconhecido como violação de direitos humanos. Nesse sentido, diversas medidas de enfrentamento e combate foram criadas provenientes de acordos, pactos, leis e conferências que o Brasil é signatário (MORAES & SORJ, 2009). O objetivo geral desse estudo é compreender o processo de ruptura do ciclo de violência doméstica e familiar vivenciado pelas mulheres, considerando seu percurso na rota crítica, com a finalidade de saber sobre os fatores impulsionadores, inibidores e estratégias de rompimento utilizadas nesse trajeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas e observações sistemáticas junto às mulheres egressas da Casa-Abrigo “Mulher Viva”. O tratamento analítico dos dados se deu por meio da Análise do Discurso Crítica (ADC). A fundamentação teórica ancorou-se na concepção de gênero como elemento constitutivo das relações sociais e relações de poder (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2004; LAURETIS, 1994; BOURDIEU, 2011; FOUCAULT, 2015); na discussão sobre violência contra mulheres, destacando seus tipos, termos correlatos e políticas públicas de enfrentamento (ALMEIDA, 2007; BRASIL, 2011a; 2011b; STREY, 2004) e sobre rota crítica (SAGOT, 2000), compreendida como um complexo emaranhado de atitudes e decisões tomadas pelas mulheres visando sair do ciclo de violência (WALKER, 1979). Os resultados encontrados mostraram que os fatores impulsionadores do rompimento perpassam situações de saturação das violências sofridas que são potencializadas pelas práticas de ingestão de bebidas alcoólicas, uso de drogas, sucessivas traições e aumento gradativo da violência dos(as) (ex)companheiros(as) contra elas e seus(suas) filhos(as). Dentre os fatores inibidores do rompimento, destacou-se o medo em relação às ameaças recebidas, esperança na mudança comportamental dos(as) (ex)companheiros(as), ineficiência institucional dos serviços de atendimento, falta de apoio familiar e/ou dos amigos(as) e dependência financeira. As mulheres rompem com o ciclo de violência quando constroem um processo interno de fortalecimento pessoal, apoiado pelas redes pessoais e institucionais, e nesse processo apresentam sinais de empoderamento.

Palavras-Chave: Gênero; Violência; Políticas de Enfrentamento; Rota Crítica.

ABSTRACT

Domestic and family violence is a serious and complex social problem, the result of power relations between the sexes, affecting women of all social classes, race, ethnicity, age, religion or level of education. Feminism has been fundamental in the struggle for equal rights between women and men, making this problem visible and recognized as a violation of human rights. In this sense, several measures of confrontation and combat were created from agreements, pacts, laws and conferences that Brazil is a signatory (MORAES & SORJ, 2009). The general objective of this study is to understand the process of rupture of the cycle of domestic and family violence experienced by women, considering their pathway on the critical route, in order to know about the driving factors, inhibitors and strategies of disruption used in this route. It is a qualitative research, with the application of semi-structured interviews and systematic observations with women who egresses from Casa-Abrigo "Mulher Viva". The analytical treatment of the data occurred through Critical Discourse Analysis (ADC). The theoretical foundation was anchored in the conception of gender as a constituent element of social relations and power relations (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2004; LAURETIS, 1994; BOURDIEU, 2011; FOUCAULT, 2015); in the discussion about violence against women, highlighting their types, correlated terms and public policies (ALMEIDA, 2007, BRAZIL, 2011a; 2011b; STREY, 2004) and critical route (SAGOT, 2000), understood as a complex entanglement of attitudes and decisions taken by women to get out of the cycle of violence (WALKER, 1979). The results showed that the factors driving the rupture saturated situations of violence suffered are through of the strengthened for drinking practices alcoholic beverages, drug use, successive betrayals and a gradual increase in the violence of the ex-companions against them and their children. Among the factors that inhibit the disruption, highlighted the fear in relation to incoming threats, hope in the behavioral change of the ex-companions, the Institutional inefficiency of customer services, lack of family support and, or friends and financial dependence. Women break the cycle of violence when they build an internal process of personal empowerment, supported by personal and institutional networks, and in this process show signs of empowerment.

Keywords: Gender; Violence; Coping Policies; Critical Route.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	66
Quadro 2 - Categorização, conceituação e detalhamento dos serviços da Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Estado do Piauí	67
Quadro 3 - Entendendo o ciclo da violência doméstica	71
Quadro 4 - Perfil das mulheres entrevistadas.....	100
Quadro 5 - O processo da rota crítica	125
Quadro 6 - Rotas críticas das mulheres entrevistadas (egressas da Casa-Abrigo “Mulher Viva”).....	126
Quadro 7 - Mapa de associação de ideias	127

LISTA DE SIGLAS

ADH-PI	Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEPM-PI	Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Piauí
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DUPM	Diretoria da Unidade de Políticas para as Mulheres
JECRIM's	Juizados Especiais Criminais
NUPEVID	Núcleo de Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar
SAMVVIS	Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual
SASC-PI	Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
Trajetórias, vivências e escolhas rumo ao objeto: “passos que vêm de longe”	20
1 (RE)CONTANDO A HISTÓRIA DAS LUTAS FEMINISTAS: DAS MULHERES ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO	27
1.1. Feminismos: entrando nas “ondas” da história da luta das mulheres	27
1.2. De “mulher” a “gênero”: a construção de uma categoria analítica sobre as relações entre os sexos	33
2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	49
2.1. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”: refletindo sobre a violência contra as mulheres.....	49
2.2. Políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres e do enfrentamento à violência de gênero	58
2.3. Rota Crítica: quebrando o ciclo da violência e buscando nova vida	69
3 DESBRAVANDO O CAMPO E ESCUTANDO AS MULHERES SOBRE O ROMPIMENTO DA VIOLÊNCIA	79
3.1. Epistemologia Feminista: situando de onde falo e escrevo.....	79
3.2. Pesquisa qualitativa na produção de sentidos dos discursos das mulheres na ruptura do ciclo de violência.....	82
3.3. Reconhecendo o campo, identificando as interlocutoras e posicionando os caminhos de escuta	84
4 SENTIDOS DOS DISCURSOS DAS MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DA VIOLÊNCIA	95
4.1. Casa Abrigo “Mulher Viva”: estrutura, funcionamento e articulação na Rede de Enfrentamento.....	95
4.2. Perfil de identificação social e síntese dos relatos de vida das mulheres	98
4.3. As múltiplas faces da violência contra as mulheres e suas reações	109
4.4. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: discursos sobre o percurso de rompimento	125
4.4.1. “A gota d’água” que faz transbordar: fatores impulsionadores para o rompimento da violência	128

4.4.2. “Pensa que a pessoa vai mudar e não muda”: fatores inibidores do rompimento da violência.....	137
4.4.3. “Se eu tivesse asa eu voava”: estratégias de convivência e resistência para o rompimento da violência.....	148
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICES	179
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	180
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	181
APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	183
APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA	184
APÊNDICE E – CARTA DE ENCAMINHAMENTO.....	185
APÊNDICE F – MENSAGEM DAS MULHERES ENTREVISTADAS PARA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	186
ANEXOS	191
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA (OFÍCIO PPGS).....	192
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA (OFÍCIO CEPM).....	193
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	194

INTRODUÇÃO

“Cadê meu celular
 Eu vou ligar pro 180
 Vou entregar teu nome
 E explicar meu endereço
 Aqui você não entra mais
 Eu digo que não te conheço
 [...] Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”
Elza Soares¹

Trajetórias, vivências e escolhas rumo ao objeto: “passos que vêm de longe²”

Inicialmente, considero relevante, me posicionar a partir de onde falo, de onde escrevo e de onde observo o mundo, pois minha escrita é marcada não só pelas questões de gênero, mas também pela raça, classe, geração, educação e, principalmente, história política. Compreendo que a pesquisadora é parte ativa no processo de pesquisa. Deste modo, comunico a meu/minha leitor/a que pretendo assumir um estilo próprio de escrita e uma postura de “narradora reflexiva”, como diz Colombo (2005, p. 287) ao afirmar que o propósito da narração reflexiva é de “participar de um universo discursivo, de fazer com que sua voz possa ser levada em consideração como ponto de partida plausível para uma reflexão dialógica sobre o social”.

Assumo a postura de ser uma pesquisadora feminista, tendo um posicionamento interessado, comprometido e político, reconhecendo que nenhuma ciência é desinteressada e neutra (HARDING, 1993; LOURO, 1997; SARDENBERG, 2002) e meu interesse se constitui no desejo de oportunizar um espaço para que as vozes das mulheres que foram historicamente silenciadas possam ser ouvidas, tal como me sinto engajada e comprometida com um projeto feminista de ciência.

¹ Trecho da música “Maria da Vila Matilde” do 34º álbum de estúdio da cantora brasileira Elza Soares intitulado “A Mulher do Fim do Mundo”. A composição é de Douglas Germano que relata ter presenciado por várias vezes, sua mãe apanhar em casa do seu pai e no outro dia o assunto era tratado como segredo. A narrativa da música se remete aos anos de 1970, quando ainda não existia a Lei Maria da Penha. (GERMANO, Douglas. Maria de Vila Matilde: Porque se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde. Intérprete: Elza Soares. In: **A mulher do fim do mundo**. São Paulo: Circus, 2015. 1 CD. Faixa 3).

² Esta expressão é inspirada na frase “nossos passos vêm de longe” usada por Jurema Werneck no artigo intitulado “Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303/281>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

Desse modo, os estudos de gênero, mais especificamente, o tema da violência doméstica contra as mulheres tem me provocado uma profunda inquietação epistemológica e metodológica, me fazendo dialogar e orientar com a perspectiva dos Estudos Feministas. Esses questionamentos têm me movido para a reflexão sobre a pesquisa feminista, tendo em vista que a minha trajetória como pesquisadora está visceralmente envolvida com minha atuação como Educadora Popular, Militante Feminista e Gestora de Políticas Públicas para as Mulheres.

Voltando um “tantinho” ao passado, para melhor situar minhas “andanças pelo mundo”, minhas vivências e, sobretudo, minhas escolhas teórico-metodológicas para a realização desta pesquisa, que é fruto de uma longa caminhada individual e coletiva, remeto ao início da minha vida acadêmica universitária. Desde a graduação em Ciências Sociais (2004 a 2008), o referido tema fez parte das minhas leituras teóricas e experiência empírica como pesquisadora e feminista, mas também como profissional, atuando na área de políticas de gênero. No trabalho final da graduação, desenvolvi uma pesquisa na disciplina Estágio Supervisionado³ sobre o atendimento às mulheres em situação de violência numa Delegacia de Teresina-PI.

A respeito das minhas experiências profissionais, entre 2011 e 2013, tive a oportunidade de desempenhar a função de Gerente de Promoção de Políticas para as Mulheres, da Diretoria da Unidade de Políticas para as Mulheres (DUPM)⁴ que era ligada à Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí (SASC-PI). No final de 2013, fui aprovada numa seleção simplificada promovida pela Secretaria da Mulher, da Prefeitura do Recife (PE), uma experiência de crescimento pessoal e profissional muito rica.

Em 2015, retorno à Teresina-PI e vou trabalhar na Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí (CEPM-PI), assumindo a função de Diretora de Articulação Interinstitucional e Ações Temáticas. No mesmo ano, concorri e fui aprovada na seleção do Programa Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPI), Nível Mestrado, cujo projeto de pesquisa tinha o objetivo de compreender como se processava a ruptura do ciclo de violência pelas mulheres, considerando que percebia tratar-se de processos de idas e vindas, mudanças e permanências, avanços e retrocessos.

³ Trabalho realizado para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais (UFPI), no ano de 2008, intitulado “Atendimento às vítimas de violência doméstica na Delegacia Especializada da zona norte de Teresina – PI” há exatamente 02 (dois) anos após a criação da Lei Maria da Penha.

⁴ Órgão extinto da estrutura governamental desde que foi criada a CEPM-PI, em 2013.

Essa multiplicidade de práticas e discursos, muitas vezes contraditórios, que incluía as próprias mulheres, os companheiros agressores, redes pessoais e redes de serviços institucionais de atendimento, parecia a mim um emaranhado um tanto confuso e ao mesmo tempo complexo. Quando, em 2015, tive a oportunidade de executar um Projeto de Intervenção⁵, onde identifiquei por meio da oralidade das participantes, os (des)caminhos fragmentados que percorriam, ou seja, a rota crítica⁶ por onde buscavam ajuda na resolutividade para a violência doméstica e familiar que viviam, resolvi me debruçar sobre essa problemática para entendê-la melhor.

Desse modo, esta pesquisa vem proporcionar a criação de um espaço para que possamos ouvir as vozes das mulheres que foram também silenciadas através da violência doméstica e que conseguiram ressignificar suas vidas, reconquistando suas identidades, reconhecendo-se como protagonistas na retomada de seus caminhos. Assim, deixam de ser aquelas de quem se fala e passam a ser aquelas que falam por si mesmas, a partir de suas trajetórias de vidas, vivências, percepções de mundo e perspectivas de futuro.

Percebo que, na maioria das vezes, quando o tema da violência contra as mulheres é abordado ficam evidentes os seus discursos como “vítimas” da violência, porém os discursos de empoderamento e rompimento com o ciclo de violência, reconstrução e ressignificação de suas vidas ainda não são frequentes. E essa questão sempre me inquietou.

Quando compartilho sobre o rompimento da violência de gênero, no que se refere aos problemas que envolvem este tema tão complexo, é com a finalidade de que seja compreendido a partir de suas sutilezas, engrenagens, ambiguidades e, sobretudo, na transformação dessas relações violentas em relações mais humanas e respeitadas, entendendo que precisamos lutar contra toda e qualquer forma de violência.

⁵ Projeto intitulado “Conversa pra Mulher’: Ciranda de direitos para mulheres atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, da Defensoria Pública do Estado do Piauí”, pré-requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas em Gênero e Raça (UFPI), que tinha como objetivo identificar quais as percepções e vivências das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que buscavam atendimento dos serviços especializados e que, naquele momento, estavam sendo atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência, da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Na oportunidade, realizamos uma oficina com o tema “Violência contra as mulheres x Violência de Gênero: e agora José? Temos a Lei Maria da Penha”.

⁶ O conceito de rota crítica de Sagot (2000) me foi apresentado durante a disciplina “Gênero e Sociologia: Histórico, Usos, Possibilidades” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPI), no ano de 2016 e a partir dela tenho me debruçado para compreender e analisar as rotas críticas vivenciadas pelas mulheres.

Saber sobre as dificuldades ou obstáculos, assim como os fatores facilitadores na trajetória feminina de rompimento da violência se faz relevante, visto que através desses pode se estar desvelando tanto a presença de práticas machistas e instituições e/ou agentes responsáveis por atendimentos (in)adequados, como também a presença de empoderamento feminino, se constituindo, respectivamente, como (re)produção das desigualdades de gênero, como produção de igualdade entre os sexos. Conhecer, principalmente, os gargalos e obstáculos no processo de rompimento da violência, se faz necessário e fundamental na aplicação de políticas públicas de enfrentamento e atendimento a violência mais eficazes.

Todavia, a problemática da violência contra as mulheres é bastante antiga, sendo silenciada ao longo da história. Muitas vezes, o tema foi tratado como se fosse algo distante, outras vezes como algo natural, inerente à condição humana, ao mesmo tempo, um assunto banalizado, considerado sem importância, pois como diz o ditado popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, porém, nos dias de hoje, busca-se uma desconstrução deste ditado e não só o estado mete a colher, através das políticas de combate a violência, como cada cidadã(o).

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres, geralmente manifestado no âmbito privado, sempre me tocou provocando reflexões em torno da complexidade de interpretar os seguintes questionamentos: Como diz que ama e bate? Como diz que ama e mata? Vem à minha memória, as denúncias do movimento feminista, na década de 70, quando ecoava o bordão “quem ama, não mata”⁷, em alusão aos crimes que aconteciam com mulheres no âmbito doméstico.

A partir da década de 80, a violência contra as mulheres passou a ser reconhecida como um grave problema social que ocorre em diversos países, de cunho universal, que atinge uma parcela significativa de mulheres, independente da classe social, raça, etnia, idade, religião, cultura ou nível de escolaridade, sendo reproduzida pelas desigualdades de gênero, isto é, por relações desiguais entre os sexos e que propiciam às mulheres uma situação de vulnerabilidade ou risco de violência.

Todavia, percebe-se que os movimentos que lutam pelo enfrentamento da violência contra as mulheres têm conseguido dar mais visibilidade a esse fenômeno,

⁷ Um caso emblemático de violência contra as mulheres, desse período, é o caso Doca Street, que assassinou Ângela Diniz, cuja defesa alegou o crime ter sido cometido em nome da legítima defesa da honra e o júri o absolveu.

ultrapassando o silêncio e o medo e, conseqüentemente, as denúncias têm aumentado, visto que as mulheres têm conseguido acessar mais informações midiáticas sobre o assunto, assim como mudanças do seu papel na família e sociedade em geral, fazendo com que cada vez mais as mulheres denunciem e rompam com o ciclo da violência. No entanto, acredita-se que o rompimento é um processo lento e que inclui elementos impulsionadores e inibidores nessa trajetória.

A discussão sobre este tema tem se ampliado e se estendido para o meio acadêmico, para a saúde, política e gestão pública. Mesmo com os entraves e problemas ainda existentes, na política de enfrentamento à violência contra as mulheres, torna-se necessário reconhecer que houveram avanços, dentre eles, que o Brasil é signatário de todos os acordos internacionais de proteção aos direitos das mulheres⁸. Nesta articulação de constituição e fortalecimento da política de enfrentamento à violência contra as mulheres foram sendo criados e ampliados os mecanismos institucionais especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, dentre eles as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, Casas-Abrigo, Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, Núcleo da Mulher nas Defensorias Públicas, Núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, Juizados Especializados ou Varas adaptadas de violência doméstica e familiar, entre outros.

Mediante o exposto, esta investigação tem como objetivo geral, compreender como se processa a ruptura do ciclo de violência doméstica e familiar vivenciado pelas mulheres, considerando suas trajetórias na rota crítica, com a finalidade de saber sobre os fatores impulsionadores e inibidores, bem como as estratégias utilizadas nesse percurso. O propósito é, pois, conhecer os fatores que impulsionam essas mulheres a buscarem por ajuda, assim como as dificuldades encontradas para levar adiante a decisão de romperem com a violência.

A referida pesquisa pretende trazer à tona experiências de mulheres que estavam inseridas na rota crítica do serviço especializado e conseguiram romper o ciclo da violência, de forma a aprofundar o debate sobre a violência contra as mulheres a partir do agenciamento e empoderamento feminino nessa trajetória,

⁸ Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Conferência de Cairo (1994); e, IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Conferência de Pequim (1995).

partindo do pressuposto de que as mulheres também detêm micropoderes nessas relações violentas de gênero, deste modo, quando enfrentam e resistem, se empoderam na busca pela ruptura do ciclo da violência, haja vista que “onde há poder, há também resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 105).

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco partes, sendo que a primeira delas é esta introdução que visa apresentar as minhas motivações, a justificativa, a problemática, a relevância e os objetivos desta pesquisa. Posteriormente, apresento quatro capítulos e por fim, as conclusões deste trabalho.

O Capítulo 1 intitulado “(Re)contando a história das lutas feministas: das mulheres às relações de gênero” está dividido em dois tópicos: no primeiro, um apanhado da história de luta das mulheres e do movimento feminista, no cenário internacional e brasileiro, a partir das três ondas; e, no segundo, uma breve discussão sobre a transição dos “estudos sobre mulher” para os “estudos sobre gênero”, conceituando gênero como elemento constitutivo das relações sociais e de poder (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2004; LAURETIS, 1994) e tomando como referência a teoria de Bourdieu (2011) e de Foucault (2015) para compreender as relações de poder entre as pessoas.

O Capítulo 2 “Violência de gênero e as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres” está dividido em três tópicos: no primeiro, uma reflexão sobre as “violências” que ocorrem dentro das relações conjugais contra as mulheres, bem como apresento conceitos e seus termos correlatos (SAFFIOTI, 2004); no segundo, uma exposição sobre a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, abordando os marcos e dispositivos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento, assim como destaco o papel importante e estratégico do movimento feminista e de mulheres acerca das proposições das políticas (ALMEIDA, 2007; BRASIL, 2011a; 2011b; GROSSI, 1998; MENEGHEL, 2009; MORAES & GOMES, 2009); e, no terceiro, o conceito de ciclo de violência, de Walker (1979) em diálogo com o conceito de rota crítica (SAGOT, 2000) e ao final abordo o conceito de empoderamento feminino (SARDENBERG, 2006) para compreendermos o processo vivenciado pelas mulheres acerca da superação da violência, quando as mulheres decidem tomar suas próprias decisões.

O Capítulo 3 “Desbravando o campo e escutando as mulheres sobre o rompimento da violência” exponho sobre o caminho metodológico vivenciado durante o período da pesquisa, uma vez que este capítulo está dividido em quatro

tópicos: o primeiro, conceituo sobre a epistemologia feminista (RAGO, 1998a), no intuito de situar que esta é uma pesquisa feminista, interessada e comprometida com o fazer científico; no segundo, apresento o método desta pesquisa que é de natureza qualitativa; no terceiro, uma exposição sobre o lócus de investigação, que é a Casa-Abrigo “Mulher Viva”, assim como, as egressas que foram abrigadas pelo serviço de abrigo; e, no quarto tópico, relato todo o passo a passo da pesquisa em campo, bem como, a conceituação e justificativa de cada técnica que foi utilizada, finalizando com o tratamento analítico por meio da análise do discurso crítica (FAIRCLOUGH, 2001a).

O Capítulo 4 “Sentidos dos discursos das mulheres que romperam o ciclo da violência” discorro sobre os resultados da pesquisa de campo que estão divididos em quatro tópicos: no primeiro tópico, apresento breves descrições sobre a Casa Abrigo “Mulher Viva” a partir das visitas; no segundo tópico, o perfil das mulheres entrevistadas; no terceiro, descrevo as diversas formas de violências sofridas pelas mulheres, bem como suas reações; no quarto, pontuo sobre os processos vivenciados nas rotas críticas, visto que está subdividido em três subtópicos: o primeiro, os fatores impulsionadores para o rompimento da violência; o segundo, os fatores inibidores do rompimento da violência; e, no terceiro, as estratégias de convivência e rompimento da violência.

Ao final deste trabalho, apresento algumas conclusões, assim como algumas sugestões, recomendações para se pensar caminhos acerca da ruptura do ciclo de violência.

1 (RE)CONTANDO A HISTÓRIA DAS LUTAS FEMINISTAS: DAS MULHERES ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO

*Por que a ciência nos é inútil?
Porque somos excluídas dos encargos públicos.
E por que somos excluídas dos cargos públicos?
Porque não temos ciência.*

Nísia Floresta

Nesse capítulo exponho a história de luta das mulheres e do movimento feminista, a partir das três ondas, apresentando uma breve discussão sobre a transição da categoria analítica “mulher” para a categoria “gênero”, a fim de compreender como são construídas as relações entre os sexos e entender como se processam as relações de gênero no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres, como também as suas lutas e desafios cotidianos para romper com essa situação.

1.1. Feminismos: entrando nas “ondas” da história da luta das mulheres

Intitulo “feminismos” por compreender que o movimento feminista é um movimento plural, ou seja, existem diversas correntes teóricas, abordagens, debates, estratégias de luta, “cada uma a seu modo procura compreender porque e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade” (BANDEIRA, 2008, p. 210), cada corrente apresenta olhares sobre as opressões, bem como, diferentes formas de como fazer o enfrentamento, combinando “a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina” (MIGUEL, 2014, p. 17).

Neste sentido, a história das mulheres é caracterizada por avanços, recuos, rupturas, transgressões, contradições, persistências, ousadia e muita força. Falar sobre esta história não é uma tarefa simples, pelo contrário, é algo desafiador, sobretudo, na comunidade acadêmica onde as mulheres tiveram suas histórias apagadas⁹, eliminadas dos registros (ARANGO, 2005). A invisibilidade e o silêncio são elementos presentes na trajetória das mulheres, pois eram pouco vistas no espaço público, estavam confinadas ao âmbito doméstico, à família, assim muito

⁹ Ver ARANGO (2005) para aprofundar sobre a invisibilidade das mulheres na história da produção do conhecimento científico, a partir das relações de poder e dos interesses materiais e simbólicos que atravessam esta discussão.

pouco são os “sinais” deixados pelas mulheres, tanto escritos quanto materiais, “porque são pouco vistas, pouco se fala delas” (PERROT, 2007, p. 17), uma vez que o acesso das mulheres à escrita foi muito tardio.

O século XVIII é um período de grandes mudanças políticas, sociais e econômicas na Europa, sobretudo, com relação à definição dos papéis sexuais. Um marco na historiografia feminina remete à Revolução Francesa, final do século XIX, por meio da luta por igualdade de direitos e deveres, deixando “marcas fundamentais na história das mulheres, tanto por seu significado geral na trajetória das lutas pela cidadania quanto por ter sido um período de questionamento das próprias relações entre os sexos” (PINSKY; PINSKY, 2012, p. 269). Desde as primeiras manifestações, no século XIX, o movimento desafiou a ordem conservadora que excluía as mulheres do âmbito público, ou seja, “dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação” (PINTO, 2003, p. 09).

A história do feminismo é bastante peculiar, muitos são os conceitos para defini-lo, porém, opto pela utilização de uma definição mais ampla, visto “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (DUARTE, 2003, p. 152).

Desse modo, para (re)contar esta história de forma objetiva, opto por fazer um recorte temporal delimitado a partir de três momentos históricos, denominado de “ondas”, considerando tratar-se de um movimento complexo de divergências e convergências. Entretanto, reconheço que esta demarcação de tempo, por meio da construção das ondas, ignora parte da história, pois não reconhece os avanços entre as ondas, priorizando somente os processos históricos vindo do hemisfério Norte, deixando “de lado” a história das mulheres em todo o mundo.

[...] o uso da noção de ondas implica omissões e exclusões de muitas expressões do feminismo que não se enquadram nos critérios definidos como dominantes em cada onda, conferindo, dessa maneira, uma ideia de uniformidade a um movimento que sempre teve visões dissonantes. (GOMES; SORJ, 2014, p. 436).

Assim, é importante situar que vou tecendo sobre a história de luta das mulheres a partir do Norte Global em diálogo com a história de luta das mulheres brasileiras. Esta divisão não representa que as lutas foram isoladas, muito pelo

contrário, uma onda complementa a outra, sendo que, algumas reivindicações da agenda feminista até hoje continuam em pauta.

A primeira onda teve início nos Estados Unidos e no Reino Unido, por meio das mulheres brancas e de classe média, descontentes com a sua situação de opressão e submissão. Este período é marcado pela Revolução Francesa, onde os contratualistas tratavam os direitos das mulheres com desinteresse e hostilidade, visto que a liberdade dos homens não incluía as mulheres (MIGUEL, 2014).

Em linhas gerais, a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista que era considerado um movimento liberal, o objetivo era “a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado” (NARVAZ; KOLLER, 2006a, p. 649).

Outro momento importante deste período foi a publicação do livro da filósofa Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, em 1949, onde “denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e as causas existentes na nossa cultura para que as mulheres sejam consideradas inferiores” (HEILBORN et al., 2010, p. 47), impulsionando uma nova reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades modernas, a partir da célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir buscava desvencilhar qualquer determinação vista como “natural” na conduta das mulheres.

No Brasil, a primeira onda pode ser delimitada entre a virada do século XIX para o século XX até a Segunda Guerra Mundial, que tinha como foco principal a luta das mulheres pelos direitos políticos. A história do feminismo no Brasil é marcada por volta da década de 30, onde algumas reivindicações das mulheres foram atendidas, como o direito de votar e ser votada, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho (ALVES; PITANGUY, 2003).

A segunda onda se refere ao ressurgimento dos movimentos de mulheres, dando continuidade às reivindicações de direitos da primeira onda, dentre eles, a luta pela igualdade, o fim da discriminação e das desigualdades sociais, culturais e políticas, entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente nos Estados Unidos e na França, com um perfil autônomo e radical.

As feministas americanas denunciavam a opressão masculina, lutando pela igualdade de direitos. As francesas exigiam que fossem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, “dando visibilidade, principalmente, à especificidade da

experiência feminina, geralmente negligenciada” (NARVAZ; KOLLER, 2006a, p. 649). Entretanto, as proposições feministas que enfatizavam a igualdade “são conhecidas como ‘o feminismo da igualdade’, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como ‘o feminismo da diferença’ (Ibid., p. 649).

No Brasil, a partir da década de 60, com a luta pela redemocratização, o movimento feminista reúne outras frentes de luta, além das outras reivindicações que estavam voltadas para a questão das desigualdades entre os sexos, questionando as desigualdades culturais, a maneira inferiorizada que era vista a mulher em relação ao homem (teoria esta pautada em fatores biológicos e machistas), questionando os papéis de homens e mulheres, onde ao homem era natural fazer parte do mundo externo como trabalhador e a mulher do mundo interno como responsável pela procriação (ALVES; PITANGUY, 2003).

A segunda onda “emergiu a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e falta de cidadania no interior dos regimes militares”, sendo que parte das mulheres que aderiram ao movimento vinham das organizações de esquerda, da luta contra o capitalismo e a favor da democracia, “mas a partir de um exercício crítico significativo, rejeitavam práticas hierárquicas e androcêntricas dessa esquerda, bem como a invisibilização e desconsideração da necessidade das transformações de gênero para a luta política geral” (MATOS, 2014, p. 05).

As denúncias de violências contra as mulheres foram pontos que estiveram presentes desde as primeiras manifestações do feminismo brasileiro, ainda na década de 1970. Muitas dessas denúncias relativas à violência específica contra as mulheres e praticadas por agentes do Estado não tiveram publicidade face à vigência da ditadura militar. De fato, naquela época, relatos de presas políticas assinalavam que muitas militantes, além de terem sido torturadas em seus órgãos genitais, também foram vítimas de abusos sexuais. (BARSTED, 2016, p. 26).

A questão da igualdade e da diferença deve ser estruturada em termos de paradoxo, isto é, uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo, pois não são opostos, são conceitos correlatos que estão constantemente em tensão, sendo que, “as tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações

políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 14).

Esse paradoxo entre igualdade-versus-diferença encobre a correlação dos dois termos, visto que “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 15).

As diferenças são uma forma de organização social, conforme Scott (2005), por isso, não é fácil de ser resolvida. Neste contexto, “faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais” (SCOTT, 2005, p. 29).

Um marco histórico desta onda, conhecida como Revolução Sexual, foi a descoberta da pílula anticoncepcional, em que as mulheres passariam a ter domínio sobre seus corpos por meio do controle da fertilidade, onde a maternidade não era mais destino biológico obrigatório. O ato sexual deixou de ser exclusivo para a procriação e passa a ser por prazer (DEL PRIORE, 2011).

A segunda onda, identificada a partir da década de 1960, tinha como objetivo colocar em discussão o aspecto socialmente construído das concepções do feminino e do masculino. A célebre frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, “expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. Com a categoria gênero, enfatizou-se a construção social da diferença sexual” (HEILBORN et al, 2010, p. 48), ou seja, não era uma abordagem para se pensar o poder masculino submetido às mulheres, “mas pensar como está organizada na sociedade a diferença sexual, que se baseia no binarismo, associando o poder ao polo masculino e a submissão ao polo feminino, como se inscritos na sua própria natureza” (Ibid., p.48).

Com isso, a categoria gênero vai sendo inserida aos Estudos de Mulheres e aos Estudos Feministas buscando compreender as relações entre homens e mulheres, tendo em vista, os papéis sexuais que cada um assumia na sociedade, bem como as relações de poder estabelecidas. Além das preocupações sociais e políticas, o feminismo irá enfatizar as construções teóricas, tendo em vista que, “no âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um

lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero” (LOURO, 1997, p. 15).

Haja vista as demandas pela anistia política, o movimento feminista teve um papel importante para que a violência contra as mulheres “fosse reconhecida como uma violação dos direitos humanos, tornando o fortalecimento dos sistemas de justiça criminal em defesa destas um requisito para os governos nacionais que aderiram a tal agenda de direitos” (MORAES; GOMES, 2009, p. 78). Assim, a primeira resposta do Estado a essa questão foi por meio da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, em São Paulo. Neste mesmo ano, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinado ao Ministério da Justiça.

Entre a segunda onda e a terceira onda existe uma linha tênue, tendo em vista que a terceira onda pretende desafiar ou evitar as definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda. A terceira onda se originou no meio da década de 1980, em que “a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento”, por meio das feministas francesas que “passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo”. (NARVAZ; KOLLER, 2006a, p. 649).

Um marco da terceira onda é a IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) que é considerada o auge do processo de rearticulação do movimento feminista. Com isso, a nova agenda feminista priorizou as questões relacionadas “à consolidação e à ampliação dos direitos das mulheres e à sua maior participação na esfera pública, com foco na erradicação das desigualdades econômicas, políticas e simbólicas que persistem entre os gêneros” (HEILBORN et al., 2010, p. 201).

Ressalto que o movimento feminista nunca foi homogêneo com relação às ideias e práticas, porém, tem sido unânime “na convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, na rejeição de ideias tradicionais [...] e na crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos” (PINSKY; PINSKY, 2012, p. 286), ou melhor, para todas as pessoas.

1.2. De “mulher” a “gênero”: a construção de uma categoria analítica sobre as relações entre os sexos

A princípio, torna-se necessário dizer que a categoria gênero é muito importante para compreender as interlocutoras desta investigação, que são mulheres que conseguiram romper com o ciclo de violência. Nos estudos feministas, as categorias analíticas de compreensão das relações entre os sexos, num primeiro momento, se deram através do que ficou conhecido por estudos de mulheres e, posteriormente por estudos de gênero.

Neste sentido, os estudos de mulheres foram desenvolvidos a partir do feminismo da segunda onda, sendo que “a opressão das mulheres está além de questões de classe e raça, atingindo todas as mulheres, inclusive as mulheres das classes altas e brancas” (PISCITELLI, 2009, p. 134). Pesquisadoras feministas vão inserir no interior das universidades e escolas as questões ligadas às mulheres “contaminando’ o seu fazer intelectual com a paixão política”, assim, surgem os **estudos da mulher**, que tinham como objetivo dar visibilidade àquelas que foram ocultadas da história, pois “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência”. (LOURO, 1997, p. 17, **grifo meu**)

Uma das marcas significativas dos Estudos Feministas é seu caráter político, sobretudo em relação ao modo de fazer ciência, no sentido de problematizar, subverter e transgredir questões relativas à neutralidade e distanciamento, entre pesquisador e objeto de estudo, assim como o uso de metanarrativas, pesquisas de longo alcance e marcos estruturais para defender que os sujeitos tivessem voz, priorizando seus discursos e falas. As pesquisas começaram a priorizar as histórias de vida, os registros pessoais e as pesquisadoras assumiam, com ousadia, uma escrita em primeira pessoa na busca de construir a história das mulheres (SARDENBERG, 2002).

Na década de 60, o termo “gênero” se faz presente na área da saúde, sendo introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller¹⁰, no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963, tratando do modelo da identidade de gênero. Em 1968, Stoller lança o livro *Sex and Gender*, onde ele formulou o conceito de identidade de gênero para distinguir entre natureza (sexo) e

¹⁰ No subitem intitulado “De ‘mulher’ para ‘gênero’: a construção de uma categoria analítica” irei buscar contextualizar este momento.

cultura (gênero). Ao final do séc. XX, “somos literalmente a corporificação de tecnologias da escrita. Isto é parte da implosão de gênero no sexo e na linguagem, na biologia e na sintaxe, possibilitada pela tecnociência ocidental” (HARAWAY, 2004, p. 205).

Stoller entendia que quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Porém, as maneiras de ser homem ou mulher não derivam dos órgãos genitais, mas de aprendizados que são culturais, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social. (HARAWAY, 2004).

Por volta da década de 1970, as formulações do conceito de gênero tiveram forte impacto na teoria social do pensamento feminista, visto que esse movimento social lutava para que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens. Portanto, “as feministas utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, mas uniram a essa noção a preocupação pelas situações de desigualdades vividas pelas mulheres” (PISCITELLI, 2009, p. 125).

Diante disso, a categoria gênero é formulada pelas pensadoras feministas, no que diz respeito às diferenças socialmente atribuídas ao feminino e ao masculino, cujas marcas se inscrevem, sobretudo, nos corpos. Com isso, Piscitelli (2009) versa sobre as naturalizações pautadas no sistema da “diferença sexual”, onde essas relações desiguais de poder entre homens e mulheres se tornam naturalizadas e, conseqüentemente, produzem e sustentam as desigualdades sociais, que também são naturalizadas.

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p. 119).

A categoria gênero se cruza com outras marcas identitárias (raciais, étnicas, de classe, de idade, de orientação sexual, etc.) produzindo hierarquias, ou seja, relações sociais assimétricas e desiguais em termos das relações de poder. Trata-se

de uma categoria construída em torno da necessidade de compreender a história tanto dos homens como das mulheres, isto é, a noção relacional das desigualdades produzidas entre os sexos. O termo gênero serviu para legitimar os estudos feministas no meio acadêmico, obtendo reconhecimento durante a década de 1980 e com o tempo a “história das mulheres” foi sendo substituída pela categoria “gênero” (SCOTT, 1995).

As feministas ortodoxas que resistiam para aceitar a mudança epistemológica, em curso, por alterar o objeto de estudo, ou seja, do “sujeito mulher” para “relações de gênero”, gradativamente iam questionando “o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais” (RAGO, 1998b, p. 92).

Para além da simples substituição dos termos, gênero é utilizado também “para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75) reconhecendo, assim, o gênero como uma categoria analítica relacional, utilizado para designar as construções culturais em torno das relações produzidas entre os sexos.

O ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política do sexo’”, de Gayle Rubin publicado originalmente em 1975, representa um marco nos estudos sobre o conceito de gênero. A autora traça a distinção entre sexo e gênero, defendendo existir uma economia e uma política nos sistemas de sexo/gênero disfarçado no conceito de “troca de mulheres” em todas as sociedades. Afirma que se faz necessário fazer uma análise marxiana dos sistemas de sexo/gênero, sendo que esses sistemas “não são emanações a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana” (RUBIN, 1993, p. 23).

O conceito de gênero, também é estudado entre os anos de 1960 e 1970, por Teresa de Lauretis (1994), referindo-se à diferença sexual entre mulheres e homens, feminino e masculino. Reflete inicialmente sobre o significado de gênero como uma categoria gramatical de diferentes formas: classificação do sexo e sendo classificadas de acordo não só com sexo ou com a ausência de sexo, mas também com outras características, como por exemplo, as morfológicas, conforme a autora.

[...] o termo “gênero” é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, **a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria**. Gênero é a representação de uma relação, [...] o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer [...]. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210-211, **grifo meu**).

A partir dos escritos feministas dos anos 80, a concepção de gênero toma um novo olhar, uma nova concepção, uma nova conjuntura, um “potencial epistemológico radical”, no qual Lauretis (1994) afirma que o sujeito não é único, acabado, ele é plural.

[...] um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; **um sujeito “engendrado”** não só nas suas experiências de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: **um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido** (LAURETIS, 1994, p. 208, **grifo meu**).

As concepções de masculino e feminino se complementam e ao mesmo tempo se excluem mutuamente enquanto categorias, visto que todos os seres humanos são classificados e acabam formando em cada cultura um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com princípios, valores e hierarquias sociais, segundo Lauretis (1994).

Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através de diferentes culturas [...] são entendidas como sendo sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social (LAURETIS, 1994, p. 211-212).

É preciso separar gênero da diferença sexual e começar a pensá-lo a partir de uma perspectiva teórica foucaultiana¹¹, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”, onde o gênero pode ser visto “como representação e como auto-representação, [pois] é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema,

¹¹ A perspectiva foucaultiana será discutida a partir da pág. 40.

por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1994, p. 208). A autora chama a atenção para a proposição em torno da construção do gênero, visto tanto como produto, como processo de sua representação. Assim, o sistema sexo-gênero é:

[...] tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. (LAURETIS, 1994, p. 212).

Tomando Foucault por referência a partir dos escritos de Lauretis (1994), pode-se compreender o gênero como produto e processo de diversas tecnologias sociais, produzidas nos comportamentos, nos corpos, nas relações sociais, bem como por várias práticas discursivas fundamentadas pela família, cultura popular, religião, medicina, arte, literatura, mídia, sistemas educacionais, por uma vez que se alicerçam nas instituições do Estado. A partir disso, Lauretis nos apresenta quatro proposições: 1) “gênero é (uma) representação”; 2) “a representação do gênero é a sua construção”; 3) a construção do gênero se dá em várias épocas e sociedades; 4) “a construção do gênero também se faz por meio da desconstrução” (LAURETIS, 1994, p. 209), ou seja, o gênero constrói as tecnologias discursivas de poder que vão reproduzi-lo. Em outras palavras, o gênero “está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 211), sendo que, o gênero não é propriedade dos corpos, existente a priori nas pessoas, mas é visto como um conjunto de práticas sociais produzidas nos corpos.

Ao tratar do gênero como relações sociais, Scott (1995) remete a importância de considerar os elementos: 1) “símbolos culturalmente disponíveis que evocam múltiplas representações simbólicas”, por exemplo, Eva e Maria, mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção; 2) “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos” presentes nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, cujo desafio é romper com essa ideia de rigidez, em que aparentemente nos mostra uma eterna permanência na representação binária e hierárquica de gênero; 3) à política, às

instituições e à organização social, que também devem ser incluídas nas análises de gênero, obtendo assim, uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas, também o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, pois o gênero não é somente construído através do parentesco, mas, também, pela economia e organização política; e, 4) “identidade subjetiva”, considerando que o/a pesquisador/a precisa examinar as condições pelas quais as identidades de gênero são construídas, relacionando-as com uma série de atividades, de organizações e de representações sociais.

Em outras palavras, porém, ainda tomando como referência Joan Scott (2012) ao afirmar que o “gênero é uma questão perpetuamente aberta” (p. 347), pois o significado de gênero será utilizado a partir de quem usa, em qual contexto e qual finalidade. Neste sentido, a autora nos apresenta um conceito útil para análise crítica fundamentado na luta política.

[...] gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com esses significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).

Este conceito nos orienta a repensar as relações sociais entre os sexos, sugerindo a importância de construir novas interpretações, novas políticas e, ao mesmo tempo, nos aponta para uma reflexão da ordem social, no sentido de problematizar e questionar as estruturas sociais.

Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política. (SCOTT, 2012, p. 337).

No entendimento da violência contra mulheres, o gênero tem sido usado como categoria de análise fundamental. Trata-se de uma construção social que dada cultura estabelece em relação aos sexos que nos termos de Scott (1995) trata-se de um “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também “uma forma primária de dar significado às

relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), sendo, portanto, “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Ibid., p. 89). Desse modo, utilizo o conceito de gênero enquanto uma categoria analítica compreendendo como “constituente das relações sociais e das relações de poder, geradas e estabelecidas entre os sexos, como construção social é prioritário e proeficiente na análise das relações de gênero” (MENDES, 2008, p. 58).

O gênero também pode ser compreendido como estrutura social culturalmente construída e que se manifesta em várias perspectivas da vida social, visto que “gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse ‘lidar’ para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 48). Connell e Pearse (2015) utilizam o termo regime de gênero para fazer menção à ordem de gênero estabelecida em determinados cenários, como por exemplo, numa instituição específica, ou seja, uma família, uma comunidade e um Estado constroem seus próprios regimes de gênero, a partir de um conjunto de relações sociais, uma vez que podem ser definidos como “as maneiras como as pessoas, grupos e organizações estão conectados e divididos” (Ibid., p. 155).

Neste sentido, as referidas autoras definem quatro dimensões da estrutura das relações de gênero: poder, produção, catexia e simbolismo, sendo que essas “diferentes dimensões do gênero constantemente se entrelaçam e condicionam umas às outras. Ademais, as estruturas do gênero estão entrelaçadas com outras estruturas sociais” (Ibid., p. 176). O poder é exercido através das relações sociais, por meio da autoridade, da violência, do abuso e da burocracia nas instituições, no Estado e na vida doméstica. Sendo que, “o poder dos maridos sobre as esposas e o dos pais sobre as filhas são um aspecto importante da estrutura de gênero” (Ibid., p. 160). O trabalho consiste na “divisão sexual do trabalho”, pois toda a esfera econômica, do trabalho remunerado é culturalmente definida como o espaço dos homens, enquanto a esfera doméstica, do trabalho não remunerado é definida como o espaço das mulheres, visto que, “há uma divisão mais ampla entre ‘trabalho’, o mundo do trabalho pago e da produção para os mercados, e a ‘casa’, o mundo do trabalho não remunerado” (Ibid., p. 165). A catexia pode ser entendida como as relações emocionais e íntimas entre as pessoas, incluindo a sexualidade, o

casamento, a relação entre pais e filhos, considerando a educação das crianças, bem como, a relação emocional nos locais de trabalho.

O simbolismo de gênero diz respeito aos significados estabelecidos culturalmente sobre o que é “ser mulher e “ser homem”, pois quando falamos dessas categorias “ativamos um imenso sistema de entendimentos, implicações, sobretons e alusões que se acumularam ao longo de nossa história” (Ibid., p. 172). No entanto, as “expressões simbólicas de gênero mudam ao longo do tempo, assim como as atitudes em relação à igualdade de gênero” (Ibid., p. 175).

Desse modo, pensar o gênero como estrutura social é perceber as possibilidades de mudanças, visto que as “estruturas desenvolvem tendências de crise, ou seja, contradições internas que minam os padrões correntes e forçam mudanças em estrutura em si” (Ibid., p. 179).

No entanto, a violência contra a mulher é uma das manifestações dessas relações de poder historicamente desiguais e presentes nas relações entre os sexos e que geralmente tem conduzido a “dominação da mulher pelo homem, discriminação do homem contra a mulher, provocando impedimentos contra o seu pleno desenvolvimento” (TAVARES; PEREIRA, 2007, p. 13). É um produto histórico e social (STREY, 2004). Um problema mundial ligado ao exercício de poder, privilégios e controle masculino.

A violência contra as mulheres é um fenômeno generalizado, presente e persistente na vida das mulheres, pois a sociedade tende em colocar a culpa de um ato criminoso na vítima, ou seja, as mulheres são sempre colocadas numa situação de culpadas pelas roupas que vestem, por estarem na rua num determinado horário, entre outras situações, e nada justifica a violência.

Apesar da gravidade do problema, nas diferentes regiões do planeta, a falta de compreensão sobre as desigualdades e as relações de poder que são construídas junto aos papéis associados ao gênero masculino e feminino leva à negação de direitos e diferentes níveis de tolerância social à violência, gerando, assim, ainda mais violência. (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015)¹².

Tomo como referência central, nesse estudo, a definição de gênero em Scott (1995), por entendê-la ampla em seus elementos de análise que inclui agentes e

¹² Dossiê Violência contra as Mulheres: Cultura e raízes da violência contra as mulheres cultura e raízes da violência contra as mulheres. 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

estruturas sociais e, portanto, satisfatória para compreender o objeto de estudo dessa investigação, ou seja, o processo de rompimento da violência por parte de mulheres que se encontravam em situação de violência, visto que também essa autora considera as relações de gênero substancialmente como relações de poder, remetendo a Pierre Bourdieu (1983; 2011) e Michel Foucault (1988; 2015), teóricos importantes para compreender, através de suas concepções de poder, as permanências e mudanças acerca das desigualdades entre os sexos.

Bourdieu (2011) em sua obra “A dominação masculina” discute sobre as relações desiguais de poder entre os sexos numa perspectiva mais estrutural e de ordem patriarcal, a partir de uma pesquisa etnográfica sobre a sociedade Cabila nas décadas de 50 e 60, através de conceitos como *habitus* e *violência simbólica*, para compreender a dominação masculina e o tanto que essa está associada às nossas relações, instituições, discursos e práticas sociais, geralmente reproduzidas em nível do inconsciente e, portanto, em termos de mecanismos.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2011, p. 18).

Neste sentido, o *habitus*, em Bourdieu (2007) seria o “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas, estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191). Logo, se pode dizer que o *habitus* de gênero faz parte do processo de socialização desde a infância, através de uma educação diferenciada para meninos e meninas prosseguindo também na vida adulta tais diferenças através de várias instâncias sociais.

Em outros termos, a dominação masculina é exercida também por meio da economia das trocas simbólicas, onde as mulheres são vistas como objetos. De

acordo com Bourdieu (2011), nas relações de poder entre os sexos, “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (Ibid., p. 23), isto é, a sociedade está organizada através da divisão socialmente construída entre os sexos, a partir dos “princípios de divisão da razão androcêntrica” (Ibid., p. 09), que também legitima as relações de dominação por meio do corpo e da linguagem.

Em vista disso, o autor explica que a diferença biológica entre os sexos (masculino e feminino), sobretudo, a diferença anatômica dos órgãos sexuais pode ser vista como uma possível justificativa para a naturalização da diferença entre os gêneros, em especial a divisão social do trabalho, construída socialmente devido um “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” (Ibid, p. 09).

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (BOURDIEU, 2011, p. 24).

A garantia de permanência dessa dominação se dá através de mecanismos e instituições sociais, tais como a família, a igreja e a escola, por meio da reprodução de práticas machistas e violentas para com as mulheres garantindo, assim, a ordem dos gêneros. Tendo em vista que as construções simbólicas que giram em torno das distinções entre homens e mulheres perpassam inicialmente pelo âmbito da família, por meio da visão androcêntrica, o homem tem sido visto como a "norma", o "padrão", enquanto as mulheres como apêndices dos homens ou como uma versão menos desenvolvida ou inferior, cuja suposta inferioridade é determinada também a partir do corpo feminino, visto como frágil.

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se

constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (BOURDIEU, 2011, p. 55).

Na terceira parte da obra, em discussão, Bourdieu trata das “Permanências e Mudanças” afirmando que a condição feminina na sociedade, apesar das mudanças, ainda segue obedecendo a lógica tradicional (patriarcal) das relações de poder entre os sexos.

[...] as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc.). (BOURDIEU, 2011, p. 112).

Uma ordem social sexualmente bem definida, estabelecida e estruturada firmemente, ou seja, são relações estruturais de dominação sexual, chamada de patriarcado. Esta ordem patriarcal “é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a dominação masculina internalizada por homens e mulheres” (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004, p. 18).

Para uma melhor compreensão sobre o conceito de patriarcado, apresento algumas reflexões da obra “O contrato sexual”, de Carole Pateman (1993), revelando como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres foi elaborado pelo contrato, considerando que geralmente o patriarcado é interpretado como sistema paterno.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem, e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado o contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios.

Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quando social: é sexual no sentido do patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Há quem diga que o contrato social é distinto do contrato sexual. Porém, o contrato original fala sobre liberdade e dominação, sendo um contrato entre homens, sobre as mulheres, logo, não irá se contrapor ao patriarcado. Sendo que, o patriarcado proporciona um ordenamento sexual na hierarquia da sociedade, visto que, “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas, impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Em seguida, aparece o racismo, quando certos povos dominavam os menos preparados para a guerra. Posteriormente, surge o capitalismo que se apropria da mão-de-obra das classes sociais mais pobres, onde a dominação e a exploração costumam ser realizadas por meio de trabalhos com uma maior carga horária e menor remuneração. Importante ressaltar que esses três sistemas são inseparáveis, se transformaram em um único sistema dominação-exploração, que Saffioti (1987, p. 60) chama de “patriarcado-racismo-capitalismo”.

Tomando como referência o que diz Bourdieu (1989), ao explicar porque as mulheres são dominadas, alegando que essa dominação é invisível, ou seja, é simbólica, que foi incorporada às normas sociais de gênero desde o nascimento, sendo difícil de ser percebida, reconhecida, porque não se mostra claramente. Para esse autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 07-08). Ou seja, trata-se de um poder que só pode

ser manifestado, exercido, com o envolvimento de sujeitos de forma relacional e inconsciente para ambos os lados, através de sistemas simbólicos.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2011, p. 50).

É neste universo que a violência simbólica se manifesta, reproduzindo outros tipos de violência, ou seja, quando se define que a submissão feminina corresponde a uma violência simbólica, isso ajuda a compreender como se dá as relações de dominação. Para Bourdieu, a dominação não é uma ideologia, e sim, “um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2011, p. 53-54). Entretanto, Bourdieu ignorou a dimensão material colocando o peso político sobre as mulheres, minimizando e subestimando a importância das práticas materiais opressivas nas experiências das mulheres, isto é,

sur ce qu’elles devraient faire ou ne pas faire pour éviter la continuation de la violence symbolique et non sur les hommes, qui disposent pourtant d’une bien plus grande marge de manœuvre symbolique et matérielle pour agir sur les rapports sociaux de sexe¹³ (THIERS-VIDAL, 2004, p. 02).

Michel Foucault também tratou sobre as relações de poder, chamando atenção ao fato desse não se concentrar somente nas mãos do Estado e nas suas formas de repressão, mas também entre os agentes e na sua forma produtiva, estando esse em toda parte e em todos. Na obra “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, o autor compreende o poder da seguinte forma:

Multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de Leis, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 102-103).

¹³ “sobre o que deveriam fazer ou não, para evitar a continuação da violência simbólica e não sobre os homens, que, no entanto, têm uma margem de manobra simbólica e material muito maior para atuar nas relações sociais do sexo” (Tradução minha).

A noção de poder em Foucault (1988) se articula também com outros elementos, como por exemplo, a onipresença, uma vez que o poder está em toda parte, pois ele não é localizado, nem constituído de forma fixa e absoluta, assim, o poder é exercido por todas as pessoas, não estando só numa instituição, nem numa estrutura.

1) [...] o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; **2)** que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, [...] mas lhe são imanentes; **3)** que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social; **4)** que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Se, de fato, são inteligíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente; **5)** que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (FOUCAULT, 1988, p. 104-105).

Desse modo, compreender as relações de poder é perceber também os pontos de resistência presentes como feixes, teias numa rede que “acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (FOUCAULT, 1988, p. 107).

Na obra “A Microfísica do Poder”, Foucault descreve esse conceito inovador de poder que é distinto das teorias clássicas, ou seja, não há um titular do poder, um que detém e outro que é destituído, assim como não segue uma direção única, e não necessariamente vem de cima para baixo ou de baixo para cima, logo, o poder se exerce ou se pratica, funcionando em cadeias, redes, feixes, nos termos de Foucault:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como

algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2015, p. 284)

Foucault ao conceber o exercício de poder nos termos aqui descrito, ou seja, para além da concepção histórica e tradicional de poder estrutural associado ao Estado, afirma que o poder também se exerce entre os sujeitos e que não há instituídos e destituídos de poder, este é circular, se exerce, se pratica, visto que está em todo lugar e em todas as coisas, inclusive nas pessoas, nas relações entre os sexos, por exemplo.

Assim, Foucault cria um modelo de compreensão do poder como “uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias” (FOUCAULT, 2015, p. 253).

[...] preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em microrrelações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. (FOUCAULT, 2015, p. 370-371).

Sendo assim, se o gênero aqui é compreendido como relacional, não se pode admitir que no contexto das relações de gênero, os homens possuam o poder absoluto, considerando que as mulheres detêm também parcelas de poder, embora que desiguais, todavia flexíveis e possíveis de reversão, onde “cada um lança mão de estratégias de poder, dominação e submissão” (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004, p. 20). Dessa forma, pode-se admitir possibilidades de resistências e de subversão de situações de dominação, a exemplo da violência doméstica, admitindo que mulheres em situação de violência podem reverter e sair da condição de “vítimas” empoderando-se, conscientizando-se da sua situação de inferioridade, de objeto e propriedade de outrem. Em outros termos, pode seguir uma rota crítica de libertação, autonomia e empoderamento, como se supõe tenham feito as mulheres participantes desta pesquisa que romperam com a violência. Nesse sentido, se faz

presente em suas vidas com o rompimento, a presença de um poder que Foucault chamou de positivo, produtivo, aquele que constrói e transforma estas sujeitas em senhoras de si mesmas.

Considerando as concepções teóricas apresentadas a respeito da noção de poder, tanto em Bourdieu como em Foucault, afirma-se neste lócus de conhecimento a presença de elementos importantes para se compreender as relações de poder entre os sexos, respectivamente, em sua dimensão estrutural e simbólica, como também microfísica e agencial.

Em Bourdieu, a noção estrutural da dominação masculina revela o seu enraizamento e propagação pelas principais instituições sociais que parecem perdurar, ao longo da história, através de discursos e práticas que se apresentam de forma simbólica, ou seja, sutil, imperceptível e, por isso mais facilmente naturalizada e reproduzida cotidianamente sem que se revele como tal, tanto para quem domina como para quem é dominado(a), a exemplo da violência simbólica. Em Foucault, o poder circula e se exerce em redes de dispositivos ou mecanismos, por relações de micropoderes, capilares, ou seja, pequenas formas de poder, onde os indivíduos exercem poder e sofrem a sua ação.

Ao mencionar sobre as relações de poder entre os sexos, se está a discutir, de certa forma, também sobre violência contra as mulheres (produção de desigualdades) e do seu rompimento (produção de resistências, autonomia e empoderamento), objeto desta investigação. Trata-se de uma violência presente em boa parte das sociedades, independente de classe social, escolaridade, renda, etnia/raça, idade, religião, nacionalidade, orientação sexual, geração, condição de saúde e outras especificidades. Na maioria das situações, essas violências se expressam de forma explícita, como nos casos de espancamentos e assassinatos. Entretanto, também se apresentam de forma implícita, sutil, imperceptível, simbólica, a exemplo da violência moral e psicológica que é subjetiva e mais difícil de identificar (TAVARES; PEREIRA, 2007).

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

“Há um enorme desequilíbrio de poder entre homens e mulheres – e a violência talvez seja a evidência mais cruel desse desequilíbrio.”
Nilcéa Freire¹⁴

Este Capítulo versa sobre as expressões conceituais acerca das “violências” no âmbito das relações afetivo/conjugais e seus termos correlatos, destacando os marcos legais de proposição e elaboração da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como as relações de poder contidas nessas relações de gênero, tomando como base a teoria de Bourdieu e de Foucault, passando pela concepção dos ciclos de violência a partir da concepção teórica de Leonore Walker, bem como os percursos pela rota crítica à luz de Monteserrat Sagot, finalizando com algumas reflexões acerca dos conceitos de empoderamento feminino.

2.1. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”¹⁵: refletindo sobre a violência contra as mulheres

A partir da década de 70 e 80, começa a mudar o modo como era vista a violência contra a mulher em nível internacional. Se antes era assunto privado, agora o Estado assume a responsabilidade de prevenir e intervir contra a violência do lar, processando e punindo os agressores. Alguns Estados americanos foram além publicando legislações que se referia à violência doméstica como crime, criando campanhas nacionais com o objetivo de informar, sensibilizar e envolver as pessoas no engajamento pelo fim da violência, criando delegacias da mulher para encorajar a denúncia (STREY, 2004). De acordo com Teles e Melo (2003) a violência está associada ao

[...] uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2003, p. 15)

¹⁴ Ex-ministra de Políticas para as Mulheres e atual representante da Fundação Ford no Brasil.

¹⁵ Este título foi inspirado num artigo de Heleieth Saffioti (1999), “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”.

De acordo com as autoras, a violência contra as mulheres, sobretudo, a violência doméstica é fruto das relações de poder proveniente de dominação masculina, decorrente do processo de constituição de sociedades estruturadas por meio de uma cultura patriarcal e machista. Neste sentido, “o feminismo nos ajudou a entender a violência como um problema de poder, originado pela estrutura social baseada na hierarquia de gênero e uma negação dos direitos de cidadania” (MENEHÉL; MARTINI VIAL, 2008, p. 203).

Torna-se relevante destacar que a violência de gênero é perpetuada de geração em geração, tanto por homens como por mulheres, arraigada nas relações sociais como algo natural, como se fizesse parte da natureza humana. Estas condutas violentas são, de certa forma, legitimadas pela sociedade, por vezes se ouvindo dizer que as mulheres gostam mesmo é de apanhar. O conceito de violência de gênero pode ser entendido como:

[...] uma relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. (TELES; MELO, 2003, p. 18).

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (1998, p. 02), “la violencia contra la mujer en el hogar se ha documentado en todos los países y ambientes socioeconómicos, y las evidencias existentes indican que su alcance es mucho mayor de lo que se suponía”¹⁶, ou seja, é um problema antigo que necessita de um olhar diferenciado, sensível.

La violencia contra las mujeres es un componente estructural del sistema de opresión de género. El uso de la violencia es no sólo uno de los medios más efectivos para controlar a las mujeres, sino también una de las expresiones más brutales y explícitas de la dominación y la subordinación. La posición de mujeres y hombres se organiza como una jerarquía en la que los hombres tienen control sobre los principales recursos de la sociedad y sobre las mujeres.

¹⁶ “a violência contra a mulher no âmbito doméstico tem sido documentada em todos os países e ambientes socioeconômicos, e as evidências existentes indicam que seu alcance é muito maior do que se supunha”. (Tradução minha).

Existen numerosos soportes ideológicos, morales, políticos, económicos y legales para el ejercicio de la autoridad de los varones sobre las mujeres. Aunque estos soportes varían histórica y culturalmente, el uso de la violencia constituye una de las formas más predominantes y generalizadas que ayudan al ejercicio de esa autoridad.¹⁷ (SAGOT, 2009, p. 32-33).

As raízes históricas da subordinação das mulheres datam do momento em que passaram a ser confinadas ao espaço doméstico, sendo que este confinamento “[...] permitiu e legitimou a violência masculina no âmbito da conjugalidade” (GROSSI, 1998, p. 298). Segundo Strey, Werba e Nora (2004) se vive vários sofrimentos em sociedade e “a violência, como marca constante nas relações sociais, está presente na perda da qualidade de vida e nos sentimentos e imposições culturais nas relações entre as pessoas” (p. 106), que oprime e impossibilita a reflexão, a crítica de quem sofre situações de violência.

A violência contra as mulheres “es producto de una combinación de factores personales, situacionales, relacionales y macro-estructurales que interactúan para conformar ese sistema de dominación”¹⁸ (SAGOT, 2009, p. 34), que faz parte de um sistema de opressão baseado nas desigualdades de gênero, visto que expõe as mulheres às mais graves consequências desse fenômeno que tem sido associado às normas sociais, com o intuito de justificar as relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres, a partir de concepções culturais de masculinidade, tais como o controle, a dominação e a honra.

Em “Cenas e Queixas”, Filomena Gregori (1993) apresenta um estudo pioneiro sobre relações violentas, a partir de uma experiência de atendimento às mulheres vítimas de violência, buscando explicar as motivações das violências até as estratégias adotadas pelas mulheres. Assim, a autora afirma que “a relação de violência homens *versus* mulheres apresenta uma peculiaridade frente a qualquer outra. O laço que une a mulher ao seu agressor não pode ser igual àqueles que

¹⁷ “A violência contra as mulheres é um componente estrutural do sistema de opressão de gênero. O uso da violência não é apenas um dos meios mais eficazes para controlar as mulheres, mas também uma das expressões mais brutais e explícitas de dominação e subordinação. A posição das mulheres e dos homens é organizada como uma hierarquia em que os homens têm controle sobre os principais recursos da sociedade e das mulheres. Existem inúmeros apoios ideológicos, morais, políticos, econômicos e legais para exercer a autoridade dos homens sobre as mulheres. Embora estes apoios variem historicamente e culturalmente, o uso da violência constitui uma das formas mais predominantes e generalizadas que ajudam o exercício dessa autoridade.” (Tradução minha).

¹⁸ “A violência contra as mulheres é o produto de uma combinação de fatores pessoais, situacionais, relacionais e macroestruturais que interagem para conformar esse sistema de dominação” (Tradução minha).

ligam outros opressores e oprimidos" (p. 193). A relação conjugal é construída culturalmente e a naturalização dessa relação nas sociedades do Ocidente relaciona a mulher a determinados atributos associados à natureza e o homem à cultura.

Ainda sobre o serviço de atendimento às mulheres em situação de violência, Strey, Werba e Nora (2004) analisa o processo do atendimento nas Delegacias Especializadas da Mulher no Rio Grande do Sul concluindo que:

o enfrentamento à violência contra a mulher [é] uma tarefa difícil. Envolve o questionamento e a reconstrução de supostos e normas culturais que ainda utilizam como referência os valores homem e masculino, assim como a revisão de práticas institucionais que tratam do problema da violência contra a mulher, na medida em que não questionam as crenças e valores que mantêm os papéis tradicionais do homem e da mulher, a organização familiar, etc., não possibilitando, então, a sua resolução, e não estimulando os indivíduos a se transformarem em sujeitos políticos. (p. 113-114).

Na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará (1994), no artigo 1º., apresenta uma definição sobre o conceito de violência contra a mulher, entendido como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (CONVENÇÃO, 1994, p. 01). Posteriormente, no Art. 2º., ao tratar da sua abrangência, locais de ocorrência a perpetradores afirma que:

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e, c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (CONVENÇÃO, 1994, p. 01).

A referida Convenção considera a violência contra a mulher uma grave violação dos direitos humanos, que restringe as liberdades fundamentais, visto que esta violência limita o exercício pleno dos seus direitos. Reconhece, também, que a violência contra as mulheres é um agravo aos princípios da dignidade humana.

Outra luta de reconhecimento foi na comunidade acadêmico-científica, onde as pesquisadoras feministas tiveram um papel estratégico e importante para o reconhecimento dos estudos de violência contra as mulheres, como diz Bonfim (2008, p. 22) ao afirmar que:

Em relação aos estudos da violência, o pensamento feminista trouxe grandes contribuições. Ao fazer da violência cotidiana um objeto de estudo acadêmico, legitimou a crítica do movimento social e, ao constatar sua disseminação na sociedade, a partir de denúncias de violência sofridas pelas mulheres no dia-a-dia, salientou sua disseminação nos mais diversos espaços sociais e deu visibilidade à problemática. A pronta resposta da comunidade acadêmico-científica, muito particularmente nas Ciências Sociais, a partir de pesquisas que fugiram da abordagem clássica para buscar novas linhas explicativas para o fenômeno da violência, orientou-se no sentido de perceber a violência como fenômeno substantivo e plural.

Normalmente, tal violência acontece no âmbito doméstico e familiar, ambiente constituído por pessoas que se conhecem. Conforme dados do Mapa da Violência 2015¹⁹, um dado expressivo é com relação ao local onde ocorre a agressão, tendo em vista que o local mais frequente para o assassinato das mulheres acontece em seus domicílios, enquanto 27,1% das mortes foram de mulheres, 10,1% foram de homens (WAISELFISZ, 2015). Segundo a pesquisa realizada pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão (2013)²⁰, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

No grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas. (SAFFIOTI, 1999, p. 84).

¹⁹ Homicídio de Mulheres no Brasil, entre 2003 e 2013.

²⁰ A pesquisa "Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres" foi realizada pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão, em 2013. Foram realizadas 1.501 entrevistas com homens e mulheres maiores de 18 anos, em 100 municípios de todas as regiões do país, entre os dias 10 e 18 de maio de 2013. É um estudo inédito que contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – uma parceria entre os poderes Executivo e Judiciário para efetivar a implementação da Lei nº 11.340/2006 e dar celeridade aos julgamentos dos casos de assassinatos de mulheres. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017).

Com base nesta afirmação percebe-se que a esfera doméstica é um local inseguro para as mulheres, visto que boa parte das violências ocorrem no seu interior, enquanto, os domicílios deveriam ser ambientes acolhedores, confortáveis, harmônicos, de cumplicidade, paz e respeito entre as pessoas que convivem no mesmo ambiente, “os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às suas vítimas” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 04). Todavia, é visto como um local muito arriscado para as mulheres.

Em muitas situações, a violência contra as mulheres é vista apenas como ‘conflito de casal’ e, por ocorrer na esfera privada, a denúncia aparece como um ato imprudente, por quebrar o imperativo moral de manter separadas as esferas do público e do privado” (LEAL et al., 2009, p. 65), visto que essa violência que é praticada no âmbito doméstico, não é identificada e/ou reconhecida, tendo a impunidade como um dos maiores desafios no enfrentamento à violência.

No Brasil, há certa confusão no uso conceitual das expressões relativas à violência no âmbito das relações afetivo/conjugais, que incluem termos como: “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “violência intrafamiliar”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência conjugal”. No tocante ao termo *violência contra a mulher*, Barbara Soares (2009) chama atenção para a representação nítida do recorte sobre a natureza do fenômeno da violência, visto que “limita os atores envolvidos, estabelece quem são as vítimas e os algozes, diagnostica suas causas e, com isso, antecipa soluções, como as que têm sido preconizadas pelos movimentos de mulheres: criminalização e punição dos culpados” (p. 145).

Neste sentido, é importante ressaltar que a forma como as mulheres são chamadas nos casos de violência, ou seja, “mulheres vítimas de violência”, pode ser paralisante, pois coloca as mulheres na condição de vítimas e reforça a representação social das mulheres como passivas, submissas e dependentes. Sendo que é recomendado a utilização do termo “em situação de violência”, tendo em vista que essa nomenclatura possibilita mudanças, provocando nas mulheres a tomada de decisões acerca de suas vidas.

[...] a questão da nomeação da mulher: inicialmente quando se falava em violência contra as mulheres, ela era referida como vítima; posteriormente passou-se a nomeá-la “mulher em situação de

violência”. Por que mudar a nomenclatura? Que impacto isso causa para as pessoas envolvidas? No princípio da luta, colocar a mulher como vítima abriu essa questão para a sociedade, mobilizando-a a questionar e perceber a dimensão dessa situação. É o reconhecimento da sociedade do lugar de submissão da mulher em relação aos homens. Foi a partir desse ponto que o feminismo conseguiu afetar a sociedade, e esta pôde construir um lugar para a violência. Contudo, a condição de vítima pode ser paralisante, pois para sair dessa condição a mulher depende de um outro/a; quando a mulher é referida como estando em situação de violência, ela está em outra condição, ou seja, ela acessa um lugar de passagem, pois é um sujeito nessa relação. **Estar em uma situação oferece a possibilidade da mudança.** Há uma mobilidade intrínseca nessa condição; a mulher pode tomar decisões, outros rumos. (MIRIM, 2008, p. 15, **grifo meu**).

A violência de gênero é “a categoria mais geral” (SAFFIOTI, 2004, p. 69), sendo um fenômeno mais amplo do que a violência doméstica, por exemplo, e por ser um conceito mais amplo, abrange “vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2001, p. 115). A violência de gênero “produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe, raça/etnia” (ARAÚJO; MARTINS & SANTOS, 2004, p. 18), se difundindo por meio da ordem patriarcal que legitima o poder de dominação e controle dos homens sobre as mulheres, através da violência. A violência de gênero essencializa a violência, “pois a violência é sempre masculina mesmo quando exercida pelas mulheres”, ou melhor, “a violência masculina seria uma das formas mais visíveis do patriarcado, ou seja, da dominação masculina” (GROSSI, 1998, p. 303).

A violência intrafamiliar ultrapassa os limites do domicílio, podendo acontecer fora do espaço doméstico entre os membros da família, como as crianças, os/as jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiências, entre outras formas de parentesco. A violência familiar “pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso” (SAFFIOTI, 2004, p. 71). A violência conjugal acontece nas relações entre casais ou por meio da união estável.

A violência doméstica “apresenta pontos de sobreposição com a familiar” (SAFFIOTI, 2004, p. 71), pois atinge também pessoas que não pertencem à família. Porém, a violência doméstica tem local estabelecido para acontecer, ou seja, no interior das residências, mas o processo de territorialização do domínio é também simbólico, pois nada impede que o homem espere sua companheira na porta de seu

trabalho e a violente na frente de seus colegas de trabalho por se sentir humilhado devido a companheira trabalhar fora do âmbito doméstico (SAFFIOTI, 1999). Entretanto, também “pode ocorrer de a mulher queimar com ferro de passar a camisa preferida de seu companheiro, porque descobriu que ele tem uma amante” (Ibid., p. 83).

A violência doméstica “é resultado de complexas relações afetivas e emocionais” (GROSSI, 1998, p. 303), onde se pode “observar que as mulheres são coparticipantes das cenas de violência doméstica” (GROSSI, 1998, p. 303-304). Isto posto, pode haver questionamentos acerca de como se processa as relações de poder em um relacionamento violento.

[...] a violência de gênero em geral ou a intrafamiliar ou doméstica especificamente são sempre recíprocas. Mesmo admitindo-se que pudesse ser sempre assim, o que não é o caso, a mulher levaria desvantagem. No plano da força física, resguardadas as diferenças individuais, a derrota feminina é previsível, o mesmo se passando no terreno sexual, em estreita vinculação com o poder dos músculos. É voz corrente que a mulher vence no campo verbal. [...] (No entanto) isto não impede que haja mulheres violentas. São, todavia, muito raras, dada a supremacia masculina. (SAFFIOTI, 1999, p. 83, **grifo meu**).

Ressalta-se, porém, que em se tratando das relações de gênero, a questão da violência é complexa e engloba tanto a violência de homens contra mulheres como a de mulheres contra homens (SAFFIOTI, 2004). Em outros termos não se pode dizer que o fenômeno da violência é expresso somente pelos homens, as mulheres também fazem uso dessa violência, mesmo que em parcelas bem menores (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004). A violência de gênero pode ser praticada “por um homem contra outro, por uma mulher contra outra”, no entanto, o “vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo da cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 71). Entretanto, o vetor é do masculino para o feminino, onde as estatísticas reforçam que grande parte é cometida por homens contra mulheres (STREY, 2004).

A violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e também de violência de gênero. A Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, no Art. 5º, apresenta como se configura a violência doméstica e familiar contra a mulher, vista como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico,

sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2012, p. 18), conceituando algumas diferenciações entre a unidade doméstica, a família e a relação com o agressor:

I – no âmbito da **unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da **família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em **qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2012, p. 18, **grifo meu**).

Para fins desse estudo, optei por utilizar neste trabalho as expressões “violência de gênero”, “violência conjugal” e “violência doméstica e familiar contra as mulheres” como termos correlatos, entendendo que as mulheres são vítimas quando tomadas no quadro geral de violência, visto que a literatura nessa área mostra que em relação a essa problemática os homens são, em sua maioria, os agressores e mesmo nos casos lesboafetivos de violência, as mulheres agressoras estão imantadas de machismo e cultura patriarcal. Todavia sabe-se que são mulheres que vivenciaram uma situação de violência.

Faz-se importante compreender em que contexto histórico o enfrentamento à violência contra as mulheres foi inserido como uma das principais bandeiras de luta do movimento feminista. Assim, nos primeiros anos da década de 80, no Brasil, o movimento de mulheres inicia parcerias com o Estado com intenção de implementar políticas públicas para lidar com esse problema. Nas últimas décadas, por força das militantes feministas e, provavelmente, pela constatação das perdas sociais e econômicas, a violência contra a mulher foi incluída na agenda política dos governos e nos acordos internacionais, a exemplo da Convenção de Belém do Pará (1994).

Muitas conquistas já foram somadas à luta das mulheres. No Brasil, a Lei Maria da Penha é resultado dessa luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres sendo considerada uma das maiores conquistas na luta pela garantia dos direitos humanos, sendo reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, ficando atrás da Espanha e Chile. Importante frisar que a Lei Maria da Penha também

reconhece que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Conforme a pesquisa do DataSenado (2015)²¹, praticamente 100% das entrevistadas, declararam conhecer a Lei Maria da Penha. Esta elevação no percentual de conhecimento da existência da lei vem sendo monitorada desde 2009, onde em 2011 eram 98% e em 2013, 99%. Entretanto, mesmo com um maior conhecimento da Lei e “em relação aos anos anteriores, menos mulheres acreditam na melhora da proteção à mulher, com a Lei Maria da Penha. Hoje, 56% apontam estar mais protegidas. Em 2013, eram 66%” (DATASENADO, 2015, p. 03).

Segundo a pesquisa do Data Popular / Instituto Patrícia Galvão (2013)²², 98% da população brasileira já ouviu falar na Lei Maria da Penha e 86% dos/as entrevistados/as acreditam que as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a implementação da Lei. Porém, mesmo com o reconhecimento da Lei, metade da população considera que a forma como a Justiça pune não reduz a violência contra a mulher. O medo de denunciar também foi destaque na referida pesquisa, considerando que 85% dos/as entrevistados/as acham que as mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de serem assassinadas.

2.2. Políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres e do enfrentamento à violência de gênero

A luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, atravessou décadas e perpassa por acordos, atos, convenções, políticas públicas, planos, programas, projetos, pactos, conferências, entre outros. O Brasil é signatário de todos os acordos internacionais²³ que garantem os direitos humanos das mulheres, assim

²¹ A pesquisa “Brasileiras sabem da Lei Maria da Penha, mas a violência doméstica e familiar contra as mulheres persiste” foi realizada pelo DataSenado, em 2015. Sendo que, a cada dois anos, o DataSenado realiza uma rodada da série histórica sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, onde as entrevistadas são mulheres de todos os estados do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_e_familiar_contra_a_mulher-08-2015.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017

²² A pesquisa "Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres" foi realizada pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão, em 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

²³ Estes acordos internacionais possuem efeitos jurídicos, obrigando os países a reconhecerem os direitos.

como, a eliminação de todas as formas de discriminação e a erradicação das violências baseadas no gênero.

No âmbito internacional, há quatro importantes documentos que representam a luta histórica dos movimentos de mulheres e feminista acerca dos direitos humanos que o Brasil firmou compromisso. Esses instrumentos são: 1) *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979)* (BRASIL, 2006):

[...] considerada o documento mais importante de defesa dos direitos da mulher. Foi adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas após um longo trabalho da Comissão sobre a Condição da Mulher – CSW, que, desde 1946, tem como objetivo formular recomendações ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas – ONU. Em março de 1983 o Brasil assinou a Convenção, inicialmente com reservas na parte dedicada à família, e em 1984 ela foi ratificada, desta forma, pelo Congresso Nacional. Somente dez anos depois, em 1994, o governo brasileiro retirou as reservas ratificando plenamente a Convenção. No Brasil, ela tem força de lei, conforme o parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição Federal vigente”. (BRASIL, 2006, p. 10).

2) *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994)* (BRASIL, 2006):

[...] foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994, e ratificada pelo Brasil em 1995. **É o mais importante acordo internacional sobre a violência contra a mulher.** A Convenção de Belém do Pará define a violência contra a mulher, declara os direitos protegidos e aponta os deveres dos Estados-parte, além de criar mecanismos interamericanos de proteção. A Convenção reveste-se de grande importância no campo do reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, prevendo ações necessárias de prevenção, além das medidas punitivas e de apoio jurídico e psicológico às mulheres e a suas famílias, traduzindo o direito das mulheres a uma vida sem violência. A exemplo da Convenção CEDAW, também esta Convenção, no Brasil, tem força de lei, de acordo com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º da Constituição Federal vigente”. (BRASIL, 2006, p. 10-11, **grifo meu**).

3) *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Conferência de Cairo (1994)* (BRASIL, 2006):

[...] também conhecida como a Conferência do Cairo, não adotou uma Declaração, mas um Programa de Ação da Conferência. A Conferência de Cairo marca uma mudança paradigmática na área de

população e desenvolvimento porquanto consagra o conceito de direitos reprodutivos e como consequência desloca o eixo da regulação da fecundidade da esfera do controle populacional para os direitos individuais de homens e mulheres. O Programa de Ação do Cairo reflete a agenda de prioridades que as mulheres de todo o mundo, através de suas redes e articulações políticas, foram construindo durante os anos de preparação da Conferência”. (BRASIL, 2006, p. 11).

4) *IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Conferência de Pequim (1995)*
(BRASIL, 2006):

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher constitui o mais completo diagnóstico internacional sobre o tema e a Declaração de Pequim é o **documento político no qual os Governos se comprometem a implementar a Plataforma de Ação, que inclui o princípio da igualdade para todas as pessoas, independente de idade e da posição social**. A Plataforma reconhece o papel e incidência das mulheres sobre a economia e o seu empenho para combater a pobreza, com o trabalho remunerado ou com as diversas contribuições não remuneradas e realizadas no espaço doméstico”. (BRASIL, 2006, p. 11, **grifo meu**).

Essa Plataforma de Ação reforçou a necessidade de um amplo diálogo sobre o tema da violência contra as mulheres, pois “compreende-se essa grave questão como um obstáculo à igualdade, ao desenvolvimento e à paz, [...] chama a atenção para o reconhecimento e proteção da liberdade das mulheres de tomarem decisões sobre suas vidas” (BARSTED, 2016, p. 32). São marcos legais internacionais que representam um grande avanço na área da defesa dos direitos humanos das mulheres, sendo referência também para as mulheres que fazem parte deste estudo. Desse modo, é importante destacar que as conferências “foram de extrema importância para que a violência contra as mulheres deixasse de ser um assunto privado e fosse entendida como um problema público, sobre o qual os estados devem assumir responsabilidades” (MENEGHEL, 2009, p. 17).

Neste sentido e diante desse grave e complexo problema social da violência contra as mulheres, várias ações vêm se desenvolvendo no sentido de torná-la visível, a partir das políticas de enfrentamento, tema protagonizado pelo Movimento de Mulheres e Movimento Feminista no Brasil e mundo afora. As políticas para mulheres, existentes no âmbito do poder público são fruto dessas mobilizações sociais. O percurso seguido pelas mulheres para a garantia de direitos é longo, no entanto, também é longa as suas persistências e lutas na busca do reconhecimento

de cidadania. Em 1985, nos Estados Unidos, “um grupo de mulheres foram bem-sucedidas em convencer os governos central e local a estabelecerem as primeiras delegacias da mulher para encorajar a denúncia da violência doméstica” (STREY, 2004, p. 37).

O feminismo, as feministas e as delegacias da mulher “não resolveram a questão da violência, mas a criação das delegacias foi um avanço na medida em que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência” (PINTO, 2003, p. 240). No Brasil, os grupos de mulheres não foram diferentes, pois tiveram liderança significativa no tema da violência doméstica nos anos 80. Esses grupos de mulheres conseguiram incluir uma linguagem contra a violência doméstica na Constituição. Nessa época, os movimentos feministas conseguiram implantar as delegacias para a mulher (STREY, 2004).

No período de 1985 a 2002, no Brasil, instalaram-se as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM's) e Casas-Abrigo tendo sido esses os principais serviços da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social (BRASIL, SPM, 2011b). No ano de 1985, no Estado de São Paulo, foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), órgão notável voltado para coibir a violência contra a mulher (BLAY, 2003). E no ano 1986, também no Estado de São Paulo, foi criado pela Secretaria de Segurança Pública, o primeiro abrigo do Brasil para mulheres em situação de risco de morte chamado de “Comvida – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Após três anos de funcionamento, o serviço foi desativado, para ser reaberto apenas em 1992” (SILVEIRA, 2006, p. 67). Com isso, no início dos anos 90, assistimos à implantação de novos serviços de abrigamento: em 1990, foi criada a Casa de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992, a Casa-Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (SILVEIRA, 2006).

A multiplicação das casas-abrigo, fomentada pelo financiamento do Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, desde 1997, foi fundamental para atender aos casos de violência mais agudos. Entretanto ainda temos um monitoramento frágil destes serviços e o questionamento se de fato seriam o modelo mais adequado para proteger as mulheres em risco de vida. (SILVEIRA, 2006, p. 50).

As DDM's foram o primeiro e grande recurso no combate público à violência contra a mulher e, especialmente, à violência conjugal no país. O propósito era que as DDM's deveriam ser especializadas em crimes contra as mulheres, com funcionárias devidamente treinadas, dando visibilidade à referida problemática. Seu caráter é basicamente policial, ou seja, detectar a infração averiguando sua procedência e criminalizar a violência doméstica. A criação dessas Delegacias é vista de maneira positiva, considerando que a violência está mais visível e, assim, as mulheres podem expressar, de algum modo, o problema ou a situação de violência que elas passam e buscar algum tipo de intervenção por parte do Estado.

Os Juizados Especiais Criminais, mais conhecidos como JECRIM's, foram criados em 1995, a partir da Lei Nº 9.099/95, que tinham a competência de julgar os crimes classificados como de menor potencial ofensivo (ROMEIRO, 2009). Com a criação dos JECRIM's, houve muitas alterações nas rotinas das delegacias, tais como as DEAM's, "na medida em que o maior número de registros destas se refere aos delitos tipificados como ameaça e lesão corporal leve, modalidades que passaram a ser encaminhadas a estes Juizados a partir da sua implantação em 1995" (MORAES; GOMES, 2009, p. 86).

Conseqüentemente, com a criação dos JECRIM's, houve também um intenso debate de convergências e divergências entre as feministas e os operadores jurídicos. Entretanto, as feministas defendiam os direitos humanos das mulheres, a partir da criação de uma lei específica que as protegesse em situação de violência, visto que os JECRIM's não contemplavam a complexidade desse tipo de violência, onde as penas e medidas alternativas não tinham um caráter punitivo, podendo ser convertidas em multas. Os operadores jurídicos, afirmavam não haver necessidade de uma nova lei defendendo a manutenção dos JECRIM's, através da argumentação de que as penas alternativas, seriam uma real socialização do sujeito condenado. Porém, tanto o movimento feminista como os operadores jurídicos convergiam quando "se referem ao respeito aos direitos humanos como forma de legitimação de suas visões da questão da violência" (ROMEIRO, 2009, p. 50).

O enfrentamento da violência exige uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade, ou seja, os poderes executivo, legislativo e judiciário (nas suas esferas municipal, estadual e federal), os movimentos sociais, principalmente, os movimentos de mulheres, de feministas e de direitos humanos, bem como o

envolvimento da sociedade civil em prol da construção de relações justas, respeitadas e igualitárias.

O ano de 2003 foi considerado um marco histórico para a sociedade brasileira, sobretudo, para as mulheres, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)²⁴, da Presidência da República (PR), que representa a luta das mulheres para a garantia das políticas públicas que promovam equidade de gênero no Brasil. Dessa forma, com a criação da SPM/PR, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres são repensadas a partir da elaboração conceitual e analítica de novas normas e diretrizes que orientam a gestão, a partir da elaboração, execução, avaliação, monitoramento das políticas públicas para as mulheres, assim como “o aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. (BRASIL, SPM, 2011b, p. 07).

Com isso, houve uma reestruturação e avanço considerável na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a implementação de diretrizes para uma atuação coordenada dos organismos governamentais nas três esferas da federação (municipal, estadual e federal). A grande modificação foi a motivação para a formação de redes de serviços especializados que realizassem o atendimento integral e de forma articulada às mulheres em situação de violência.

Assim, foram elaborados vários documentos, normas e leis que retratam essa expansão e a integração dos serviços, como por exemplo: os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, dentre outros (BRASIL, SPM, 2011b).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres está estruturada em 05 (cinco) eixos: 1) prevenção, com ações educativas e culturais que

²⁴ Importante ressaltar que a SPM/PR é uma conquista das mulheres brasileiras, por meio da Medida Provisória Nº 103, de 01 de janeiro de 2003, “que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, transformou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

interferiram nos padrões sexistas; 2) combate, com ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; 3) assistência, através da Rede de Atendimento e capacitação de agentes públicos; 4) garantia de direitos, através cumprimento da legislação nacional/internacional e 5) iniciativas para o empoderamento das mulheres.

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, consolidando a necessidade de uma rede articulada de atendimento, tendo em vista que o enfrentamento requer ações integradas que vão além do combate, compreendendo as dimensões da prevenção, assistência e garantia de direitos das mulheres (EVANGELISTA, 2015).

Este Pacto está dividido em cinco eixos de atuação: 1) garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; 2) ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; 3) garantia da segurança e acesso à justiça; 4) garantia dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e 5) garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Numa perspectiva mais local e em nível de Estado, considerando as ações voltadas para a garantia de direitos, a partir da década de 80 e 90, como fruto da organização do movimento feminista e de mulheres piauienses, houveram algumas conquistas, tais como a criação da primeira Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher²⁵, do Estado do Piauí, localizada na capital Teresina, em 1989.

Atualmente, o Brasil possui 368 DEAMs e 131 Postos/Núcleos/Secções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns da Polícia Civil (dados da SPM)²⁶. No entanto, o Estado do Piauí tem 09 DEAMs localizadas nos municípios de Teresina (com 04 unidades situadas nas zonas centro, sul, norte e sudeste), Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri e São Raimundo Nonato.

Sobre a criação de um serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência que se encontram sob ameaça e que precisam de proteção em ambiente acolhedor e seguro, o Estado do Piauí criou em 2004, a Casa-Abrigo

²⁵ Conforme a Lei Nº 4.265, de 03 de abril de 1989, que dispõe sobre a criação, na Secretaria de Segurança Pública, da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

²⁶ Informações extraídas do site da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=TD>. Acesso em: 11 dez. 2017.

“Mulher Viva”²⁷. Nesse contexto, torna-se necessário fazer um contraponto sobre a política do abrigamento, pois compreendo a necessidade de enfrentar as contradições das políticas com coragem, no sentido de realinhar as propostas aproximando a realidade, visto que:

muitas vezes temos situações onde existe uma infra-estrutura adequada, mas os profissionais não incorporaram este ideário, e outras vezes existe o oposto, os profissionais incorporaram este ideário, e não têm condições materiais concretas de trabalho. Temos como exemplo, experiências dramáticas: abrigos que são verdadeiros “depósitos de mulheres”. Sem o mínimo de infra-estrutura que dê suporte, para que a mulher possa superar a situação de violência. (DINIZ, 2006a, p. 35. Mantive a grafia original).

Entretanto, é inegável também que os avanços na construção de uma política voltada para as mulheres ocorreram a partir de 2003, quando foram criados serviços em nível governamental para o atendimento às mulheres em situação de violência, consolidado com a assinatura do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ocorrido no ano de 2009, um acordo federativo firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a SPM/PR.

Este Pacto tem como objetivo primordial articular ações interinstitucionais a fim de fortalecer a Rede de Enfretamento à Violência contra as Mulheres no Piauí, possibilitando o desenvolvimento de ações de forma mais eficazes e com melhores resultados no atendimento às mulheres em situação de violência, assim como a ampliação dos vários serviços, especializados e não-especializados, oferecidos pelo Estado.

O processo de composição e estruturação das redes de serviços especializados para o enfrentamento da violência contra as mulheres é considerado uma das estratégias mais importantes, cujo intuito é erradicar um fenômeno tão complexo e multidimensional, que destrói vidas e afeta o pleno desenvolvimento de meninas e mulheres no Brasil e no mundo.

Sobre o processo de construção e consolidação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, é importante mencionar a mudança na sua conceituação, cuja denominação que foi adotada a partir de 2010, evidencia seu

²⁷ A Política Nacional de Abrigamento, bem como a Casa-Abrigo “Mulher Viva” de Teresina-PI será discutida a partir da pág. 79.

sentido mais amplo, ou seja, a *Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, que diz respeito à:

[...] atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais, a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a Rede de Enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos) e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres (BRASIL, SPM, 2011b, p. 13).

Representando, assim, um avanço em torno das políticas de enfrentamento, tendo em vista, a ampliação dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, previstas também na Lei Maria da Penha. Já a *Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência* é algo mais específico, baseado nos serviços de atendimento e que:

[...] faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. (BRASIL, SPM, 2011b, p. 14).

De forma resumida, apresento também um quadro com as principais características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência, onde se percebe que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Quadro 1 – Principais características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

REDE DE ENFRENTAMENTO	REDE DE ATENDIMENTO
Contempla todos os Eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia do direito).	Refere-se somente ao eixo da Assistência / atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além, dos serviços de atendimento.	Restringe-se ao serviço de atendimento (especializado e não-especializado).
E mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra mulheres.

Fonte: (BRASIL, SPM, 2011b, p. 15).

A partir desse momento, cria-se uma nova configuração para a Rede de Enfrentamento, por meio de quatro categorias: 1) serviços especializados de atendimento à mulher; 2) serviços de atendimento geral; 3) órgãos de informação, orientação e políticas públicas; e, 4) serviços de segurança e defesa social (BRASIL, SPM, 2011b).

No Piauí, a Rede Estadual de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência está estruturada nas quatro principais categorias, a partir das orientações da SPM/PR. Neste sentido, segue abaixo a tabela da Rede para melhor conhecimento.

Quadro 2 – Categorização, conceituação e detalhamento dos serviços da Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Estado do Piauí

CATEGORIAS	CONCEITUAÇÃO (SPM)	SERVIÇOS EXISTENTES
1) Serviços Especializados de Atendimento à Mulher	São os serviços que atendem especificamente às mulheres em situação de violência, incluindo os seguintes serviços: Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Serviços de Abrigamento (Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório / Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casa da Mulher Brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> – Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência “Francisca Trindade” – Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência “Esperança Garcia” – Casa-Abrigo “Mulher Viva” – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM’s) – Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica da Defensoria Pública do Estado do Piauí – Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha – Núcleo de Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) – Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVVIS) – Núcleo Policial Investigativo de Femicídio no Piauí²⁸ – Casa da Mulher Brasileira²⁹
2) Serviço de Atendimento Geral:	São os serviços não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, isto é, em que o atendimento não é especificamente para as mulheres, porém, constituem como as portas-de-entrada para as mulheres na Rede de Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> – Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) – Centro de Referência Homossexual “Raimundo Pereira”

²⁸ Este Núcleo é responsável pela investigação de casos de violência contra mulheres, travestis e transexuais.

²⁹ No Estado do Piauí, as articulações para a construção da Casa da Brasileira pararam, tendo em vista a mudança governamental em nível federal. Porém, o terreno já havia sido escolhido para a construção da obra.

3) Órgão de Informação, Orientação e Políticas Públicas	São os órgãos responsáveis pela elaboração, execução e controle das políticas para as mulheres, com serviços de orientação e informação às mulheres em situação de violência, tendo destaque, os Organismos de Políticas para as Mulheres, as Coordenadorias dos Tribunais de Justiça do Estado, as Ouvidorias, Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, os Conselhos de Defesa dos Direitos das Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres do Piauí – Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Teresina – Coordenadoria Municipal da Mulher de Campo Maior – Coordenadoria Municipal da Mulher de Bom Jesus – Coordenadoria Municipal da Mulher de Cocal de Telha – Coordenadoria Municipal da Mulher de Pedro II – Coordenadoria Municipal da Mulher de Picos – Coordenadoria Municipal da Mulher de São Raimundo Nonato – Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí – Ouvidorias – Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres do Piauí – Central de Atendimento à Mulher: Disque 180 (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República)
4) Serviços de Segurança e Defesa Social	São os serviços de Segurança Pública e de garantia dos direitos.	<ul style="list-style-type: none"> – Plantão Metropolitano de Gênero – Polícia Civil e Militar – Instituto de Medicina Legal (IML) – Penitenciária Feminina

Fonte: EVANGELISTA (2015).

Esses serviços precisam estar articulados e integrados para que seja garantida a execução de ações preventivas, da assistência e de combate mais eficazes. As mulheres têm conquistado e garantido seus direitos, por meio de orientações da Rede de Atendimento, das suas relações interpessoais que as encorajam a quebrar o silêncio e a denunciar para sair do ciclo da violência.

É necessário uma generificação do Estado, ou seja, o reconhecimento de que alguns cidadãos são homens e outras mulheres com necessidades sociais específicas que precisam ser respeitadas. Não podemos continuar formulando um conceito de justiça universal, que não contempla as especificidades das mulheres, negros, homossexuais, índios. Por isso, precisamos lutar para que o Estado respeite as diferenças e particularidades de seus cidadãos e cidadãs e os inclua em suas políticas. (MENEGHEL, 2009, p. 20).

Contudo, é preciso avançar cada vez mais com as políticas de enfrentamento, pois a violência precisa ser compreendida e tratada como violação dos direitos

humanos das mulheres, requerendo uma intervenção do Estado com mais ênfase na efetivação das políticas públicas. Se por um lado, as políticas de enfrentamento e atendimento à violência contra a mulher podem ser consideradas avanços importantes em relação a essa problemática, por outro lado há problemas de ordem estrutural e profissional. E o ano de 2015, é um ano que marca um forte retrocesso com a extinção da SPM/PR³⁰.

2.3. Rota Crítica: quebrando o ciclo da violência e buscando nova vida

A teoria do ciclo de violência, enunciada pela psicóloga norte-americana e feminista Lenore Walker, explica a dinâmica da violência nas relações conjugais e as dificuldades das mulheres para romper com essas relações violentas e como essas são produzidas e reproduzidas (ROCHA, 2007).

Segundo Walker (1979), o ciclo de violência é constituído de três fases: 1) construção da tensão no relacionamento, caracterizada por xingamentos, injúrias, ameaças, insultos, humilhação e provocações mútuas; 2) explosão da violência, descontrolada e destruição, nessa fase há presença de agressões físicas à vítima; 3) lua-de-mel, fase do arrependimento do(a) agressor(a), pedido de desculpas, afirmação de que ama a companheira e promessa mútua de que não haverá mais agressões. Ocorre aqui uma idealização das mulheres em relação ao parceiro e a negação da vivência de violência (SOARES, 2005).

Para Walker (1979), a fase de “construção da tensão” é identificada como o período em que o(a) agressor(a) apresenta pequenos incidentes de ataque, através de xingamentos, ameaças, humilhações e quando ele se descontrola, a mulher assume a culpa pelo seu comportamento abusivo criando uma “falsa” consciência de que ela tenha merecido e, por vezes, tende a omitir o que está acontecendo, silenciando o que vivencia. Nesta fase, o sentimento do(a) “agressor” cresce a cada momento levando-o a uma explosão de raiva, enquanto a “vítima” sente medo diante da atitude opressiva e carregada de ciúme, quando tenta acalmar o “agressor”, evitando qualquer atitude que possa provocá-lo.

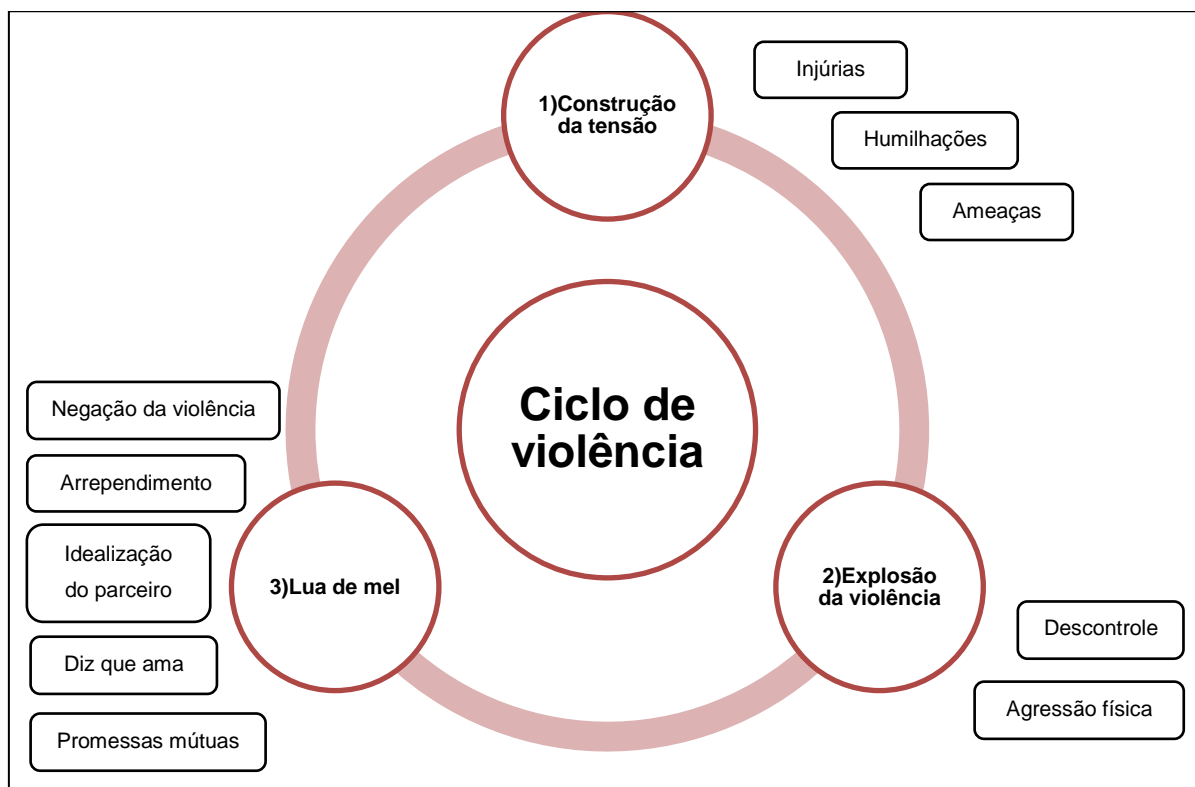
³⁰ Teve atuação até 2015, quando foi extinto o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República., conseqüentemente, foi extinta a SPM/PR, através da Medida Provisória Nº 696, de 02 de outubro de 2015, que extinguiu e transformou cargos públicos e alterou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios” e, criou-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm> Acesso em: 11 dez. 2016.

Na fase da “explosão da violência”, a raiva é percebida como incontrolável, por vezes, é liberada através de um determinado incidente de embates. Este incidente, de acordo com Walker (1979), pode desencadear uma situação externa (a “vítima” agir de forma que o “agressor” considere inaceitável) ou um estímulo interno (um pensamento e/ou um sentimento experimentado pelo “agressor”). Toda tensão acumulada na primeira fase é materializada por meio da violência física. No entanto, nesta fase a mulher sofre uma profunda violência psicológica carregada de muito medo, solidão, vergonha, confusão, dor.

Na fase da “lua de mel”, o “agressor” reconhece as injustiças praticadas e promete que vai mudar suas atitudes e seu comportamento violento. Ele tenta se convencer e, sobretudo, de convencer a “vítima” que nunca mais se repetirá o comportamento violento. Com isso, se mostra arrependido, assumindo um comportamento amável, cheio de novas promessas, desculpas, com o intuito de conseguir a reconciliação. Essa fase é marcada também pelas recordações dos bons momentos que tiveram juntos. A mulher se sente culpada, confusa, insegura, com medo e, sobretudo, sente muita dificuldade de acabar com a relação e manter distância do companheiro/agressor. Por fim, a tensão é (re)construída e, com ela, dá (re)início as agressões.

O ciclo de violência se caracteriza pela sua continuidade, tornando-se repetitivo durante longos meses e/ou anos, podendo ser menores as fases de tensão e arrependimento, porém é mais intenso com a fase violenta, com agressões físicas rotineiras, podendo terminar em uma lesão física grave ou feminicídio. Tal ciclo está ilustrado no Quadro 3, na página seguinte.

Quadro 3 - Entendendo o ciclo da violência doméstica



Fonte: WALKER, 1979.

É possível visualizar, a partir da ilustração apresentada, que o ciclo de violência se caracteriza pela sua continuidade. A sua repetição sucessiva durante longos meses e/ou anos, sendo que as fases da “construção da tensão” e da “lua de mel” podem ter curtos períodos se comparado com a fase da “explosão da violência” que é vista como o período mais intenso, com agressões físicas rotineiras, podendo terminar em uma lesão física grave ou feminicídio. Percebe-se que em algumas pesquisas, as mulheres em situações de violência conjugal “buscam diversas alternativas para superar a sua situação, sendo bastante ativas no sentido de buscar interromper a violência, sempre que possível” (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013, p. 136). No entanto, “romper com a violência doméstica não é um processo simples, em geral as mulheres passam anos sofrendo agressões e maus tratos até que resolvem expor a violência sofrida e buscar ajuda” (LIRA, 2015, p. 109).

Em busca de ajuda para romper o ciclo da violência as mulheres procuram os serviços institucionais especializados, geralmente, o primeiro acesso se dá por meio do registro do boletim de ocorrência numa DEAM, com o intuito de encontrar resolutividade para o problema e, na maioria das vezes, iniciam o processo da rota crítica.

Entretanto, os serviços institucionais especializados que deveriam lhes dar segurança e proteção, possuem infraestrutura inadequada, despreparo no atendimento, ausência de profissionais capacitados e qualificados para lidar com as questões de gênero e acabam reproduzindo discursos e práticas discriminatórias e, conseqüentemente, não contribuindo para a superação do estado de opressão vivenciado por essas mulheres (STREY, WERBA & NORA, 2004; MENEGHEL et al., 2011; SAGOT, 2000; SILVEIRA, 2006; BONETTI, PINHEIRO & FERREIRA, 2016).

Para compreender o significado conceitual de rota crítica, tomo como referência o estudo intitulado “A rota crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina”³¹, de Montserrat Sagot³² (2000)³³. Nesta pesquisa, a autora busca compreender o processo da rota crítica seguida pelas mulheres maiores de 15 anos afetadas pela violência intrafamiliar e quais os fatores que influenciavam esse processo. Esse estudo foi realizado entre 1996 e 1998, a partir de um protocolo de investigação elaborado por pesquisadores(as), ativistas e funcionários(as) das instituições situadas nos países que participaram da pesquisa, visando contribuir com a prevenção, combate e erradicação dessa violência em 16 comunidades (urbanas e rurais) de 10 países (07 da América Central e 03 dos Países Andinos). Assim, à luz de Sagot apresento o conceito de rota crítica que é visto como:

[...] un proceso que se construye a partir de la secuencia de decisiones tomadas y acciones ejecutadas por las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar y las respuestas encontradas en su búsqueda de soluciones. Este es un proceso iterativo constituido tanto por los factores impulsores e inhibidores relacionados con las mujeres afectadas y las acciones emprendidas por éstas, como por la respuesta social encontrada, lo que a su vez se convierte en una parte determinante de la ruta crítica. En ese sentido, con el concepto

³¹ Texto original em espanhol: *La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina* (SAGOT, 2000).

³² Doutora em Sociologia, com especialidade em Sociologia do Gênero. Docente na Universidade de Costa Rica. Diretora do Centro de Investigação nos Estudos da Mulher (CEIM). Ela é autora de uma grande variedade de publicações e pesquisas relacionadas principalmente com as questões de gênero, como por exemplo, violência contra mulheres, direitos de meninas e adolescentes, democracia e participação feminina, entre outros.

³³ É um estudo pioneiro, realizado na década de 1980, que objetivou investigar o trajeto percorrido pelas mulheres para romper com a violência em dez países latino-americanos, que são: Belize, Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. As entrevistas foram realizadas nas organizações governamentais (saúde, jurídico-legal e educativo) e nas organizações não-governamentais (organizações das comunidades de bases, ONG de Mulheres e Instituições da Igreja). A seleção das localidades contemplou uma grande diversidade em termos de área geográfica, cultural, idioma e características sócio-demográficas. A característica em comum que une todas essas localidades é elas terem definida a reforma para a saúde em seus territórios.

de ruta crítica se reconstruye la lógica de las decisiones, acciones y reacciones de las mujeres afectadas, así como la de los factores que intervienen en ese proceso. (SAGOT, 2000, p.89)³⁴.

Em outras palavras, a rota crítica é entendida como um complexo emaranhado de atitudes e decisões tomadas pelas mulheres em situação de violência e as respostas encontradas na busca de apoio. É entendida também como o “conjunto de ações empreendidas pelas mulheres com objetivo de sair de uma situação de violência e as respostas que estas encontram junto ao poder público ou a redes sociais (amigos e família)” (LIRA, 2015, p. 85-86).

Sagot (2000) evidenciou este percurso como uma rota crítica, pois ela percebia que “as decisões e ações das mulheres para interromper o ciclo da violência, ao receberem respostas inadequadas ou culpabilizadoras, acabavam por não ser efetivas, reiterando a violência” (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013, p. 136), visto que sem o apoio familiar, da comunidade (vizinhança, amigos/as) e/ou dos serviços especializados esse percurso se torna mais difícil e complicado.

A rota crítica das mulheres que tomam a decisão de romper com a violência é longa, “atravessada por avanços e retrocessos, desprovida de apoio e, em muitas situações ocorre re-vitimização pelos serviços que deveriam acolhê-las” (MENEHHEL; MARTINI VIAL, 2008, p. 201).

Dessa forma, percebe-se que “a subjetividade termina sendo a dimensão em que se constrói o sentido da rota crítica e a que explica como, em muitas ocasiões, um mesmo elemento pode converter-se em um fator impulsionador ou inibidor” (SAGOT, 2007, p. 45), ou seja, ao mesmo tempo que determinados sentimentos são o motor para o rompimento da violência, esses mesmos sentimentos podem ser o elemento inibidor para a ruptura do ciclo.

Diante disso, reitero que os caminhos na busca pela ruptura são marcados por idas e vindas, pois dependendo das respostas que as mulheres encontrem durante este percurso, elas podem avançar ou desistir. Porém, os “fatores que mantêm uma mulher, aparentemente imobilizada, nesta situação, são múltiplos”

³⁴ [...] um processo que se constrói a partir da sequência de decisões tomadas e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e as respostas encontradas na busca de soluções. Este é um processo interativo constituído tanto pelos fatores impulsionadores e inibidores relacionados com as mulheres afetadas e as ações realizadas por elas, bem como pela resposta social encontrada, que por sua vez se torna uma parte determinante da rota crítica. Nesse sentido, o conceito de rota crítica reconstrói a lógica das decisões, ações e reações das mulheres afetadas, assim como os fatores envolvidos nesse processo. (Tradução minha).

(SAGOT, 2007, p. 46), pois muitos fatores identificados como impulsionadores são também inibidores para muitas mulheres que são maltratadas e ainda estratégias de ação, identificadas pontualmente como responsável ou central na ruptura.

O início da rota crítica “pode ser considerado como o romper do silêncio. Isto significa que as mulheres iniciam sua rota crítica quando decidem revelar sua situação de violência a uma pessoa fora do âmbito doméstico imediato, com o objetivo de procurar soluções” (SAGOT, 2007, p. 26).

É um processo complexo, não-linear, cheio de avanços e retrocessos. Para quem vê de fora, “esses processos podem parecer contraditórios ou até irracionais, mas os testemunhos das entrevistadas mostram a existência de elaboradas reflexões, avaliações de situação e de balanços que orientam suas decisões” (SAGOT, 2007, p. 45).

Sendo que, “a decisão de romper com uma relação violenta nunca é fácil para a mulher que vive nesse tipo de situação. As mulheres por vezes suportam décadas de maus tratos, agressão, ameaças e até mesmo tentativas de assassinato” (LIRA, 2015, p. 85), haja vista que em muitas situações, o início da rota crítica tem como consequência inúmeros riscos para as mulheres, dentre eles, o aumento da violência e a da perda dos seus bens materiais. Dada a circunstância, muitas mulheres retrocedem na denúncia, buscando outras alternativas.

O caminho percorrido, desde o episódio da violência até a procura pela ajuda institucional, é muito extenso sendo influenciado por vários fatores impulsionadores e fatores inibidores para o início de uma rota de superação e rompimento. É o momento em que essas mulheres decidem romper com o silêncio em relação à situação de violência doméstica e familiar vivenciada, visto que uma mulher que vivencia uma relação violenta desenvolve múltiplas estratégias para sobreviver, dentre elas, ficar em silêncio, ter uma postura passiva e tentar não provocar o agressor, num processo de autoconhecimento e de reflexão na busca pela ruptura que pode durar anos (SAGOT, 2000).

Os *fatores impulsionadores* estão relacionados aos processos pessoais, aos sentimentos e estão relacionados a partir do contexto, isto é, tem influência das condições do meio em que vive, tais como, o apoio das pessoas próximas, os recursos materiais, informação e qualidade nos serviços institucionais, o aumento da violência ou os efeitos da violência em outras pessoas da família. Esses fatores

atuam sobre a subjetividade das mulheres “para fortalecê-las ou debilitá-las em sua decisão de iniciar e continuar uma rota de busca de soluções” (SAGOT, 2007, p. 45).

Com relação aos *fatores inibidores* para a tomada de decisão no início da rota crítica compreende-se que são todos os elementos que atuam negativamente sobre a decisão de iniciar ou continuar uma rota crítica. Sendo que, uma das chaves para a compreensão da complexidade do fenômeno da violência doméstica e familiar é entender as causas e/ou motivos para uma mulher permanecer em uma relação violenta, às vezes por anos e sobrevivendo em precárias condições emocionais e tendo sua integridade física violada.

Assim, os fatores inibidores que mais dificultam a entrada na rota crítica e até mesmo para aquelas mulheres que já estão no processo perpassam pelo medo do agressor, a violência exercida por ele, a culpa, a vergonha e o amor. O medo é baseado nas ameaças do agressor, tendo em vista o seu perfil violento e também a impunidade com que a sociedade naturaliza à violência doméstica. Muitas vezes, o medo imobiliza as mulheres e, conseqüentemente, cria um sentimento de incapacidade de agir.

Outros fatores inibidores que merecem destaque e que não são menos importantes perpassam pelas pressões por parte da família e das pessoas próximas em geral, as dificuldades financeiras a partir dos limites materiais e a ineficiência institucional dos serviços de atendimento especializados. Portanto, a ordem social obriga as mulheres a assumirem papéis tradicionais de gênero, naturalizando a violência, obrigando as mulheres a se conformarem com a situação de violência, pois elas precisam manter a família unida a todo custo, respeitando sempre o marido e nunca o contrariando.

O processo de rota crítica “só pode ser explicado em um determinado contexto que atua diretamente na construção da subjetividade” (SAGOT, 2007, p. 45) e quanto mais tempo passa, sem romper com a violência, torna-se mais difícil sair dessa situação. Porém, como afirma Araújo, Martins & Santos (2004) “nem todas as mulheres se submetem passivamente à violência: muitas reagem à agressão, denunciam seus agressores e conseguem sair da relação abusiva ou mudá-la” (p. 31), assim, posso dizer que são sinais de empoderamento das mulheres em situação de violência.

De acordo com Dutra et al. (2013), os estudos sobre as rotas percorridas pelas mulheres, em busca de sair do ciclo de violência, identificam muitas

dificuldades nesse rompimento, tais como, “o medo, a culpa, a vergonha, as pressões familiares, as limitações materiais e a ineficácia institucional, compreendendo as atitudes negativas dos operadores, a burocracia, a falta de orientação, a revitimização” (MENEHEL et al., 2011, p. 749).

Os estudos sobre o atendimento nas instituições especializadas têm mostrado que quando a denúncia chega aos serviços especializados (ou não-especializados³⁵) contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres, esses serviços nem sempre estão preparados para o atendimento, seja no tocante à escuta não qualificada dos/as profissionais e/ou na precariedade estrutural fazendo com que elas sofram uma revitimização da violência (SAGOT, 2000; BRUHN & LARA, 2016; SILVEIRA, 2006).

Com isso, percebe-se o masculinismo presente na estrutura do Estado reforçando o patriarcado, bem como na elaboração das políticas públicas, tendo em vista que “consiste em produzir ou reproduzir práticas de opressão contra as mulheres – qualquer que seja o campo de ação – e isso, baseado na masculinidade, a posição de dominação vivida de acordo com o eixo do gênero” (THIERS-VIDAL, 2004, p. 01). Tanto as leis, quanto a sua aplicação oferecem uma proteção mínima para as mulheres quando estão vivas e depois que são mortas buscam as motivações do assassinato.

Assim, percebem-se as falhas na elaboração e formulação dessas políticas públicas para mulheres e na criação de propostas que as fortaleçam efetivamente para a superação da violência doméstica e familiar. Entretanto, mesmo com essas limitações, muitas mulheres conseguiram romper com a violência e reconstruíram suas vidas, livres das agressões, seja por meio da rede institucional ou por meio de sua rede social de relações interpessoais.

Considerando as dinâmicas das relações de poder entre homens e mulheres, para que as mulheres alcancem a igualdade é necessário a redistribuição do poder, cujo empoderamento feminino é um caminho para que as mulheres possam romper com essas relações violentas.

Nos últimos anos, o termo empoderamento passou a compor o vocabulário dos movimentos sociais que lutam por igualdade social, sobretudo, o movimento de mulheres e o feminista. Isso tem se tornado visível a partir de matérias jornalísticas, cartazes de movimentos, campanhas, letras de músicas, etc. Essa nova palavra no

³⁵ Também conhecido como “atendimento geral”, pois não atendem exclusivamente às mulheres.

vocábulo brasileiro vem do inglês *empowerment*³⁶, significa, grosso modo, “dar poder”.

Empoderamento é quase sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. (HOROCHOVSKI, 2006, p. 03).

No Brasil, a compreensão de empoderamento ainda é bem complexa, pois se trata de um neologismo, um anglicismo, mas vem sendo utilizada com muita frequência, sendo que “o problema é que, também no Brasil, se fala em empoderamento das mulheres, se escreve sobre isso, mas não existe consenso quanto ao que venha a ser *empoderamento*” (SARDENBERG, 2006, p. 02).

Entretanto, as educadoras populares feministas criaram sua própria abordagem, trazendo para o centro do diálogo a questão da subordinação de gênero e a construção social dos gêneros. Assim, pretendo dialogar com um conceito formulado por Sardenberg (2006, p. 02), compreendendo ser a definição que mais se alinha ao que me proponho investigar nesta pesquisa.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas. (Mantive a grafia original).

Os agentes do empoderamento podem ser vários, uma vez que esse processo “deve organizar as mulheres para ação. Com o apoio do grupo e de uma facilitadora, as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica e se mobilizar

³⁶ De acordo o dicionário Aurélio on-line, empoderamento significa “ato ou efeito de empoderar ou empoderar-se”. Sendo que, ainda no dicionário citado, o verbo empoderar significa: “dar ou adquirir poder ou mais poder”. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/empoderamento>>. Acesso em: 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/empoderar>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

para a ação. A ação também conduz ao empoderamento” (SARDENBERG, 2006, p. 08).

O empoderamento pode ser visto também como o resultado do reconhecimento de que seus direitos estão sendo violados, havendo assim, a necessidade de reverter essa situação por meio de amplas mudanças num contexto público, tais como, a “inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de auto-estima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc.)” (CORTEZ; SOUZA, 2008, p. 172).

Assim, as mulheres que estão na rota crítica ou que já passaram por ela podem indicar sinais da presença de empoderamento em suas vidas, a exemplo de tomarem suas próprias decisões, serem autônomas financeiramente, não estarem em relacionamentos abusivos, ou até mesmo, estarem engajadas em movimentos de mulheres contra a violência. As mulheres podem também se empoderar quando saem da situação de vítimas, passando a serem as donas de si mesmas, da própria vida, tomando suas decisões.

Compreende-se que esse processo “deve permitir que as mulheres se organizem em grupos para que, desta maneira, possam romper com o isolamento individual, criando uma frente unida através do qual podem desafiar a subordinação”³⁷ (BATLIWALA, 1998, p. 201). A espiral do empoderamento acaba afetando pessoas, a facilitadora da ação, o grupo e a comunidade, alterando as consciências, identificando as áreas de mudanças, bem como, criando as estratégias que provocam as mudanças, pois as mulheres precisam rever criticamente suas vidas, reconhecendo as estruturas e as fontes de poder e de subordinação (Idib, 1997).

³⁷ Tradução livre.

3 DESBRAVANDO O CAMPO E ESCUTANDO AS MULHERES SOBRE O ROMPIMENTO DA VIOLÊNCIA

“Ter uma porta aberta que vai receber essa mulher é fundamental para impedir que ela continue na violência. Então, é preciso que haja uma escuta, é preciso ouvir essa mulher, orientá-la sobre seus direitos e sobre as possibilidades para sair dessa situação e oferecer alternativas, como uma Casa-Abrigo, uma Defensoria Pública, um serviço de saúde que vai oferecer um acompanhamento psicológico.”
Maria Amélia de Almeida Teles³⁸,

Neste capítulo descrevo sobre as escolhas metodológicas desta pesquisa fundamentadas no pensamento crítico feminista, em diálogo com o método qualitativo apresentando as técnicas utilizadas na sua operacionalização, assim como o tratamento analítico empregado na produção dos dados.

3.1. Epistemologia Feminista: situando de onde falo e escrevo

Neste versar, ora escrevo na primeira pessoa, ora escrevo na terceira pessoa, sem desconsiderar o rigor científico e empenho ético, ao tempo que assumo as responsabilidades de um discurso social construído e posicionado que “não se exime da tentativa de oferecer uma descrição e uma análise o mais possível fiel e documentada das relações e dos acontecimentos assim como foram percebidos e, em alguns casos, construídos pelo pesquisador.” (COLOMBO, 2005, p. 283).

Nessa alternância, optei por utilizar a escrita na primeira pessoa para explicitar meus sentimentos, motivações, opiniões, simpatias e inclinações, me posicionando como autora e na terceira pessoa para mencionar e discutir o referencial teórico, tomando como base a fundamentação teórica e metodológica para apreciar o material colhido e distanciar-me para fazer a análise das informações (COLOMBO, 2005). Esse posicionamento situado toma como referência as reflexões de Donna Haraway sobre a sua perspectiva parcial, corporificada, como crítica à ciência, ao dizer que a “objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e

³⁸ Coordenadora da União de Mulheres de São Paulo, ONG que desenvolve o projeto de formação e capacitação de Promotoras Legais Populares. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21), assim, reitero meu compromisso político e intelectual com esta investigação, buscando ter uma visão objetiva e responsável.

Desse modo, é importante situar que nesta pesquisa me coloco na posição de feminista, embasada numa epistemologia feminista ou num projeto feminista crítico de ciência, compreendendo a necessidade de uma teoria feminista do conhecimento por entender que “não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica” (RAGO, 1998a, p. 31), desafiando o modelo hegemônico de ciência e considerando este um sistema de dominação masculina da produção do conhecimento científico. A Ciência, escrita com letra maiúscula, conhecida como “ciência madura” foi feita pelos homens brancos ocidentais da classe dominante e o seu modo de fazer ciência tem tradição, ganhando legitimidade e universalidade, enquanto as histórias das mulheres foram silenciadas e excluídas da produção científica (LOURO, 1997).

A epistemologia feminista é tanto um paradoxo como uma necessidade, segundo Helen Longino (2008), a epistemologia “investiga o significado das afirmações e atribuições de conhecimento, as condições de possibilidade de conhecimento, a natureza da verdade e da justificação”, já o feminismo “é um conjunto de posições e investigações caracterizados por interesses sociopolíticos comuns centralizados na abolição da desigualdade de sexo e gênero” (LONGINO, 2008, p. 505).

Neste sentido, Helen Longino (2008) afirma que ao longo da história da filosofia, o preconceito de gênero esteve infiltrado na maioria das disciplinas acadêmicas. Desse modo, percebe-se que “a experiência das mulheres torna-se invisível ou distorcida, assim como as relações de gênero” (LONGINO, 2008, p. 506). Com isso, a epistemologia feminista torna-se imprescindível pelo fato de construir um novo caminho teórico e epistemológico que salienta os preconceitos de gênero expressos “em determinadas afirmações e facilitado pelos princípios disciplinares básicos”, cujas “disciplinas acadêmicas tradicionais têm-se apoiado em pressuposições filosóficas que podem implicar costumes sexistas e androcêntricos” (LONGINO, 2008, p. 506).

Tomo também como referência em termos de neutralidade científica o que Bourdieu (2015) chamou de objetivação e não objetividade no sentido integral e puro

do termo, visto que há por parte desta pesquisadora uma intenção de desconstrução do gênero, um interesse epistemológico e, sobretudo, uma posição e prática político-científica marcada com a intenção de proporcionar um ambiente para que se possa ouvir as vozes das mulheres que foram ocultadas no decorrer da história e são, todos os dias por viverem situações de violência doméstica e familiar. Ao modo de Rago,

[...] é na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. (RAGO, 1998a, p. 05).

Levando em consideração que “nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra”, compreendo que a pesquisa feminista tem sido criticada por assumir sua posição a partir das questões da neutralidade e da objetividade, pois, “a pesquisa feminista é, [...] assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala a partir de um dado lugar” (LOURO, 1997, p. 143), representando a voz daquelas mulheres que foram silenciadas. Sendo assim, a crítica feminista à ciência perpassa pela má condução, ou melhor, pelas questões omissas.

[...] muito do que as feministas reclamam em relação à ciência são as ausências, principalmente em relação às próprias mulheres, quer sejam elas reconhecidas quer não o sejam. Para a maioria das feministas, a crítica feita à ciência social e à ciência natural identificou e descreveu uma ciência mal conduzida, distorcida pela visão masculina, preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e na interpretação dos resultados. (CRUZ, 2007, p. 08).

De acordo com Sandra Harding, “Não há ciência normal para nós!”, evidenciando o termo criado e utilizado por Thomas S. Kuhn para fazer referência a uma “ciência madura”. Entretanto, numa perspectiva de contra argumentar as ideias de Kuhn, a autora afirma que “as categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais”. Assim, é necessário aprender a aceitar as instabilidades das categorias analíticas, localizando nelas “a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que

vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática” (HARDING, 1993, p. 11).

A dificuldade na utilização das categorias analíticas instáveis deve-se ao fato de que não fomos preparadas/os para conviver com a instabilidade, “por isso é difícil lançar-se nessa perspectiva, subverter matrizes de pensamento, acolher a fluidez, numa arena que tradicionalmente tentou estabelecer verdades duráveis” (LOURO, 1997, p. 146). Com isso, “o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade” (RAGO, 1998a, p. 32) sugerindo, assim, uma nova proposta de produção do conhecimento construída por pessoas em interação, por meio de um diálogo crítico, construindo novas formas de pensar, pois “o caminho se constrói caminhando e interagindo” (Ibid., p. 33).

3.2. Pesquisa qualitativa na produção de sentidos dos discursos das mulheres na ruptura do ciclo de violência

Considerando que esta investigação tem como objetivo geral compreender como se processa a ruptura do ciclo de violência das mulheres no curso da rota crítica, com a finalidade de saber sobre os fatores impulsionadores e inibidores, bem como as estratégias utilizadas por elas nesse caminho, optei em utilizar a metodologia de natureza qualitativa entendendo ser essa a mais adequada para captar os sentidos dos seus discursos considerando que consiste:

[...] em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. (GOLDENBERG, 2011, p. 53).

O método qualitativo “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais” (HAGUETTE, 2000, p. 59). Visa “abordar o mundo 'lá fora' (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os

fenômenos sociais 'de dentro' de diversas maneiras diferentes" (ANGROSINO, 2009, p. 08).

Como produção do conhecimento científico, esta investigação buscou ter um olhar cuidadoso e crítico nos procedimentos de coleta e análise das informações. Dessa forma, considero como Bourdieu, de fundamental importância o cuidado e atenção permanente na aplicação do método e técnicas de investigação assumindo, assim, uma postura de vigilância epistemológica com o intento de não contaminar de pré-noções do senso comum e dos meus próprios valores e preconceitos esta pesquisa (BOURDIEU, 2015).

Como diz Goldenberg (2011), se faz necessário fazer intermitentemente esforços para evitar *bias*³⁹, ou seja, os vieses, parcialidades e preconceitos, logo, estou ciente que "a tarefa do pesquisador é reconhecer o *bias* para poder prevenir sua interferência nas conclusões" (p. 45). A escolha do objeto, em si, já significa certa subjetividade, valor, portanto, "quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais mais é capaz de evitar o *bias*, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas" (GOLDENBERG, 2011, p. 45).

Entendo que o ato de pesquisar não é dom natural, é um trabalho, um ofício a ser aprendido, ensinado e transmitido, ou seja, é por meio da prática que se aprende e se ensina como fazer pesquisa a partir da construção do objeto, onde "procurar não cair na armadilha do objeto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata por definição de um objeto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse interesse" (BOURDIEU, 1989, p. 30).

Ressalto, ainda, que a pesquisa bibliográfica sobre o tema em discussão, compreenderá todo o percurso de investigação e auxiliará no entendimento dos principais conteúdos teóricos e metodológicos, conceitos e categorias analíticas abordadas, a saber, feminismo, gênero, violência de gênero, políticas para mulheres em situação de violência e rota crítica, com o objetivo de fundamentar e tornar consistente teórico e metodologicamente esse estudo.

³⁹ "A utilização do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito" (GOLDENBERG, 2011, p. 44).

3.3. Reconhecendo o campo, identificando as interlocutoras e posicionando os caminhos de escuta

Na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, quero contextualizar o espaço de entrada do meu campo de pesquisa, que é a Casa-Abrigo “Mulher Viva”⁴⁰, localizada em Teresina-PI, inaugurada em 2004, no Dia Internacional da Mulher, cuja criação era uma das pautas de reivindicação do movimento feminista e de mulheres.

Dentre os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e segundo a Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social, de Nº 109, de 11 de novembro de 2009, as Casas Abrigo são chamadas de “Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência” e são vistas como espaços de:

[...] acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de cogestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com a rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade. (BRASIL, Resolução CNAS Nº 109 / 2009, p. 87-88).

Conforme as orientações da SPM/PR, no que diz respeito à Política Nacional do Abrigamento e em consonância com a Resolução, citada acima, da Assistência Social, as Casas Abrigo

[...] constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas. (BRASIL, SPM, 2011b, p. 33)⁴¹.

Segundo a Política Nacional de Abrigamento, as Casas-Abrigo são serviços públicos, de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso, “que assegurem

⁴⁰ Segundo informações encontradas na internet sobre a criação da Casa-Abrigo “Mulher Viva”. Disponível em: <<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=6376>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

⁴¹ Mesmo sendo considerados, em geral, locais seguros e sigilosos não significa dizer que homens agressores não descubram, tendo em vista que o endereço da Casa é o mesmo desde a sua fundação, assim, ressalto a importância da mudança constante de endereço para garantir o sigilo.

o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar” (BRASIL, SPM, 2011a, p. 15).

A minha escolha por esse lócus de pesquisa se deu devido ao fato das mulheres, em situação de violência, que chegam à Casa-Abrigo já estarem no final da reta de convivência e enfrentamento da violência, provavelmente já passaram por outros serviços especializados e/ou não-especializados, implicando num caminho já percorrido e de extrema violência, perfazendo uma trajetória em busca do rompimento desse ciclo.

A operacionalização dessa pesquisa foi dividida em três etapas: a primeira se trata do levantamento das informações sobre o campo, bem como a seleção das mulheres que foram entrevistadas; na segunda, realizei as entrevistas individuais e em profundidade; e na terceira foi realizada a transcrição das entrevistas, assim como a análise e produção dos dados.

Assim, no primeiro momento foi realizado um *levantamento de informações sobre o campo de pesquisa*, “concebido como lugar efetivo do trabalho dos pesquisadores, é essencialmente o lugar dinâmico e dialético no qual se elabora uma prática científica que constrói objetos de conhecimento” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 28).

O portal de entrada, em campo, para efetivação dessa investigação e produção de dados se deu através da Casa-Abrigo “Mulher Viva”, mas especificamente através da sua equipe técnica onde fiz o levantamento e a seleção das interlocutoras desta pesquisa, totalizando 09 (nove) mulheres, maiores de 18 anos, que foram atendidas pela Casa-Abrigo “Mulher Viva” no intervalo de 2004 a 2017. A escolha desse intervalo de tempo deveu-se ao fato de buscar mulheres que já haviam sido desligadas do serviço de abrigo, mas com acesso de contato por parte da equipe técnica, estarem residindo em Teresina ou adjacências próximas e que tivessem disponibilidade pessoal de narrar suas trajetórias na busca da superação da violência doméstica e familiar.

Observa-se aqui, a despeito da quantidade mencionada de entrevistadas, que na pesquisa qualitativa, “o número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas” (GOLDENBERG, 2011, p. 50), como diz Pedro Demo (1995), trata-se mais da “intensividade” do que “extensividade”. Foram entrevistadas todas as mulheres do levantamento, acima mencionado, levando em consideração as que tinham no perfil selecionado, o desejo

de participarem, e especificidades nos discursos que não indicava saturação, visto que essas mulheres, que adentraram a rota crítica da violência, possuem trajetórias complexas e diferenciadas cujo percurso inclui diversos serviços especializados e não-especializados.

A ida ao campo de pesquisa foi um dos momentos mais prazerosos e, ao mesmo tempo, mais desafiadores desse processo de investigação. Como já dito, venho de uma experiência profissional em Gestão das Políticas para as Mulheres, assim, a Casa-Abrigo “Mulher Viva” não era um local estranho para mim e nem de difícil acesso. No mês de abril de 2017, fui à CEPM-PI solicitar autorização institucional⁴² para a realização dessa pesquisa e a Coordenadora da Casa-Abrigo foi a pessoa a fazer a interlocução e a mediação entre a instituição e essa pesquisadora. A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2017, ou seja, neste intervalo de tempo foi o período onde fiz as visitas à Casa-Abrigo e, ao mesmo tempo, ia realizando as entrevistas, ao passo que as mulheres iam se dispondo e aceitando participar desta pesquisa.

Todavia, avalio importante situar como se deu a minha relação institucional com a Casa-Abrigo. Durante o trabalho que desenvolvi na gestão, por vezes, ia até àquela casa para contribuir com o planejamento das atividades e com a formação interna da equipe. Nestas idas e vindas, não tinha contato com as mulheres abrigadas, apenas as cumprimentava com um “bom dia!”. Entretanto, como pesquisadora, retornei a esse lugar com o propósito de coletar algumas informações sobre as mulheres que se desligaram da Casa e que conseguiram romper com a violência sofrida.

Nessa imersão no campo de pesquisa, no primeiro contato, combinei por telefone com a Coordenadora da Casa-Abrigo de encontrá-la para fazer o levantamento de informações sobre as mulheres que por lá passaram. Percebi que apenas um dia não era suficiente para finalizar tal levantamento, assim, dei prosseguimento a outras visitas a fim de concluí-lo. A Coordenadora me encaminhou para a Assistente Social (AS) daquela Casa-Abrigo para que eu continuasse o levantamento, tendo em vista que são essas profissionais que fazem a primeira escuta, quando as mulheres chegam na Casa.

No meu primeiro contato com as referidas profissionais expliquei os objetivos da pesquisa, bem como o perfil das mulheres que pretendia entrevistar. Assim,

⁴² Anexo A – Roteiro de entrevista semi-estruturada.

elencaram vários nomes de mulheres que conseguiram romper com a violência, mas também afirmaram haver mulheres que não conseguiram esse rompimento, assim como aquelas que utilizaram a estratégia de morar em outro estado para se afastarem dos seus (ex)agressores e assim, possivelmente, romperem com o ciclo de violência. Percebi, pela ausência de profissionais que possam acompanhar as mulheres nesse processo de pós-desligamento, que não há um monitoramento continuado de todas que passaram pela Casa-Abrigo.

Operacionalmente, a seleção das entrevistadas se deu por meio de um levantamento de sugestões/indicações feitas pela equipe técnica da Casa-Abrigo “Mulher Viva” juntamente com esta pesquisadora; considerando as mulheres que já se desligaram deste serviço e que apresentaram sinais de superação e/ou rompimento da violência doméstica e familiar. Durante o levantamento fiz a leitura dos prontuários de atendimento, antes e depois das entrevistas, no sentido de buscar informações gerais sobre o processo de entrada, estadia e atividades das mulheres no local, com o propósito de identificar elementos que pudessem ter sido propulsores do rompimento.

Desse modo, adotei a estratégia do contato com as mulheres por intermédio da equipe técnica da Casa-Abrigo que primeiro contatavam as mulheres, por telefone, para que em seguida eu pudesse entrar em contato com elas também por meio telefônico, a fim de agendamento das entrevistas, onde me identificava e explicava o objetivo da pesquisa, bem como acordava o dia, local e horário de sua preferência para nosso encontro presencial.

Dentre as dificuldades encontradas no campo destaco as limitações apresentadas por duas mulheres que passaram pela Casa-Abrigo e que foram contatadas para participar da pesquisa, mas não foi possível participarem, uma porque já não estava mais morando no Estado e outra porque avaliou que recontar sua história era reviver um passado doloroso que não queria mais lembrar, ao dizer para a Assistente Social pelo aplicativo *WhatsApp*, em áudio de 07.10.2017.

[...] eu aceitei uma vez uma moça para fazer a entrevista comigo, na primeira vez. Pessoa muito educada, muito gente boa, ela veio aqui em casa e eu fiz. Só que, me desculpe, mas, dessa vez eu não vou aceitar porque é tipo, assim, reviver tudo de novo, entendeu? Aí eu não quero ficar lembrando de coisas passadas porque, com certeza, nem que a gente num queira, a gente vamo ter que reviver tudo,

porque entrevista faz muita pergunta. Aí eu num..., eu acho melhor não⁴³.

Com isso, precisei ampliar o período que havia delimitado inicialmente que era de 2012 a 2016, para o período de 2004 a 2017, contando nessa investida com a memória da equipe técnica da Casa-Abrigo que ia lembrando-se de casos emblemáticos de ruptura do ciclo de violência e íamos selecionando para fazer o contato.

Mesmo com os desafios pontuados durante o levantamento das informações, consegui realizar 09 (nove) entrevistas com mulheres que declararam ter rompido com o ciclo de violência. Durante o levantamento das informações, na primeira semana de visita à Casa-Abrigo, observei que o fato da Casa não ter, naquele momento, abrigadas facilitou o meu contato com as entrevistadas, pois tive a atenção e o atendimento exclusivo da Assistente Social, bem como o acesso aos prontuários das mulheres que por lá passaram para selecionar aquelas que tinham o perfil em consonância com aquele pretendido nessa pesquisa.

A segunda etapa dessa investigação se deu por meio da *efetivação das entrevistas individuais* orientadas por um roteiro de questões semiestruturadas. Conforme Tim May (2004, p. 145), “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. Considerando que o objetivo desse estudo, era verificar como as mulheres romperam com o ciclo da violência em suas vidas, captando em detalhes e profundidade o conteúdo das suas falas, a técnica da entrevista permitia tal alcance.

Ter optado pelo tipo de entrevista semiestruturada deveu-se ao fato desta pesquisadora ter ido a campo com certo nível de estruturação, considerando que eu já tinha conhecimento do tema de investigação, através da produção de um trabalho de final de Curso na graduação, que versou sobre violência doméstica, além da minha atuação profissional também nessa área e motivo específico desta produção que está associada aos fatores inibidores e propulsores do rompimento da violência, assim como as estratégias utilizadas pelas mulheres nesse ciclo. A entrevista do tipo semiestruturada possibilitou, ainda, certa flexibilidade na apreensão do conteúdo dos relatos, tanto da parte das entrevistadas como desta entrevistadora inserindo algumas falas que não estavam diretamente relacionadas ao assunto investigado,

⁴³ Conversa com... [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por (+5586...7824) em 07 out. 2017.

mas que julguei importante na análise geral. Ter ido a campo com certo nível de estruturação, não comprometeu a produção de relatos detalhados e aprofundados sobre as categorias analíticas de investigação, a saber: fatores inibidores, e propulsores e estratégias do rompimento da violência sofrida.

O local de realização das entrevistas foi escolhido pelas interlocutoras desta pesquisa, a fim de que ficassem mais à vontade para falar, assim das nove mulheres, oito optaram por me receber em suas casas e somente uma escolheu o seu local de trabalho. Antes de iniciar as entrevistas, eu fazia uma apresentação oral sobre a pesquisa, pontuando os objetivos, a metodologia, assim como informava da garantia do anonimato e preservação das suas identidades, como também a liberdade que possuíam em desistir da participação em qualquer momento do curso da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas, com a permissão das entrevistadas. Na ocasião, elas reafirmaram aceitar participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo, assim, as recomendações de Gaskell (2002), ao dizer que,

A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar, e um pedido para gravar a sessão. O entrevistador deve ser aberto e descontraído com respeito à gravação que pode ser justificada como uma ajuda à memória ou um registro útil da conversação para uma análise posterior. Isto permite ao entrevistador concentrar-se no que é dito em vez de ficar fazendo anotações. [...] O entrevistador deve estar atento e interessado naquilo que o entrevistado diz: devem ser dados encorajamentos através de contato com o olhar, balançando a cabeça e outros reforços. [...]. À medida que a entrevista avança, o entrevistador necessita ter as perguntas na memória, conferindo ocasionalmente o tópico guia, mas o foco da atenção deve estar na escuta e entendimento do que está sendo dito. É importante dar ao entrevistado tempo para pensar, e por isso as pausas não devem ser preenchidas com outras perguntas. [...]. Ao finalizar a entrevista, procure terminar com uma nota positiva. Agradeça ao entrevistado e garanta a ele a confidencialidade das informações. (GASKELL, 2002, p. 82-84).

Durante as entrevistas, percebi diversos comportamentos, ou seja, havia a mulher que me contava sua história e levemente sorria, como se quisesse esquecer ou até mesmo apagar de suas memórias aquela situação vivenciada. Mas, havia também aquela que, a cada recordação, as lágrimas rolavam em seu rosto como símbolo da dor que ela carrega.

Particularmente, durante as entrevistas, em frente das mulheres, assumi uma postura e uma escuta acolhedora, respeitosa e atenciosa para compreender cada relato. Quando elas começavam a chorar, lembrando de momentos dolorosos, eu sugeria para que parássemos a entrevista e que ela pudesse tomar um pouco de água, mas elas sempre engoliam o choro e continuavam a relatar situações extremamente angustiantes. Porém, ao final da entrevista, quando eu me dirigia para minha residência, me vinha um turbilhão de sentimentos, que me davam um nó na garganta e uma sensação de tristeza, impotência e angústia que me consumia. Porém, mesmo com toda essa dor, elas me ensinaram que é possível romper com o ciclo de violência.

Fiz uso da técnica da observação como técnica de complementação ou explicação, afirmação ou contradição dos discursos proferidos na entrevista, através da qual pude perceber, além das suas falas, outros elementos que podiam reforçar, complementar ou contradizer os discursos proferidos através da postura corporal, impostação da voz, gestos e símbolos, auxiliando para uma maior compreensão e sentido dos discursos proferidos (JACCOUD; MAYER, 2008; HAGUETTE, 2000; BECKER, 1993). Como diz Goldenberg (2011):

A observação direta [...] apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações. Essa técnica, complementada pelas técnicas de entrevista em profundidade, revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado. (GOLDENBERG, 2011, p. 34).

A observação também ocorreu quando estive na Casa-Abrigo para a interlocução com a equipe técnica a respeito do processo de abrigamento das mulheres, onde pude observar a dinâmica desse contexto institucional, sua estrutura, funcionamento e atividades direcionadas às abrigadas, descritas em tópico anterior.

Acredita-se como Minayo (2011), que “a simplicidade por parte do pesquisador é fundamental para o êxito de sua observação, pois ele é menos olhado pela base lógica dos seus estudos e mais pela sua personalidade e seu comportamento” (MINAYO, 2011, p. 73), ou seja, não há receitas prontas, eu como pesquisadora deverei desenvolver estratégias de pesquisa, mantendo uma postura atenta, em alerta e eticamente comprometida com os objetivos da minha pesquisa e,

sobretudo, com as pessoas que dela irão fazer parte, respeitá-las e escutá-las sem julgamento, sem constrangimentos e sem verdades científicas constituídas *a priori* que possam embotar ou desvalorizar seus discursos.

Fiz uso do diário de campo em todo o processo da pesquisa “anotando as próprias impressões, as mudanças acontecidas, os obstáculos e as surpresas do processo de pesquisa” (TERRAGNI, 2005, p. 150). Esse instrumento permitiu o registro de todos os momentos e fases da pesquisa e auxiliou na reflexão e construção de premissas e conclusões em torno do objetivo proposto (WHITAKER, 2002; PINTO, 1982). Como diz Minayo (2011), o diário é “o principal instrumento de trabalho de observação [...] na qual escrevemos todas as informações” (p. 71).

A terceira etapa desta pesquisa incluiu o trabalho pós-campo, ou seja, a *transcrição e categorização das falas das entrevistadas visando à análise ou produção de dados* em conformidade com o objetivo geral proposto neste estudo. A transcrição das entrevistas foi realizada na íntegra, tomando notas no diário de campo a partir da observação direta e complementar e, posteriormente, a partir das ideias que vieram à mente em termos dos prováveis indicadores, categorias e indícios de prováveis análises e resultados.

O tratamento analítico dos dados ocorreu por meio da análise do discurso crítica (ADC) compreendo que essa estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico” (MAGALHÃES, 2005, p. 03), oferecendo uma contribuição importante para o debate e análise que envolve as questões ligadas à discriminação baseada no sexo, a exemplo da violência doméstica, tema dessa investigação.

Tomando como referência a concepção teórica de Fairclough (2001a) em sua obra “Discurso e Mudança Social” quando propõe um modelo tridimensional de análise de discurso que compreende texto, prática discursiva e prática social. O autor trata a prática discursiva como a mediação entre o texto e a prática social.

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa “vestígios”) no texto, e o processo interpretativo opera sobre “pistas” no texto. (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 35-36).

Nesse contexto, a ADC “percebe a prática discursiva sob a luz da prática social, como a ferramenta prioritária para identificar e compreender a ação dos processos sociais nos discursos” (COSTA, 2016, p. 56), uma vez que reconhece a importância transformadora dos discursos nas relações de poder.

Aqui utilizo a análise do discurso a partir de uma abordagem teórico-metodológica da produção de sentidos das práticas discursivas sobre o processo de rompimento do ciclo de violência pelas mulheres.

A produção de sentidos é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A produção de sentido é tomada, portanto, como um fenômeno sociolinguístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas. (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 23).

Dessa forma, para compreender a produção de sentidos das práticas discursivas das mulheres sobre a violência, considerando as permanências e as rupturas no ciclo de violência, utilizei a construção de mapas de associação de ideias que tem como objetivo “sistematizar o processo de análises das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística” [...] constituindo-se “instrumentos de visualização que têm um duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (SPINK; LIMA, 2000, p. 107).

Os mapas são instrumentos de visualização do processo de interanimação que possibilitam, entre outras coisas, mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a existência de múltiplas modalidades de diálogos” (SPINK, 2010, p. 38).

A partir disso, cada entrevista foi analisada individualmente e para cada mulher foi elaborado um perfil a partir das suas histórias, bem como a construção de um quadro síntese desse perfil⁴⁴. Foi elaborado também um quadro das categorias analíticas⁴⁵ contendo os fatores impulsionadores, inibidores e as estratégias de rompimento associando-as ao conteúdo das falas das entrevistadas, pontuando-as

⁴⁴ Quadro 4 – Perfil das mulheres entrevistadas.

⁴⁵ Apêndice F – Mapa de Associação de Ideias.

por meio de termos, palavras ou frases, o que correlatamente Spink e Lima (2000) chamaram de mapas de associação de ideias. Assim foram construídas as formas discursivas sobre a violência num processo interlocutivo da teoria com as informações de campo, visando alcançar o objetivo proposto nesse estudo. As observações feitas e as anotações em diário de campo também foram analisadas tomando como referência o conteúdo das entrevistas no sentido da sua contraposição, confirmação e/ou complementação.

O compromisso ético com a pesquisa incluiu a submissão e aprovação deste projeto junto ao Comitê de Ética, da UFPI. No Brasil, há um extenso debate sobre a ética na pesquisa em ciências humanas e sociais e, em 2013, como fruto de várias reivindicações de pesquisadores/as, associações científicas, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), organizou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma minuta da resolução “que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais em sua diversidade, mantendo o foco na proteção dos direitos humanos dos participantes de pesquisa” (GUERRIERO, 2016, p. 2619). Após muitas contribuições, divergentes e convergentes, chegou-se a um consenso do processo de elaboração e aprovação da Resolução Nº 510, 07 de abril de 2016⁴⁶, do Conselho Nacional de Saúde, homologada pelo Ministério da Saúde.

Ressalto que na efetivação da pesquisa de campo, utilizei o Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido para solicitar a participação das mulheres, informando-as sobre os objetivos e metodologia da pesquisa, além da garantia do sigilo quanto aos seus relatos, assim como da liberdade de consentimento e da sua retirada. Acredito que a presente pesquisa traz benefícios, por meio dos resultados encontrados sobre a problemática da violência contra a mulher, no sentido de ter localizado os fatores inibidores e impulsionares do rompimento dessa violência presentes nos discursos das entrevistadas que vivenciaram situações de violência doméstica e que conseguiram romper com o ciclo. Acredito também que ter sido mínimos os danos e riscos causados por esta pesquisa às participantes no sentido de porventura terem se sentido tristes em rememorar momentos tristes vivenciados.

⁴⁶ Resolução publicada no Diário Oficial de 24 de maio de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

Todavia vale ressaltar que lhes foram asseguradas a utilização de procedimentos de confidencialidade e privacidade de suas identidades e que esta investigação não realizou nenhuma intervenção, modificação intencional e nem agiu de forma invasiva em relação a realidade social das mulheres que participaram da pesquisa.

4 SENTIDOS DOS DISCURSOS DAS MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DA VIOLÊNCIA

“Quando a violência termina,
a vida recomeça”
Maria da Penha

Neste capítulo exponho os resultados da pesquisa de campo, propriamente dita, onde faço a análise dos discursos das mulheres que passaram por situação de violência e romperam com seu ciclo. Assim, apresento as impressões que tive durante as visitas de campo na Casa Abrigo “Mulher Viva”. Em seguida, exponho o perfil de cada mulher entrevistada, bem como dos/as seus/as respectivos/as (ex)companheiros/as. Relato sobre as diversas formas de violências vivenciadas por elas, bem como as reações das mulheres. E, para finalizar, faço a análise dos discursos a partir dos fatores impulsionadores, fatores inibidores e as estratégias utilizadas por elas na busca pela ruptura do ciclo de violência.

4.1. Casa Abrigo “Mulher Viva”: estrutura, funcionamento e articulação na Rede de Enfrentamento

O Estado do Piauí possui 01 (uma) Casa-Abrigo chamada “Mulher Viva”, localizada na capital, Teresina-PI, tem estrutura física para receber 20 (vinte) pessoas (mulheres acompanhadas ou não de seus/suas filhos(as) menores de 14 anos). Em 2008, a referida Casa-Abrigo passou por uma reforma e ampliação, através de outro convênio com a SPM, quando foram construídos 02 (dois) novos cômodos, passando de 03 (três) para 05 (cinco) quartos com banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) brinquedoteca e 01 (um) alojamento para policial e motorista. Através deste convênio foram adquiridos também novos equipamentos. Conforme Linhares (2014),

A presente instituição é responsável por atender a demanda não somente de Teresina, mas do Estado do Piauí como um todo, podendo haver acordos de transferências de outras abrigadas de Casas-Abrigos do país. [...] O terreno da Casa é próprio do Estado, sua estrutura é ampla e assemelha-se a uma casa convencional. O muro é sem identificação, os funcionários trabalham à paisana e o próprio automóvel da instituição não porta nenhum nome de órgão público, justamente para não despertar a curiosidade dos moradores ao redor, e evitar a exposição das abrigadas quando essas se dirigem a outros locais fora da Casa (LINHARES, 2014, p. 40).

Desde o período da pesquisa de Linhares (2014), a estrutura da Casa não foi modificada. Entretanto, no sentido de complementar as observações feitas acerca da estrutura, percebi que a Casa possui um terraço e um quintal bem amplo com árvores frutíferas e frondosas, a pintura das paredes estão descascando, há muitas infiltrações, um cheiro muito forte de mofo, os móveis e os eletrodomésticos já estão bem desgastados necessitando de uma reforma urgente, bem como a compra de novos equipamentos, que já foram devidamente solicitados. Todavia, no período que estive na Casa, alguns eletrodomésticos novos foram entregues. Atualmente, na organização do seu quadro de pessoal⁴⁷, há 16 (dezesesseis) pessoas: 01 (uma) Coordenadora Geral, 01 (uma) Assistente Social, 01 (um) Apoio Administrativo, 05 (cinco) Educadoras, 04 (quatro) Motoristas, 01 (uma) Cozinheira, 03 (três) Policiais.

A Casa-Abrigo possui uma rotina que funciona num sistema de auto-gestão, onde as pessoas presentes, tanto as/os funcionárias/os, como as abrigadas participam da limpeza e da organização em geral, sendo a limpeza de cada quarto de responsabilidade de quem ocupa este espaço. O uso do telefone celular, por parte das abrigadas não é permitido nas dependências da Casa, o mesmo é recolhido e guardado pela equipe técnica⁴⁸. Mas, elas podem telefonar para suas famílias quando for preciso, desde que acordado com a Equipe. As crianças em idade escolar têm direito ao acesso à escola que já frequentavam. Assim, o carro da Casa fica à disposição para deslocar as crianças até a escola, bem como, pegarem no final das aulas.

Como mencionado anteriormente, o abrigamento dura cerca de 90 a 180 dias, tendo o caráter sigiloso para assegurar acolhimento e proteção para as mulheres. No entanto, mesmo com esse tempo previsto para o período do acolhimento, há casos de maior vulnerabilidade social que acabam ultrapassando esse período, a exemplo, do caso de Ewá, que ficou abrigada por 477 dias (01 ano, 03 meses e 22 dias) na Casa-Abrigo “Mulher Viva”, em Teresina-PI. No trecho abaixo, ela relata um momento específico, ou seja, como conseguiu um trabalho após escrever uma carta para o Governador relatando sua situação e, com isso, as estratégias criadas em conjunto com a equipe da Casa-Abrigo para sair do abrigamento e dar prosseguimento à vida com suas filhas.

⁴⁷ Estas informações foram coletadas pela pesquisadora desta investigação durante as imersões em campo, que foram iniciadas no dia 02 de outubro de 2017 e finalizadas no dia 30 de novembro de 2017.

⁴⁸ Chamo de Técnica a equipe psicossocial da Casa-Abrigo.

[...] primeiramente, ele não leu a carta. Cheguei com a carta lá, eu toda nervosa, meu Deus do céu, peguei, ele se abaixou lá pra falar com a criança, peguei entreguei a carta, aí ele viu minha cara, só oiou assim pra cima e, 'você tem contato?'. Aí eu disse: Na carta! Aí eu disse: não, tenho não (E ele disse): 'vá lá e bote o contato'. Aí eu botei o contato lá da Educadora, e pegou e botou dentro do bolso, aí eu: já era, eu pedindo um emprego a ele, aí já era, aí ele pegou e botou no bolso. Ai ele, depois com muitas horas, a muié dele foi falar lá na frente aí ele pegou e viu, falei o tanto de mês, o tanto de ano que eu tarra lá na Casa-Abrigo, tarra com uns seis meses aí ele pegou e ficou, né, 'meu Deus o que essa muié faz esse tempo todo aí dento dessa casa?' Aí foi e chamou, né, e me chamou. 'O que você faz lá dento? E lá num é só pouco tempo, né? Quantos meses é lá?', perguntou à Educadora. A Educadora: 'é só três meses'. [E ele diz:] 'Porque ela tá lá até esse tempo, já resolveram as coisas dela?'. 'Aí já, já foi encaminhado pra isso, pra aquilo, já tá tudo ajeitado o problema é que não tem, dá pra ir'. Aí eu falei que estava esperando a casa, aí ela está esperando uma casa, Minha Casa Minha Vida, só que ainda não chamaram. Aí ele disse, pegou e falou assim pro [Secretário da Assistência Social], 'ó bota ela num colégio ou num hospital'. Aí eu pensei que era brincadeira, mas ele tarra mandando ele me colocar, aí eu (risos) fiquei na minha, eu só andarra sorrindo dento da casa, só de felicidade, meu Deus do Céu eu vou trabalhar, nem acredito! Aí passou uma semana eles me chamaram, aí eu fui na SEDUC, assinar meus papel pra mim trabalhar, aí eu já comecei a trabalhar dento da Casa-Abrigo. Já saí de lá eu já tinha uns cinco meses já de trabalho. (Ewá, 34 anos).

Mesmo tendo vivenciado vários processos de exclusão social, Ewá teve força e coragem para mudar sua realidade, buscando por ajuda nos diversos serviços socioassistenciais. Quando chegou à Casa-Abrigo, ela percorreu também por todos os serviços especializados da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. No período em que esteve abrigada, ela conseguiu um trabalho e uma casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para morar com suas filhas, assim como relatou acima. Ewá foi a abrigada que passou mais tempo na Casa-Abrigo, dentre as mulheres que entrevistei, pois, a sua situação de vulnerabilidade social era extrema, ou seja, ela não tinha onde morar, não tinha um trabalho, precisou aprender determinadas regras sociais básicas como tomar banho no banheiro, entre outras.

Percebi aqui alguns indicativos de problemas na política de abrigamento, possivelmente a ausência de uma articulação ou parceria efetiva entre os órgãos públicos, as empresas privadas e/ou as ONGs com o Governo do Estado para empregá-las, profissionalizá-las e capacitá-las. Como diz Linhares (2014):

(...) sem ações compartilhadas e articuladas no conjunto de órgãos que compõem essa rede, seus serviços se tornam, de certo modo, ineficiente mediante a impotência de operarem sem estruturas adequadas e recursos satisfatórios. Percebe-se, por parte da Casa-Abrigo “Mulher Viva”, a presença de iniciativas, interesses e boa vontade por parte do seu corpo funcional, mas essas qualidades esbarram na ausência de uma política mais efetiva no combate e enfrentamento da violência contra a mulher. Se por um lado, a referida instituição busca assegurar o conforto, segurança e proteção das usuárias e dos seus filhos, por outro reconhece suas limitações. (LINHARES, 2014, p. 55).

Essa falta de articulação é uma das grandes dificuldades para que o trabalho em rede aconteça, visto que um serviço que atue de forma isolada não é capaz de atender as demandas referentes aos casos de violência doméstica, por ser considerado um fenômeno bem complexo. Neste sentido, é de grande importância no enfrentamento à violência contra as mulheres que sejam realizadas diversas ações articuladas que garantam os serviços especializados voltados para o apoio social, psicológico, de saúde, policial e jurídico.

4.2. Perfil de identificação social e síntese dos relatos de vida das mulheres

Nesta pesquisa, como já foi dito, entrevistei 9 (nove) mulheres que declararam ter rompido com o ciclo de violência, com faixas etárias que variam desde 34 a 48 anos. Assim, apresento, nesse tópico, de forma sistemática, um quadro contendo o perfil de identificação social de cada entrevistada com informações sobre idade, cor/raça, estado civil, quantidade de filhos(as), religião/culto, escolaridade, trabalho/ocupação, tempo de convívio com o “agressor” e período de abrigamento; além das sinopses dos relatos sobre suas histórias de vida, através das quais se tem uma ideia geral de quem são as participantes dessa pesquisa e como vivenciaram o ciclo de violência.

Acrescento ainda que no contexto da vida de cada mulher, está incluso um perfil sucinto sobre seus/suas respectivos/as agressores/as, construído a partir das informações dadas pelas mulheres; informando como se conheceram, como se deu o processo do ciclo de violência em suas vidas e o caminho percorrido de atendimento pelos serviços institucionais e ajuda e/ou orientação da sua rede social (família, vizinhança, amigos/as).

Para preservar a identidade das interlocutoras desta pesquisa, assegurando-as o anonimato, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas na entrevista, optei por utilizar como pseudônimo o nome das Yabás⁴⁹, que significa “Rainhas”, um termo dado, no Brasil, para definir as orixás femininas. Desse modo, as falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa estão sendo identificadas por meio do pseudônimo e da idade.

Considero relevante fazer algumas observações, dentre elas, destacar que muitas dessas mulheres se queixaram do esquecimento de detalhes sobre a violência vivida, alegando o tempo já distante do ocorrido. Outras falaram da dor de relembrares suas histórias de violências e, conseqüentemente, das dificuldades de falar sobre o assunto, embora tenham consentido de livre e espontânea vontade a participação na pesquisa o que, por outro modo, me fez refletir sobre as marcas indeléveis deixadas por essa violência, onde o esquecimento pode ser uma estratégia de não dizerem em pormenores os sofrimentos e vergonhas morais que passaram, e a presença da dor como clara demonstração das quão danosas foram essas violências em suas vidas que as revivem, sobretudo, na alma, ao falarem.

De acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ressalta-se que eventuais danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente são passíveis de reparação, ainda que não previstos. Neste sentido, caso houvesse algum dano de cunho psicológico e/ou outros possíveis desconfortos, tais como: constrangimentos, desconfortos, somatizações, raivas e medos ao responderem os instrumentos da pesquisa para o levantamento de informações, a responsável da presente pesquisa tomaria as devidas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos, indicando os serviços especializados das clínicas escolas de psicologia das faculdades privadas, universidades públicas e/ou dispositivos de saúde pública na cidade de Teresina/PI, bem como encaminhamento, caso seja necessário, para atendimento privado sob ônus da pesquisadora.

Assim sendo, apresento as mulheres participantes desta pesquisa.

⁴⁹ A utilização deste termo não faz nenhuma comparação com as histórias de vida das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, sendo meramente utilizado como um nome fictício. Assim, justifico essa escolha por compreender que as Yabás são mulheres guerreiras, que representam a força e a resistência, assim como, percebo essa força e essa resistência nas mulheres que tive a oportunidade de ouvir, a partir de suas narrativas, trajetórias, memórias, histórias de vida, sentimentos, dores. Uma vez que é uma forma de homenagear as Rainhas que orientam minha fé.

Quadro 4 - Perfil das mulheres entrevistadas

Nº	PSEUDÔNIMO	IDADE	COR / RAÇA	ESTADO CIVIL	FILHOS	RELIGIÃO / CULTO	ESCOLARIDADE	TRABALHO/ OCUPAÇÃO	TEMPO DE CONVÍVIO (com o ex-companheiro)	DURAÇÃO DO ABRIGAMENTO
1.	Egunitá	40	Parda	Casada (solicitou a separação)	02	Evangélica	Ens. Médio Completo	Agente Comunitária de Saúde	12 anos	28 dias
2.	Ewá	34	Parda	Solteira	06	Católica	5º. Ano do Ens. Fundamental	Serviços Gerais	06 anos	01 ano, 03 meses e 22 dias
3.	Naná	35	Parda	Casada (solicitou a separação)	01	Evangélica	Ens. Sup. Completo (Cursando Pós-Graduação)	Vendedora Informal	08 anos	27 dias
4.	Obá	37	Negra	Separada	05	Católica	4º. Ano do Ens. Fundamental	Diarista – Doméstica (Desempregada)	13 anos	22 dias
5.	Oyá Tempo	39	Parda	Solteira	00	Católica	Téc. em Segurança do Trabalho	Operadora de Teleatendimento – Call Center	01 ano e 14 dias	17 dias
6.	Onilé	48	Negra	Solteira	02	Católica	Ens. Médio Completo	Diarista	09 anos	03 meses
7.	Oxum	41	Parda	Divorciada	02	Católica	Ens. Sup. Completo / Téc. em Enfermagem	Téc. em Enfermagem e ACS	16 anos	01 mês e 15 dias
8.	Yansã	38	Parda	Solteira (União Estável)	04	Católica	1º ano do Ens. Médio	Secretária (Escola da Rede Pública)	+ de 20 anos	01 mês
9.	Yemanjá	44	Branca	União Estável	04	Católica	Ens. Médio Completo	Aulas de reforço (Desempregada)	09 anos	02 meses e 21 dias

Fonte: Autoria própria. Dados coletados no período de outubro a novembro de 2017

EGUNITÁ: Tem 40 anos, autodeclara-se na cor parda, separada, mas na documentação ainda consta como casada, embora já tenha solicitado a separação. No momento, não se relaciona com ninguém. É evangélica, possui ensino médio completo. Mora com os 2 filhos, um menino de 8 anos e uma menina de 1 ano e 10 meses, filhos do mesmo pai. É funcionária pública, trabalha atualmente como Agente Comunitária de Saúde (ACS). Seu ex-companheiro e agressor tem 33 anos, é negro, está desempregado, possui, Ensino Médio Incompleto. Quando se casaram, ele só tinha feito até o 9º. ano série do Ensino Fundamental. Ela ressalta ter pago cursinho para ele que não quis nada. Eles se conheceram numa cidade do interior do Piauí, na casa da avó de uma amiga dela, durante a Semana Santa⁵⁰. O relacionamento durou cerca de 12 anos, tendo acabado devido às práticas de violência do companheiro que, segundo ela, durante 11 anos de convivência ele sempre demonstrava ciúmes e nos últimos dois anos começou a ter atitudes mais violentas, desde a segunda gravidez, por volta de março de 2015, que as agressões acontecem. As formas de violências mais praticadas eram verbais e psicológica. As brigas frequentes, a deixaram cansada, então decidiu sair de casa e passar alguns meses na casa da mãe e o quadro só foi piorando. Associa o comportamento violento do ex-companheiro ao fato dele ter sido rejeitado pela família, pois não teve a presença da mãe e nem do pai, sendo criado pela avó. Mas avalia também que pode ser um distúrbio que ninguém saiba. Afirma que quando começaram a namorar já havia um histórico de violência na família dele, mas desconhecido por ela. Quando denunciou o companheiro a primeira vez, chegou a retirar a queixa a pedido da sua sogra voltando à convivência conjugal quando, segundo ela, “tudo ia bem”, mas o comportamento violento retornou; ela associa ao fato dele ter começado a trabalhar e, ter dado início ao uso de drogas e bebidas alcoólicas. Demonstra ser uma mulher independente, tendo no trabalho sua autonomia financeira, diz que nunca dependeu do seu ex-companheiro, e afirma que ele era quem dependia dela: Entretanto, por vezes, se questionava sobre os motivos de ter permanecido num relacionamento violento. Mediante as ameaças, procurou ajuda em sua rede social (família, vizinha) e também na rede institucional (através da denúncia na DEAM), onde registrou vários boletins de ocorrência. Em uma das vezes que foi à DEAM, em

⁵⁰ A Semana Santa é uma tradição religiosa católica que celebra a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Jesus Cristo. Disponível em: <<https://osegreto.com.br/2017/04/o-significado-da-semana-santa/>> Acesso em: 07 dez. 2017.

2011, a equipe da Delegacia a encaminhou para a Casa-Abrigo, onde foi abrigada por três vezes. Na última vez, em 2016, decidiu ir morar em São Paulo, mas com dois meses retornou para Teresina.

EWÁ: Tem 34 anos, autodeclara-se morena clara, no momento está solteira e sem relacionamento. Ex-moradora de rua, ex-usuária de drogas. É católica, mas às vezes, frequenta a Igreja Evangélica. Estudou até o 5º. ano do Ensino Fundamental. Tem 06 filhas, todas mulheres, com as idades de 18, 11, 7, 5, 3 e 2 anos. A primeira, a segunda e a terceira são filhas de pais diferentes. Já a quarta, a quinta e a sexta são filhas de um mesmo pai. A primeira filha foi criada pela avó e atualmente reside em outra cidade, é casada e tem um filho. A segunda filha foi criada por uma tia, a quarta é criada pela família do pai da criança e a quinta filha foi doada para o Lar da Criança. Com ela, convivem a terceira e a sexta filha. Ewá trabalha numa escola pública do Estado na função de Serviços Gerais, desde 2016, e recebe um salário mínimo. Recebe, pensão da filha caçula e o auxílio Bolsa Família que com seus rendimentos vão compor a renda familiar. Seu ex-companheiro e agressor tem em torno de 45 anos, é negro, trabalha como servente de pedreiro, recebe um salário mínimo, tem Ensino Fundamental Incompleto. Eles se conheceram em um bar, onde ela bebia. O relacionamento durou cerca de 06 anos, mas acabou porque quando ele bebia e batia nela. A violência esteve presente desde o começo do relacionamento e era mais comum aos finais de semana quando bebiam, ocasiões em que ele pedia que ela comprasse drogas e mantivesse relações sexuais com ele. Um dos motivos desencadeadores das agressões era o fato dela fugir com medo dele enquanto este dormia, alegando que o companheiro “virava um bicho”. Os tipos de violências praticadas por ele eram: cárcere privado, facadas, surra de corrente e várias tentativas de enforcamento e estupro. Ao ser agredida reagia mordendo o companheiro. Por vezes, se sentia obrigada a ficar com ele porque avaliava que ele a ajudava. Ela morou por muito tempo na rua, cerca de cinco anos direto, mas tinha sempre em mente que queria mudar de situação e se dessem uma oportunidade ela mudaria, porque queria mudar. Em 2015, foi para o Centro Terapêutico “Espaço de acolhimento e valorização da vida”, onde ficou por oito meses. Depois que saiu desse Centro foi atrás do ex-companheiro para dizer que estava limpa, incentivando-o também a parar de beber, todavia essa investida não foi bem aceita por ele e ainda tornou-se motivo de agressão contra ela, que registrou a denúncia e foi encaminhada para a Casa-Abrigo. Por viver na rua durante muito tempo de sua vida,

ela passou por um processo de ressocialização para se adaptar às rotinas da Casa. No período que esteve na Casa-Abrigo foi convidada a participar de um evento no Lar das Crianças, oportunidade em que pediu que todas escrevessem uma carta ao Governador, contando suas histórias e a situação atual. Ressalto que dentre as entrevistadas, Ewá foi a abrigada que mais tempo passou na Casa.

NANÃ: Tem 35 anos, autodeclara-se parda. Casada, mas solicitou a separação e não se relaciona com ninguém, no momento. Tem uma filha, de 03 anos. Evangélica. Possui Ensino Superior Completo (Teologia e Magistério do Ensino Superior), estudou até o 5º período de Pedagogia, e atualmente cursa duas especializações. Trabalha como vendedora informal de açaí no bairro onde reside. Sobre seu ex-companheiro e agressor disse que tem 28 anos, é moreno, trabalha no serviço público e estudou até o 9º. ano do Ensino Fundamental. Eles se conheceram na Igreja onde ele era auxiliar de pastor e deu um testemunho, em que dizia que era ex-trafficante, ex-drogado, ex-dono de gangue e que já tinha matado dez pessoas, mas que havia se arrependido e que era outra pessoa, tinha mudado por causa de Deus, o que a fez se interessar por ele e a conquistou, também tinha a intenção de casar. Entre namoro, noivado e casamento durou seis meses, tempo que ela hoje avalia como curto para conhecê-lo. Tudo se deu de forma rápida, porque ele dizia que pastor não namorava, casava logo. O relacionamento durou cerca de 08 anos e terminou devido aos maus tratos do ex-companheiro, quando ela passou por várias formas de violência, indo desde violência física, verbal, psicológica até sexual. Ela ressalta que os discursos proferidos por ele na igreja remetiam às mudanças no seu comportamento, depois que se aproximou de Deus. Todavia, as práticas dele no âmbito da família eram bem diferentes daquelas proferidas na igreja; dentro de casa ele a maltratava, dizia que iria se separar dela, que queria vê-la sofrer. Ela aguentava aquela situação sempre orando, pedindo ao Senhor para que mudasse, pois sentia que ele ainda não estava liberto. Afirmou que quando ele acordava pela manhã já era com ódio dela, certa vez a agrediu fisicamente, dando um murro em sua perna que deixou hematomas por três semanas. Também deu um soco em sua barriga, quando estava grávida de seis meses, que precisou ficar internada. No período da gravidez sofreu ainda mais com as violências do companheiro que agora se estendem, por ameaças, à filha que ia nascer passando posteriormente a abusar sexualmente dela. Nanã descreveu seu comportamento, em relação ao companheiro, como carinhoso, paciente e sempre querendo salvar o casamento. Diz

que quando estava grávida as diversas violências praticadas pelo marido contra ela só aumentaram, inclusive aquelas do tipo sexual, abusando não só dela, mas da criança. Segundo ela, o companheiro era manipulador, torturador, psicopata e pedófilo. Afirmou que ele havia dito que o seu prazer era vê-la sofrer. Nanã se cansou de sofrer e saiu de casa indo morar com a mãe e contando a essa o sofrimento que há tempos passava por conta do marido, mas tão logo teve a filha a mãe dela disse ao seu marido que fosse cuidar da filha dele, esse se mudou para a casa da sogra. O abuso sexual à filha fez com que ela denunciasse a DEAM que a encaminhou juntamente com a filha para a Casa-Abrigo.

OBÁ: Tem 37 anos, autodeclara-se morena clara⁵¹. Separada e, no momento, tem um “paquera”. Católica. Estudou até o 4º. ano do Ensino Fundamental e não estuda. Tem cinco filhos, três meninos na idade respectivamente de dezessete, treze e doze anos e duas meninas, uma de quatorze e outra de onze anos. O primeiro filho é de um pai e os demais são filhos do seu ex-companheiro. Ela trabalha como diarista e o filho mais velho faz “bico” como jardineiro. Sobre o ex-companheiro, ele tem 36 anos. Branco. Trabalha num Centro Educacional mantido pelo Governo do Estado do Piauí. Analfabeto, mas assina o nome e segundo ela, muito ruim. Eles se conheceram em 2002, através do namorado de uma irmã, ele é irmão do namorado da irmã dela. No início, ela dizia que não o queria, mas com o tempo foi aceitando. Quando se conheceram, ela já tinha o primeiro filho. O relacionamento durou cerca de 13 anos. E acabou porque ele era muito violento, principalmente quando bebia, agredindo ela e os filhos. As práticas de violência iniciaram a partir da segunda filha, a agredindo mesmo quando estava grávida. Com relação às despesas de casa, o companheiro gastava o que recebia todo na rua, limitando-se a gastar com o orçamento doméstico só o valor referente aos *tickets* alimentação que recebia. Não comprava roupas e calçados para os/as filhos/as. A

⁵¹ Segundo IBGE, as pesquisas sobre cor ou raça da população brasileira são realizadas com base na autodeclaração, ou seja, as pessoas são questionadas a partir de cinco opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Com isso, tomando o meu referencial de autodeclaração de cor, como preta, estranhei a autodeclaração da entrevistada, considerando que tinha a pele escura e traços do rosto e cabelos crespos, tradicionalmente características que se denomina como uma pessoa preta. Assim, hipoteticamente, penso que o fato dela não se denominar preta pode estar relacionado ou remetê-la a uma carga de marginalização e exclusão social que a população negra sofre em nossa sociedade, isto é, remetê-la a uma condição de exclusão *a priori*, então trata-se de utilizar estrategicamente uma denominação na qual se sintam mais inserida socialmente. Para aprofundar a discussão, ver PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 54 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7099.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

violência acontecia com mais frequência aos finais de semana. A violência mais grave, segundo ela, foi quando a arrastou pelos cabelos, pisando e apertando o seu pescoço, dizendo que ia matá-la. As agressões do companheiro em relação aos/as filhos/as, foi denunciada por uma pessoa conhecida dela no Conselho Tutelar. Posteriormente a própria Obá tomou a decisão de romper com a violência buscando os serviços especializados através da DEAM, sendo orientada e encaminhada para a Casa-Abrigo. Quando esteve na Casa, ela teve atendimento na Defensoria e Tribunal de Justiça. Um dos encaminhamentos do caso, depois da separação, foi que o seu ex-companheiro pagasse pensão para os/as filhos/as.

OYÁ TEMPO⁵²: Tem 39 anos, autodeclara-se parda. Solteira, sem relacionamento no momento. Católica, não praticante. Possui o Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Nível Médio, onde estuda atualmente para seleção de ingresso ao Ensino Superior em uma Instituição Pública. Não tem filhos. É Operadora de Teletendimento – Call Center e atualmente encontra-se de licença. Sua ex-companheira, tem 40 anos. Parda. Aposentada. Possui o Ensino Médio Completo. Elas se conheceram em um Natal na casa da Flor da Ingazeira, mas, já se conheciam desde 2002, no movimento estudantil. O relacionamento, segundo ela, durou “01 ano, 14 dias, 16 minutos e 12 segundos” e acabou porque sofria vários tipos de violências por parte da companheira, indo desde a física, verbal até a psicológica. Ao decidir romper com a violência e denunciar a ex-companheira, ligou para o Disque 180 e posteriormente foi a DEAM, comunicando também ao movimento social no qual militava. Foi encaminhada pela Delegacia à Casa-Abrigo. Quando saiu buscou os serviços da ADH referente à medida protetiva. Atualmente decidiu morar fora do país.

ONILÉ: Tem 48 anos, autodeclara-se negra. Solteira, sem relacionamento no momento. Católica. Possui o Ensino Médio Completo e não estuda atualmente. Tem dois filhos, uma garota de dezoito anos e um garoto de oito anos, de pais diferentes. Atualmente está desempregada e não recebe auxílio benefício do governo. Quando trabalhava era diarista. O ex-companheiro tem 40 anos. Negro. Analfabeto funcional, não sabe ler, só assina o nome. Desempregado, vive à custa da própria mãe. Eles se conheceram através de uma vizinha que manteve um relacionamento com ele. Findado o relacionamento com a vizinha, um tempo depois, eles passaram a se relacionar. Entre idas e vindas, o relacionamento com seu ex-companheiro durou 09

⁵² Este foi um caso lésbico atendido pela Casa-Abrigo.

anos, acabando por conta das práticas de violência sofridas que eram diversas e se agravavam por conta desse ex-companheiro ser usuário de drogas. Ela já tinha feito dois ou três Boletins de Ocorrência, sendo que em uma dessas vezes, ele descumpriu a medida protetiva, foi preso em flagrante, passando três dias detidos, porém, a mãe dele pagou a fiança. Entretanto, houve uma situação onde a violência foi mais grave, momento este que ela retornou à DEAM para registrar a queixa e a Delegada a encaminhou para a Casa-Abrigo. Chegando na Casa, ela foi encaminhada também para outros atendimentos especializados, tais como a Defensoria e o Juizado. Seus filhos continuaram indo para a escola, cujo motorista da Casa-Abrigo os levava e trazia. Na Defensoria, foi resolvido sobre a pensão alimentícia, uma vez que ele está desempregado, mas a mãe dele que é aposentada ficou sendo a responsável para pagar a referida pensão, por meio do desconto na folha de pagamento, porém ela não recebeu nada até hoje. No Juizado foi liberada a medida protetiva, momento este quando ela foi desligada da Casa, pois ficaram sabendo que ele foi embora, com medo da polícia, até hoje ele está sumido. Atualmente, ela está procurando uma nova casa, um novo endereço, visto que ela quer vender sua casa para poder recomeçar sua vida com seus filhos.

OXUM: Tem 41 anos, autodeclara-se parda. Divorciada e no momento dessa entrevista não se relacionava com ninguém. Católica. Possui o Ensino Superior Completo, tendo duas formações: Licenciatura Plena em Pedagogia e Bacharelado em Administração. Possui também formação técnica em Enfermagem. Atualmente não estuda. Tem dois filhos, um menino com vinte e dois anos e uma menina com dezesseis anos, filhos de um mesmo pai. É funcionária pública, trabalha como Técnica em Enfermagem e Agente Comunitária de Saúde (ACS), atualmente não exerce essas funções devido à violência sofrida. O ex-companheiro tem 66 anos. Branco. É segurança aposentado. Eles se conheceram através da sua mãe, ele era amigo de um conhecido dela. O relacionamento durou 16 anos e acabou devido as violências que ela sofria, sobretudo, a agressão aos filhos. A família não a estimulava a se separar do companheiro, mesmo sabendo dos maus tratos que ela e os filhos passavam. Todavia, ela encontrou no trabalho uma forma de se desvencilhar dele. Fez um concurso para sua área de formação, foi aprovada e se separou. Entretanto, mesmo separada houve uma tentativa dele de matá-la. Ela o denunciou à DEAM e na época a Delegada que fez o atendimento disse que tinha que ter as provas e que ela ou ele deveriam sair de casa. Posteriormente, ela foi

atendida pelo Ministério Público e lá ela foi orientada e encaminhada à Casa-Abrigo, sendo que, ela foi abrigada por duas vezes na Casa.

YANSÃ: Tem 38 anos, autodeclara-se parda. Solteira, mas convive com seu companheiro em união estável⁵³. Católica. Possui o primeiro ano do Ensino Médio. Tem quatro filhos/as: um rapaz com vinte anos, uma moça com dezenove, um menino com treze e uma menina com 10 anos, sendo que o primeiro é de um pai diferente dos demais filhos, cujos pai é o seu atual companheiro. Ela trabalha na Secretaria de uma escola da prefeitura de Teresina. Seu companheiro tem 41 anos. Trabalha como vendedor informal (ambulante) vendendo frutas. Pardo. Estudou até o 8º. ano do Ensino Fundamental. Eles se conhecerem quando ela tinha onze anos de idade e namoraram até os 15 anos, depois ele foi morar em São Paulo e ela se relacionou com outra pessoa com quem teve um filho. Quando ele voltou, ela tinha se separado do pai do primeiro filho e voltaram a namorar. O relacionamento dura mais de 20 anos. Mesmo com as situações de violência, sobretudo psicológica, verbal e física, ela não se separou de vez do atual companheiro, sendo que, em outras situações ela chegou a se separar dele, mas, sempre voltavam. No dia que ele a agrediu gravemente, tentando enforcá-la, ela fez a denúncia na DEAM, que a encaminhou para a Casa-Abrigo, pois ela havia justificado que não tinha para onde ir. Durante o abrigo, ela foi atendida também pela Defensoria e Juizado. Com isso, teve uma audiência que objetivava tratar da separação, bem como, a divisão dos bens e pagamento de pensão, assim tudo foi encaminhado para que ele saísse de casa e pagasse a pensão dos/as filhos/as. No entanto, quando ela chegou em casa, após a saída da Casa-Abrigo, ele dirigiu-se até o encontro dela, chorando, pedindo para voltar, dizendo que iria mudar, que tudo seria diferente. Eles conversaram e reataram o relacionamento, tendo em vista que ela ressalta que a mudança que ela tanto desejava, aconteceu; por isso, ela sempre destaca que não adianta somente a mulher querer romper com a violência, o companheiro precisa querer mudar. Ele aceitou as condições impostas por ela, ou seja, ele vendeu o som do carro, deixou de beber, de sair sozinho, de ter desconfiança dela no trabalho, deixou de xingar e quebrar as coisas dentro de casa, etc. Assim, ela deu mais uma chance, porém, não retirou a queixa, pois ela ressalta que se ele tornar a ser violento com ela, ela não irá continuar no relacionamento.

⁵³ Importante situar que este é o único caso em que o relacionamento não foi rompido, ou seja, eles permanecem juntos.

YEMANJÁ: Tem 44 anos, autodeclara-se branca. Atualmente está numa união estável, posterior ao relacionamento violento. Católica. Possui o Ensino Médio Completo e não estuda atualmente. Tem quatro filhos/as: duas jovens, uma de vinte e outra de dezoito anos, uma menina de oito anos e um recém-nascido de um mês e 11 dias. São filhos/as de pais diferentes, as duas primeiras são do relacionamento anterior e o casal de filhos mais novos é do atual relacionamento. Desempregada, mas faz “bico” em casa dando aulas de reforço e fazendo rede de artesanato. As filhas mais velhas estudam na UFPI, uma delas tem uma Bolsa de Apoio Estudantil da PRAEC. Sobre seu ex-companheiro, diz não saber a idade do mesmo, mas que trabalhava na agricultura. Tinha Ensino Médio Completo e parece-lhe que um Curso Técnico. Eles se conheceram no carnaval, em Regeneração, há mais ou menos vinte e dois anos atrás. O relacionamento durou 09 anos. Acabou por conta das agressões que sofria por parte dele que a prendia em casa (ela não podia falar com a vizinhança), xingava, ameaçava, batia e a constrangia falando da sua vida sexual para as pessoas. Quando estavam em locais públicos com ela e as filhas, a postura dele era desprezá-las, fingindo como se nem as conhecessem. Numa das situações mais extremas de violência física, que ocorreu na frente das filhas e onde essas foram ameaçadas com uma faca, momento este, quando ela decidiu romper com a violência. Assim, ela resolveu denunciá-lo na DEAM, por meio de uma ligação telefônica, onde a polícia foi até sua residência e todos foram direcionados à Delegacia para prestar a denúncia. Depois de feito o Boletim de Ocorrência, ela voltou para casa e minutos depois ele também voltou para casa. Ela pediu para eles se separarem e ele não aceitou. No outro dia, ela procurou a Defensoria Pública, onde foi encaminhada para a Casa-Abrigo. Chegando na Casa, ela teve outros atendimentos; a exemplo disso no Juizado, uma vez que houve um longo processo com muitas idas e vindas para negociar a situação dela, até acontecer uma audiência onde ele cedeu, por temer a justiça e aceitou deixar a casa para ela morar com as filhas, saindo de casa. Assim, ela saiu da Casa-Abrigo e voltou para sua casa própria, onde ela mora até hoje. Ela ressalta os obstáculos enfrentados depois que ela se separou, tais como, a dificuldade financeira para pagar as contas de água e luz (passou mais de três anos sem água e luz em casa), comprar os alimentos, pois era ele que mantinha a casa. Tempos depois, ela conseguiu um trabalho. Hoje, ela vive com as filhas e o atual (novo) companheiro na referida casa.

4.3. As múltiplas faces da violência contra as mulheres e suas reações

A Lei Maria da Penha tipifica e define a violência doméstica e familiar contra as mulheres, estabelecendo as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Para uma melhor compreensão dessa tipificação das formas de violência, apresento a conceituação a partir da Lei Maria da Penha, de acordo com o Art. 7º:

I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2012, p. 19-20).

No entanto, essas violências praticadas contra as mulheres também atingem os/as filhos/as, ocasionando sérios danos à vida das crianças, tais como, “menor imunização infantil, maior mortalidade até os cinco anos e maior prevalência de comportamento agressivo e problemas escolares” (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013, p. 135). Além de testemunhar essas violências, as crianças podem ser agredidas fisicamente, psicologicamente e até sexualmente pelos ex-companheiros.

Egunitá sempre ressaltava que na sua relação vivenciada, ela fazia de tudo pelo seu ex-companheiro: “[...] ele tava dentro de uma casa, ele tinha mulher, ele tava comendo, ele tava vestindo, andando dentro do carro, ele iria querer o quê,

fia?” (Egunitá, 40 anos). Na época da relação, ele estudava e ela ressaltou que até cursinho, ela pagou para ele: “fiz dele um homem, mas, não quis nada” (Egunitá, 40 anos). As violências praticadas por ele eram: agressão verbal e tortura psicológica, uma vez que as sucessivas traições e a ingestão de bebidas alcóolicas a deixavam muito chateada.

Meu Deus, por que a gente passa por isso, se a gente não depende dessa pessoa? Por que que eu vou ficar com a pessoa só por causa daquilo? A gente fica pensando, né, a gente passa por cada coisa, se pergunta, entendeu? Por que, tipo assim, a pessoa não tá servindo pra você pra nada e fica dentro de casa só pra lhe atormentar e num dá paz nem pra mim, nem pros meus fi. Aí a gente pergunta, a gente fica com medo, tipo assim, por as ameaças, ele já tinha trazido até uma bala pra mim. (Egunitá, 40 anos).

Ela também ressaltou os momentos de aflição mediante as situações de violência, quando ela diz: “sabe o que é você entrar num deserto e parece que você não vê saída?” (Egunitá, 40 anos).

Para **Ewá**, as situações de violência aconteciam em torno da dependência química e quando decidiu parar com o uso de drogas, ela procurou seu ex-companheiro e disse: “[...] deixei a droga, eu tô bem, eu tô limpa agora, eu queria que você fizesse a mesma coisa’. Ai ele não fez! Aí ele me bateu, me deu umas ‘pesada’. Aí eu de madrugada com ela no meio da rua! [...] Aí a polícia me pegou e me levou pra Delegacia da Mulher” (Ewá, 34 anos).

Nanã reforça que “comeu o pão que o diabo amassou”, pois ele sempre dizia “quando essa criança nascer, tu vai ver o que eu vou fazer com ela, sempre ficava falando, aí nunca imaginava o que era, nunca entendia o que era, né” (Nanã, 35 anos). Certo dia, ela grávida de 06 meses, ele deu um murro em sua barriga, ao ponto de ela precisar ir para o hospital, pois como ela me disse: “fiquei três dias lá internada, quase morta, ou morria ela ou morria eu. Aí ele dizia assim: ‘agora desgraça, tu diz pro médico o quê que eu faço contigo’” (Nanã, 35 anos), demonstrando assim, o comportamento violento que era permanente. Em um outro momento, ela reuniu os membros da Igreja e disse:

Olha aqui irmãos, esse homem aqui, ele é pastor na Igreja, mas dentro de casa ele é um capeta, dentro de casa ele me maltrata, ele me chuta, ele me xinga, empurra da cama, dorme separado da cama comigo, e eu aqui gestante, não tem paciência comigo, e o prazer dele é me ver sofrer, e eu num quero que vocês nenhum aqui seja

enganado, esse homem tá enganando vocês de todo jeito. A igreja ficou todo mundo assim assustado, né, aí quando foi no outro dia a igreja mandou a gente ir embora, aí a gente veio embora pra cá, pra Teresina. (Nanã, 35 anos).

Ele dizia que seu prazer era vê-la sofrer. Certo dia ela me relatou que estava cansada de tanto sofrer, que decidiu sair de casa e ir para a casa da mãe dela, onde ela ficou separada dele por um mês. Neste momento, ela contou para a mãe dela tudo o que ela passou, sendo que, em outro momento ela já havia feitos alguns comentários sobre o que havia sofrido. Porém, quando a criança nasceu ela, sua mãe disse para ele: “agora tu vai cuidar da tua filha, só que ele não entendeu, ele pegou as malas dele e veio pra cá, pra casa da minha mãe ficar aqui dentro de casa comigo e a menina, aí ajudou a cuidar o resguardo” (Nanã, 35 anos).

A partir disso, ele começa a demonstrar um outro comportamento: “totalmente psicopata. Ele é manipulador, manipulador, torturador, psicopata, pedófilo” (Nanã, 35 anos). A violência era praticada por ele frequentemente, todo os dias.

Todo dia eu já amanhecia o dia chorando aqui em casa, vinha pra cá chorando. Todo dia, todo dia eu sofria na mão daquele homem ali. Eu nunca fui feliz com ele. Até na hora do sexo: abre as pernas aí, aí ele ficava metendo de uma vez, parecia um estupro. Num tinha carinho, num tinha beijo, num tinha abraço. (Nanã, 35 anos).

A violência praticada por ele se estendeu à filha, quando ele passou a abusar sexualmente dela e a criança narrava detalhes de tudo o que ele lhe fazia para Nanã. Assim, ela conta o que a criança dizia:

“Mãe, por que é que papai bate o meu pé na pica dele toda vez que a senhora vai pro trabalho?” Ai eu: “menina que história é essa? Me conta!” “É que depois que a senhora vai pro trabalho ele me bota na cama pelada e fica em cima de mim esfregando a pica dele na minha florzinha, bota a pica na minha boca, diz pra eu chupar, e joga remela na minha cara”, remela é esperma”. (Nanã, 35 anos).

Mediante o histórico de violência e, sobretudo, a violência contra a criança, Nanã decidiu denunciá-lo na Delegacia, que encaminhou a criança para o Serviço de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS), onde foi feito todos os exames. De volta à Delegacia, ela foi orientada e encaminhada para a Casa-Abrigo, enquanto isso o processo do crime de estupro de vulnerável continuava em andamento, e ele foi preso.

O processo até ele ser preso foi que eu denunciei, ai depois fiz os exames, na DPCA⁵⁴, tudo deu positivo, ai a menina falou né tudo, ai quando foi pra confirmar mesmo, assim, uma coisa mais triste mesmo, foi quando a vizinha disse assim: “Oh, Nanã, eu lembro bem do teu sofrimento e eu ouvia aqui tua filha dizer: para pai, tá doendo, tá doendo, para pai, a vizinha disse que escutava ela gritando todo dia de manhã, domingo de manhã, quando eu ia trabalhar, ele ficava só com a criança. (Nanã, 35 anos).

A primeira vez que **Obá** falou sobre as atitudes violentas do seu ex-companheiro em um órgão público foi no Conselho Tutelar, pois ele agredia os/as filhos/as. Sendo que, não foi ela que fez a denúncia e durante a entrevista ela deixa a entender que foi uma pessoa conhecida dela e não quis entrar em detalhes.

Ele quando bebia e me batia, batia nos filhos dele. Fazia sangue nos filhos dele. Aí desde o tempo da minha menina, que eu engravidei dela, da minha menina mais velha, que ele vivia fazendo, maltratando, batendo, era isso. **Eu pensando que ia mudar né. Mudar...** E nunca mudava. É o jeito eu me separar. Aí da menina mais velha, ele me dava tapa, me empurrava no chão com a barrigona da menina, grávida. Aí nós vinhamo pra cá. Aí nós passamo um tempo no Maranhão. Aí nós vinhamo pra cá, pra Teresina. Aí daqui de Teresina nós passemos mais ou menos só uns 5 meses aqui, fomos pra Altos. Em Altos, nós passemos 3 anos. Aí lá em Altos, ele quis fazer mais coisas, batia, porque nós num tinha vizin perto, aí batia. (Obá, 37 anos, **grifo meu**).

Obá relata em vários momentos durante a entrevista como acontecia a violência: “me arrastou pelos cabelos, pisava no meu pescoço. Botava... apertava meu pescoço dizendo que ia me matar. Ele... era assim... mordia” (Obá, 37 anos). Obá continua narrando sobre as situações de violência vivenciada por ela e pelos/as filhos/as.

Uma vez, ele pegou foi uma jarra de água da geladeira e tacou na cabeça da minha menina. Ainda hoje tem o corte. **Eu fui, eu fui denunciar, dar parte dele, num contei nem a metade que era tanta coisa.** Aí tacou na cabeça dela chega cortou. A jarra quebrou. Aí o fundo da jarra pegou na cabeça dela assim que cortou, até saiu sangue assim. Uma vez ele meteu a cuscuzeira na boca da menina, com um pouco de farinha dento. Meteu assim denda boca dela chega arrancou o dente dela. Saiu sangue. Era desse jeito... Tudo ele fazia. E era de fio, ele dava de fio na, na... nas costas dos meninos. (Obá, 37 anos, **grifo meu**).

⁵⁴ Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Com a saturação da relação, Obá toma a decisão de romper com a violência, busca os serviços especializados através da DEAM e, logo em seguida, ela foi orientada e encaminhada a ir para a Casa-Abrigo. Quando esteve na Casa, ela teve atendimento na Defensoria, Tribunal. Um dos encaminhamentos do caso, depois da separação, foi que o seu ex-companheiro pagasse pensão para os/as filhos/as.

Oyá Tempo ressalta a violência psicológica que ela sofria, quando sua ex-companheira lhe dizia: “você está feia, você está gorda” e isso estava lhe incomodando, pois na frente dos amigos agia de uma forma, quando estavam sozinhas era outro tipo de comportamento.

“Se eu te deixar ninguém te quer mais! É... cê tá feia, você tá gorda!”
Essas coisas assim. Então isso já vinha me incomodando. Na frente dos amigos mostrava uma coisa, e quando tava só comigo era outra coisa. Então já me incomodou. Aquilo dali eu não deixei entrar na minha cabeça esse sentimento. Eu fui vivendo até vendo o que eu tinha coragem de mostrar, quem era realmente a pessoa para a sociedade, a pessoa que eu me casei. Que era mil e uma maravilha pra sociedade, mas só que não era dentro de casa. Tinha opressão. (Oyá Tempo, 39 anos).

Assim, ela narra que a violência física começou um dia antes do casamento, pois a Oyá Tempo tinha recebido uma ligação de uma ex-companheira⁵⁵ que pediu para ela não se casar e, com isso, a mulher que ela iria se casar, tentou agredi-la, enforcando-a. No entanto, a violência mais frequente era a psicológica, sobretudo, quando se tratava dos afazeres domésticos, cuja ex queria que ela fizesse tudo dentro de casa sozinha, sendo que, ela não ajudava dentro de casa. E Oyá Tempo ressalta que ela não tinha sido criada assim, que mesmo a mãe ensinando a fazer as tarefas domésticas, cada filha só fazia o que queria. Ela pontua “sou péssima dona de casa, não nasci pra ser dona de casa, mas, tentei o máximo dá tudo de mim” (Oyá Tempo, 39 anos).

As situações de violência aconteciam também, segundo ela, por que ela começou a reclamar sobre o comportamento da ex-companheira, pois o bairro onde elas residiam faltava muita água e sempre era necessário ir pegar água e sua ex nunca pegava, mas, ficava obrigando a Oyá Tempo a pegar. Como era uma ocupação de terra, muita gente entrava e saía da casa delas e sua ex não limpava nada. Realizava festinhas em casa e, da mesma forma, queria que Oyá Tempo

⁵⁵ Este relacionamento durou cerca de nove anos e é anterior ao relacionamento violento que narro na história de Oyá Tempo.

limpasse tudo. Por vezes, ela saiu de casa dizendo que ia comprar um botijão de gás e passava 02 dias sem aparecer. A compra dos alimentos também começou a ficar restrita, sendo que, a compra era compartilhada e ela ficava com a parte do dinheiro de Oyá Tempo e não fazia mais às compras para dentro de casa.

[...] eu me sentia a pior pessoa do mundo porque eu deixei uma pessoa que gostava de mim de verdade é... tinha companheirismo, não tinha, não existia o machismo na relação. Simplesmente por uma raiva. Então eu me senti péssima! Não me sentia mais, não queria mais ter contato com as pessoas. (Oyá Tempo, 39 anos).

Em um dado momento da entrevista, pergunto como ela reagia mediante às violências, ela me diz que sempre procurava as pessoas mais próximas para falar o que tinha acontecido, ou seja, os/as amigos/as, a vizinhança, as pessoas do movimento social, sendo que, ela evita falar sobre o que ela vivenciava para a família dela, por não querer exposição.

Não queria expor minha família a isso. Até porque minha família foi muito difícil aceitar porque são todos evangélicos. Então, eu não queria expor eles a isso. Pra qualquer coisa, eventualidade que acontecesse mais grave, eu recorresse a eles. Então, eu deixei eles resguardados sobre tudo isso. (Oyá Tempo, 39 anos).

No entanto, Oyá Tempo ressalta que na última situação violenta, ela precisou reagir, porque ela poderia ter morrido, assim ela narra:

A última eu tive que revidar porque ou era minha vida, ou eu revidava ou era minha vida! Porque ela jogou álcool em mim, e acendeu o fogo do fogão e disse que ia me queimar. Aí a mãe dela estava presenciando nesse dia, mas a mãe dela era muito idosa. Aí ela empurrou a mãe dela, trancou a mãe dela no quarto [...] comportamento altamente... num vou falar nem vou falar de homem, porque homem que é homem não faz isso né?! Mas, de animal! Bruto, bruto! Dá nem pra explicar como é que era. (Oyá Tempo, 39 anos).

Oyá Tempo destaca também que já não tinha mais medo e quando esteve na Casa-Abrigo ficou com depressão, pois não conseguia acreditar no seu potencial, na sua coragem para denunciar e buscar estratégias para romper com aquela situação de violência.

[...] eu já não tinha medo também. Eu já tinha perdido o medo. Naquele momento eu, eu, eu fiquei muitos dias na Casa-Abrigo,

altamente depressiva, não comia, nada eu fazia. Quem tava perto de mim na casa é... abrigo, elas viam o que eu passei. [...] então, elas [as Técnicas] viram assim. Eu não comia nada! Nada, nada! Passei assim quase uma semana sem saber o que era comida porque não entrava, não consegui digerir. **Porque eu não conseguia acreditar em mim mesmo, no meu potencial de ter feito a denúncia. Entendeu?! E ter visto que aquilo veio à tona e... o medo também de procurar minha família.** Então ficou aquilo. Mas graças a Deus que minha família mesmo me procurou. Minha mãe é uma pessoa excelente e “vamos pra minha casa, minha filha. Você tem casa. Então, vamos pra lá” (Oyá Tempo, 39 anos, **grifo meu**).

Antes da família dela saber que ela estava na Casa-Abrigo, houve uma mobilização dos familiares na procura de Oyá Tempo. Sua família começou a ligar para vários órgãos do Estado, afirmando que tinham que dá conta dela em 24h e que iam fazer uma denúncia pública, “então se juntou toda família. Nossa família é muito grande. Também tem de juízes, desembargadores, que começaram a se juntar. Aí foi que foram acreditar que eu estava na Casa-Abrigo. Quando autorizaram a visita” (Oyá Tempo, 39 anos).

Quando Oyá Tempo saiu da Casa-Abrigo, ela procurou os serviços da ADH para resolver a pendência referente à medida protetiva sobre a distância que sua ex-companheira deveria manter dela, que é de 500 metros, sendo que, a casa dela ficava fundo a fundo com a casa da ex-companheira, isto é, cerca de 20 metros. Nesta ida à ADH, ela foi acompanhada de um Defensor Público, onde ela explicou a importância dela mudar de endereço, mediante tudo o que tinha acontecido com ela, só que até hoje a ADH nunca deu nenhum retorno e nada foi resolvido. E, para finalizar a entrevista, ela me disse que está de passagens compradas para ir morar fora do país.

Já **Onilé** relata que o comportamento violento do seu ex-companheiro começou de forma sutil, como por exemplo, “ele não queria que eu saísse de casa, só pra trabalhar, ele me controlava nesse sentido, que eu acho que ele tinha medo d'eu fazer comentário com as pessoas, ele tinha medo d'eu comentar com os parentes” (Onilé, 48 anos).

Posteriormente, começou a demonstrar agressividade por meio da violência física, isto é, se rebelou, se transformou. Começou a exigir que ela desse dinheiro para ele usar drogas (crack e bebidas). Ele ia com ela até o ponto de ônibus para saber qual ônibus ela iria pegar. Monitorava as pessoas que ela conversava. Ela associa o comportamento violento dele com a falta de caráter.

[...] eu acho, que ele tinha muito ciúmes de mim. Ou era ciúme, ou ele me tinha como uma coisa dele, uma propriedade dele, que ele tinha medo de perder, porque eu sempre dizia, eu era o porto seguro dele, porque de mim ele tirava... A comida, ele tinha a casa, comida, dormida, alimento, tinha roupa, calçado que eu comprava, e ainda me extorquia dinheiro, ainda tirava meus objetos de dentro de casa pra vender, pra trocar por droga. (Onilé, 48 anos).

Diante disso, a violência acontecia diariamente, através da violência verbal, tortura psicológica, ciúmes e cárcere privado. Ele era violento com ela na presença dos filhos, mas não era violento com os filhos.

Começou a cobrar ciúme, começou a controlar meus horários de chegar, ele ia me deixar na parada de ônibus pra saber qual ônibus que eu pegava, com quem eu conversava. E tipo assim, ele se rebelou mesmo. Começou a ficar agressivo demais comigo, com as crianças, com a minha filha, com o filho dele, então ele se transformou. Aí, ele usava droga, eu já sabia que ele usava droga, só que tinha um detalhe, não usava na minha presença, nem na das crianças, e nem, tipo assim, ele só usava quando ele tinha. Quando a mãe dele dava, e bebe também. (Onilé, 48 anos).

Sobre a reação dela mediante as agressões, ela me relata: “Eu revidava, eu era agressiva também [...] eu xingava, se ele vinha pra cima de mim eu sempre pegava uma coisa, pra me defender, eu revidava, eu xingava, ele dizia que ia me matar, eu digo: mato você também, quem vem pra matar pode morrer também” (Onilé, 48 anos).

A violência mais grave praticada por ele aconteceu à véspera da última denuncia que ela fez na DEAM. Tudo se deu quando ele disse que queria usar drogas e começou a pedir dinheiro para ela, só que ela só tinha o dinheiro do vale transporte. De tanto ele insistir, ela cedeu e deu o dinheiro para ele. Com isso, a filha dela ficou nervosa porque o dinheiro dado era para pagar o vale transporte dela para ir à escola no outro dia. Assim, ela disse para a ela:

[...] fica no teu quarto, fica na tua, que eu tô cansada. Amanhã, eu vou dar um basta nessa situação. Pode ficar no teu quarto, finge que tá dormindo. O que ele aprontar aqui dentro de casa, se ele num me matar tá tudo bem. Deixa que amanhã eu resolvo. Fica bem aí no teu quarto, faz que tá dormindo”. Aí cumpôca ele chegou, bateu na porta, entrou e disse: “Cadê a antena da televisão”. Eu digo: “Menino eu não sei da antena não, procura aí a antena da televisão” [...] E ele: “Cadê a antena da televisão, aquela antena?” Eu digo “Não sei onde

é que tá”. Só que tava benhaí dentro. Eu já tava agoniada, não sabia onde tava. Aí ele: “Cadê a antena?” e começou a falar alto.

[...]

Só fia, que tem um detalhe, quando ele usava droga, ele não ficava violento. Ele é o contrário. Ele fica trancado aqui... Ele trancava nós aqui dendi casa. Ficava aqui no pé dessa porta, dizendo que tava gente, que tinha polícia na porta, que tinha alguém na porta pra querer matar ele. Ficava com a faca e um facão e nós trancado aqui dendi casa, ele vendo as coisas, apagava tudo e ficava aqui rastejando aqui no chão, dizendo que tinha gente, entendeu?

[...]

Aí quando eu falava mais alto que ele. Acho que ele ficava com medo dos vizim escutar, aí ele mandava eu calar minha boca, aí botava a mão na minha boca. Aí eu peguei e disse “Tá bem aqui dento da estante”. Aí ele arrancou logo isso aqui tudo. Arreventou tudo. Aí pegou a antena e ficou esfregando no meu rosto. “Oh aqui. Tu tá cega? Oh aqui, a antena”. **E ficou dando soco na minha perna. Aí ele apertou tanto a antena aqui que quebrou meu dente. Arrancou mermo meu dente, caiu bem aqui no chão.**

[...]

Aí ele disse: “Amanhã, se tu for dar parte de mim, tu vai ver como eu vou te matar, dessa vez eu vou te matar.” E ficou apontando a faca assim... Aí eu tarra vestida num baby-doll, ele puxou assim, e furou o coiso todin, o vestido. Ele enfiando a faca assim, nele, o vestido. Aí ele disse “Oia, é desse jeito bem aqui que eu vou fazer contigo, se tu for dar parte de mim amanhã. Vai lá chamar aquela delegada, aquela rata branca” E, esculhambou (risos), falando da mulher lá. Eu fiquei quietinha na minha: “É, mas amanhã, tu me paga”. Eu digo: “Não, eu não vou não. Não se preocupe não. Já tô cansada de te dar parte, já tô cansada de te denunciar, e eu não vejo acontecer nada”. Aí ele disse “Se tu for dar parte de mim eu vou te matar, tu vai ver. Eu vou fazer. Hoje eu vou furar só tua roupa. Se tu for dar parte de mim eu vou te furar todinha.” Aí tava com um punhal assim, uma faca assim, puxava assim meu... minha roupa e furou todinha. Aí eu fiquei com medo, eu digo “Não, dessa vez ele me mata” (Onilé, 48 anos, **grifo meu**).

No dia seguinte, ela combinou tudo com os filhos afirmando que iria dar um basta naquela situação. Assim, ela foi na DEAM prestar numa nova denúncia, onde ela disse que ele tinha descumprido a medida protetiva. Quando a Delegada viu a situação de Onilé, sem um dente, devido à violência sofrida, imediatamente orientou e encaminhou para à Casa-Abrigo junto com seu casal de filhos.

Onilé passou três meses abrigada na Casa-Abrigo. Neste período, ela foi atendida pela Defensoria e que entre as audiências agendadas com a presença do seu ex-companheiro, ele nunca foi para nenhuma. Sendo que, um dos encaminhamentos foi sobre a pensão alimentícia que iria ser paga pela mãe dele, que é aposentada e recebia uma pensão e ele não possui renda. E de lá para cá, a polícia nunca o encontrou.

O início do relacionamento de **Oxum** se deu quando o seu ex-companheiro se interessou por ela e ficou mantendo uma relação amigável com a mãe dela.

Ele ficou interessado em mim, né, e aí ficou aquela história lá dela, minha mãe com esse colega lá e acabou que nessa época eu nem sabia o que era isso aí, esse negócio de relacionamento, aí acabou que ela é do tipo que... se você chegar pra ela e disser assim: oh mãe eu gosto de fulano de tal, se ela não gostou, pronto, acabou-se. Ela tem que gostar. (Oxum, 41 anos)

Oxum relata que nos últimos três anos e meio do relacionamento eles estavam morando na mesma casa e viviam como estranhos, sendo que ela queria sair de dentro de casa e ele ficava ameaçando-a. Ele começou a ser violento “quando ele começou a sair, ele saía e passava dias fora e quando ele vinha... aí eu disse pra ele que não dava certo, que eu ia seguir minha vida né, com meus filhos e ele começou a ameaçar, disse que não ia sair, ia ficar era lá” (Oxum, 41 anos).

Começou a ficar agressivo, começou a ficar ciumento. Não podia ir no comércio que ele ia atrás de mim, eu não podia... ninguém podia falar comigo fora, que quando uma pessoa tava falando comigo fora, a gente tava combinando alguma coisa, eu não podia ir na casa do meu pessoal, da minha família, que quando eu ia na casa da minha família, ele já ia me buscar, com os meninos. Quando eu falava que ia na casa dos meus parentes, ele se zangava, não queria que eu fosse, até uma moça que ficou lá em casa, que eu fiquei um tempo doente, quando eu tive a menina, eu tive infecção né, na minha cirurgia, e aí foi uma moça pra lá morar com a gente lá e ajudar né. Aí ele começou a cismar com a moça também [...] Ele chegava até o ponto de pegar minhas calcinhas e cheirar. (Oxum, 41 anos).

A violência acontecia diariamente, sendo violento na presença dos filhos e em um determinado momento, começa a ser violento com o menino, pois ele queria que o menino ficasse vigiando a mãe e o menino não queria: “o menino não gostava de falar nada, né, um dia o menino disse assim: ‘Pai, a minha mãe é que sabe das coisas, eu num sei de nada não’. Aí ele começou a cismar do menino” (Oxum, 41 anos).

Ele já chegava a casa violento, sendo que, segundo Oxum: “ele é muito machista, pra ele só ele que tava certo, as outras pessoas eram erradas, só ele tinha voz, só ele que era o correto na história, e fazendo o errado né?” (Oxum, 41 anos). Dentro desse contexto de violência doméstica, ela se sentia oprimida, enojada e

avaliava que ele “achava era bom [bater nela]. Eu acho que ali é como se ele tivesse assim se realizando com o ego dele, bicho era perverso” (Oxum, 41 anos).

Sobre o apoio familiar neste processo de rompimento, Oxum frisa que a sua família dizia que apoiava, mas, ela percebia que era da boca para fora, pois a postura era bem diferente: “pedia pra mim entregar o menino pra família dele, pra mim poder me virar, pra mim poder trabalhar, não vou entregar meus filhos pra ele não, eu que via o que acontecia dentro de casa” (Oxum, 41 anos).

Em outra passagem da entrevista, ela reitera essa questão com relação ao posicionamento da família dela, de dar seu filho para a família dele e que, a todo momento, ela ressalta que não faria isso, por que sobre as relações dentro de casa é ela que sabe.

Neste sentido, ela me afirmou que quando procurava pela ajuda da família, não havia estímulos para ela se encorajar na busca pelo rompimento. No entanto, quando teve um concurso para a área de formação dela, ela me disse que isso foi um “impulso” que lhe deu muita força para seguir, pois ela dependia dele financeiramente e tinha medo de se separar e não ter como se manter, logo, ela fez o concurso e passou.

Em 2008, ela decidiu sair de casa, pois no início ela acreditava na mudança dele, só que isso nunca aconteceu e após as situações de violência ele dizia que “era por que tava com a cabeça quente, que era pra mim perdoar ele, que ele ia mudar, e aí essa mudança nunca teve né” (Oxum, 41 anos).

No ano de 2009, eles estavam separados, cada um morava em uma residência diferente, ela saiu bem cedo para o trabalho (Agente Comunitária de Saúde), que era perto da casa dela, sendo que, ele estava à paisana, circulando, esperando o momento:

Mas, aí antes de eu trabalhar eu fui lá numa lojinha que fica próximo lá de casa, na avenida, pra colocar crédito no celular, aí quando eu botei a perna pra subir na calçada, aí ele veio pra cima de mim. (...) Ele tava com um facão, aí eu só vi ele falar assim: “eu vou te matar agora desgraça, você vai morrer agora”. Aí ele começou... **[em seguida]** Ele fugiu, ele saiu correndo lá do lugar lá, segundo o pessoal falaram e pessoal foram atrás dele, aí quando chegaram lá na casa lá onde que ele morava lá, as coisas não tava mais, ele já tinha tirado as coisas da casa, e outra, não tava mais trabalhando, ele já tava a 4 ou 5 meses que ele tinha pedido acordo, recebeu direito dele da empresa. Mas, a mulher lá de onde ele tava dentro do frigorífico, quando eu fui pra lojinha que ele tava lá dentro, ela disse que ele tava bem com um mês que ele circulava por ali, quando ele

não tava lá no frigorífico ele tava lá na lojinha de roupa, onde eu fui botar crédito, aí disse que ele ficava puxando conversa lá, eu até pensava que ele tava era de férias, que ela disse que ele tava quase todo dia ali, circulando. (Oxum, 41 anos, **grifo meu**).

Ele chegou a ser detido, depois da tentativa de feminicídio, porém, foi solto, segundo a justificativa de não haver provas: “[...] ele foi pra Central de Flagrantes, aí de lá ele desceu [...] pra [...] Delegacia da Mulher, aí ele foi detido e logo foi, liberaram ele depois, ele passou poucos dias e saiu, aí alegaram que ele saiu por que não tinha as provas, não tavam no processo” (Oxum, 41 anos).

Quando ela decidiu procurar por ajuda institucional, ela foi à DEAM e na época a Delegada que fez o atendimento disse que tinha que ter as provas e que ela ou ele deveriam sair de casa. Posteriormente, ela foi atendida pelo Ministério Público e lá ela foi orientada e encaminhada à Casa-Abrigo, sendo que, ela foi abrigada por duas vezes na Casa.

O que me ajudou mesmo, assim, que eu tomei impulso assim foi lá no abrigo mesmo, que a [Assistente Social da Casa-Abrigo] tomou de conta das coisas e corria atrás, aí foi quando as coisas foi dando certo. [...] primeira vez que eu fiquei lá eu não me lembro se eu fiquei foi cinco meses ou foi oito, e a segunda vez parece que foi cinco meses ou seis ou sete, por aí assim, não, quatro, por aí assim que a gente tava aguardando a justiça desse negócio do processo as provas não tava no processo e ele tava solto, eu tive que aguardar essas provas desse processo pra poder dar voz de prisão pra ele. (Oxum, 41 anos).

Contudo, ele foi a júri popular em 2012, sendo condenado por quinze anos e oito meses. Entretanto, devido ao bom comportamento dele, ele só ficou preso (em regime fechado) durante dois anos. Atualmente, ele está solto em regime semi-aberto, ou seja, durante o dia ele fica solto e à noite ele vai dormir na Penitenciária.

Na trajetória de Yansã, as situações de violência se iniciaram devido aos ciúmes: “quando ele bebia, ficava dando homem, bagunçando dentro de casa, ele gostava muito da rua, sabe, beber com os irmãos, era essa questão da bebida [...] a bebida ajuda muito a atrapalhar um relacionamento.” (Yansã, 38 anos).

Quando ele chegava em casa, quebrava as coisas, batia-a e a xingava. Uma vez, chegou a dar um tiro na perna dela. Quando ele era violento ela só sabia chorar, não revidava porque ele é um homem muito grande. Nesse contexto de violência, ela afirma: “eu me sentia triste, assim, mas imaginar que a gente tenta

levar uma vida com a pessoa, a gente faz de tudo e num dá certo, questão da bebida, da violência, essas coisas.” (Yansã, 38). No entanto, ele não era violento com os/as filhos/as.

Quando perguntei sobre as piores agressões, ela me disse: “do ano passado pra cá, eu pensei várias vezes matar ele... por isso mulher mata, porque é muito difícil, é uma situação muito difícil. Ainda fervei uma panela de água pra mim jogar nele” (Yansã, 38 anos).

Em um determinado momento da entrevista, pergunto a ela sobre como se deu o processo da tomada de decisão da denúncia, até ela de fato ir denunciar na DEAM:

Eu fui trabalhar pela manhã, aí ele me ligou, ele tinha levado os dois meninos pra trabalhar com ele, perguntando onde é que eu tava, eu disse que tava na escola. Aí ele desligou. Aí ligou de novo, perguntando onde era que eu tava. Aí ele ligou pra Diretora, perguntando onde é que tá essa vagabunda, aí a diretora disse: Yansã, teu marido tá aqui te esculhambando, aí eu falei com ele no telefone né, aí ele disse, onde é que tu tá!? Eu disse: tô na escola, aí eu desliguei o telefone, por que ele tem essa mania de ficar me ligando, perguntando onde é que eu tava, essas coisas... aí quando foi 11 e meia eu fui embora, quando eu cheguei, ele não tinha chegado, eu fiz o almoço, limpei a casa, aí eu tava sentada nesse sofá bem aqui quando ele chegou, ele num foi nem trabalhar direito, chegou, aí já foi me esculhambando, me chamando de vagabunda, de rapariga [...] os menino tava pra ali, os meninos entraram no quarto, quando eu me levantei ele disse: tá pensando que eu vou fazer alguma coisa contigo, eu não vou fazer nada contigo. Aí eu passei por ele; quando eu passei, ele agarrou meus cabelos, me jogou em cima da cama e me enforcou, aí eu fui e disse: essa é a primeira e última vez que tu vai triscar em mim, tu nunca mais vai me bater! Aí eu só fiz pegar a meninazinha e fui pra delegacia da mulher, com o pescoço todo vermelho. Aí quando eu cheguei lá contei pro policial, disse que num podia fazer nada, que era pra mim ir pro 8º (DP), que era pra mim vir pegar ele aqui, né, aí eu fui no 8º, aí os policial vieram comigo, quando chegaram aqui, ele trancou essa porta aqui, e a gente ficou só naquele acesso ali, não deu pra entrar por que ele trancou a porta... aí o policial disse assim: você precisa de 4 testemunhas pra entrar, por que se você não tiver testemunhas eu não posso entrar na casa. Aí ninguém quis assinar, quem sabe, o pessoal não se mete, vizinhos não tão nem aí, aí eu voltei, aí fui pra delegacia de novo, aí perguntaram se tinha algum lugar pra eu ir, eu disse: não, não, porque pra onde eu fosse ele ia atrás, por que eu já tinha me separado várias vezes, ele vai atrás aí eu sempre volto, né!? Aí eu disse que num tinha nenhum lugar pra ir não, aí eles perguntaram que se eu queria ir pro Abrigo, aí eu fui pro Abrigo, aí eu vim aqui, peguei o pequeno, o outro, 13 anos, fui pro Abrigo. (Yansã, 38 anos).

Chegando na Casa-Abrigo, ela teve atendimento na Defensoria e no Juizado. Entre as audiências, houve uma que era para dividirem os bens, assim ela narra: “só teve uma audiência entre a gente, quando foi pra dividir... vender a casa, ia vender o carro, e cada qual ia ficar com a sua parte, e lá ele pedindo, chorou, pra gente voltar, essas coisas”. Ela ficou abrigada durante aproximadamente um mês.

O ex-companheiro de **Yemanjá** prendia ela dentro de casa, onde ela não podia nem falar com a vizinhança. Ela relata que ele sempre foi violento, sendo que no início era mais verbal, onde ele xingava, ficava insinuando que ela usava drogas, devido ela chorar e ficar com os olhos vermelhos. Quando ela estava grávida, ele saiu de casa e disse que não iria mais voltar. Porém, nesta época ela tinha seu pai vivo, então, ela nem se preocupou por que sentiu que não iria ficar desamparada. Entretanto, perto da filha nascer, ele voltou para casa e tudo continuou. Ela ressalta que ele fazia ela passar por constrangimentos ao falar da vida íntima (sexual) para as pessoas, com isso, ela relata que sentia nojo dele. Certo dia, do nada, ele pegou uma faca e disse que ia matá-la. Sua reação foi correr para fora de casa e ficou sentada na calçada da vizinhança por mais ou menos 01h ou 02h com medo de voltar para casa e ele violentá-la. Depois ela voltou para casa e ele não fez nada com ela, neste dia.

Eu me senti muito mal nesse dia também. Era um dia...era um feriado, não lembro que feriado era esse, mas eu sei que eu tava ali cortando um frango. Já era, já era de tarde, aí ele pegou a faca e disse que ia me matar... [...] Eu não sei porque foi não. Eu sei que aí ele, eu sei que eu tava só de blusa, eu tava só de blusa assim ó, sem, de calcinha e uma blusa assim grande. Aí eu corri pá rua, aí me sentei lá no outro lado da calçada, aí eu fiquei, puxando assim a blusa e esperando, com medo de voltar pra dentro de casa e com vergonha de tá só de blusa e calcinha lá na rua. Aí eu fiquei lá e eu...e as pessoas passando e eu com vergonha de me levantar, com vergonha, com medo de entrar dentro de casa...aí eu fiquei lá foi muito tempo [chorando, pausa]. Aí eu pedi à menina pra vir buscar uma toalha. Aí eu voltei. Quando eu voltei ele...eu passei bem uma, uma, mais ou menos uma ou duas horas lá for a sentada na calçada, das, é, de outras casas, bem na frente. Aí eu voltei e ele... num mexeu mais comigo não. (Yemanjá, 44 anos).

Yemanjá já achava que era normal, natural, ser agredida diariamente, isso ela versa nessa passagem da entrevista: “Eu... eu achava que era, eu cheguei a achar que era até normal... Quantas vezes ele num me empurrou nessa parede, me

empurrou aí... e quando ele me soltava eu ia lá fazer comida, ia lavar roupa, varrer casa. Já tava achando que era até normal” (Yemanjá, 44 anos).

Quando ela pedia algo para si e para as filhas, ele batia nela, enforcava-a. Em uma dada situação, ele prometeu levar ela e as filhas para o Centro da cidade, essa promessa foi feita 06 meses antes. Ela me narra que contava todos dias ansiosamente e quando chegou o dia, todos foram para o centro e ele a tratava e as filhas com indiferença, como se não conhecesse. Quando retornam para casa, ela chateada com a situação (por ter planejado tanta coisa e no dia não foi como o esperado), ela cortou uma roupa que ele gostava e ele como “resposta” pega uma vassoura e quebra nela, ao ponto de quebrar o cabo e ele ficar só os pedaços. Neste momento, as filhas começaram a gritar e pedir para ele parar, ele pega uma faca e aponta para as filhas. Com isso, ela decidiu denunciar ele. Ela afirma que essa foi a violência mais grave.

Assim, ela buscou pelos serviços especializados. Quando chegou à DEAM ela passou por uma situação de revitimização, pois a Delegada que fez o atendimento a colocou lado a lado do seu ex-companheiro e, a todo momento, ela ressalta sobre o medo e a vergonha que sentia naquela situação, quando a Delegada perguntou se era a primeira vez que ele agredia ela:

Aí ela (a Delegada) me perguntou se era a primeira vez, mas **eu tava com medo dele, porque ele tava aqui do meu lado né, sentou junto aqui** [...] Ela perguntou se tinha sido a primeira vez que ele tinha me batido. Eu disse que sim. Eu tava, tava com medo de dizer que não e, com vergonha também. Dizer que, que aquilo ali era constante né... Mas “não, foi a primeira vez que ele bateu?”. Eu disse “foi”. “Tem certeza?”. Aí eu disse “foi, foi a primeira vez”. Aí, ela perguntou: “Você tem dinheiro pra... você tem dinheiro pá voltar? Se você não tiver, fale, porque a gente vai, ele vai pagar sua passagem de ônibus de volta”. Eu disse “não, tenho...”. **Tarra com tanto medo dele, quando ele saísse dali.** Aí ela registrou tudo e marcou um dia lá, ela me disse pá num dia que era pra mim ir lá no Horto Florestal. (Yemanjá, 44 anos, **grifo meu**).

No dia e hora marcados para ir neste local no Horto Florestal, ela vai, só que lá ela é orientada a ir para a Defensoria Pública, já que ela queria a separação. Quando ela chega lá e conta tudo o que ela vivenciava, a orientação dada foi para que ela fosse encaminhada para a Casa-Abrigo. No período que ela ficou abrigada, ela foi para várias reuniões na Defensoria e no Juizado, sendo que, uma das determinações do Juiz foi para que o seu ex-companheiro saísse de casa e a

deixasse voltar para casa com as filhas. Quando ela retornou para sua casa, ele já tinha saído e levado seus objetos pessoais. Atualmente, ela vive na mesma casa onde tudo aconteceu com as filhas e com um novo companheiro.

Contudo, é possível perceber que todas as mulheres entrevistadas sofreram a violência psicológica, por ser mais sutil, muitas vezes, começa por meio de um olhar de desprezo, palavras que menosprezam, atitudes humilhantes, constrangedoras, que causam danos emocionais para toda a vida.

a violência psicológica é negada pelo agressor, bem como pelas testemunhas, que nada veem, o que faz a própria vítima duvidar daquilo que a magoa tão profundamente. Nada vem lhe dar provas da realidade do que ela sofre. É uma realidade “limpa”. Nesse estágio, nada é visível. Ao passo que, quando há violência física, elementos exteriores (exames médicos, testemunhas oculares, inquéritos policiais) dão testemunho da veracidade da violência (HIRIGOYEN, 2006, p. 42-43).

Devido a essa sutileza, quando a denúncia é feita, dificilmente ela pode ser comprovada, pois a violência psicológica não deixa marcas no corpo, por isso existe a necessidade de ter testemunhas. Normalmente, é acompanhada das demais violências, sobretudo, a violência física que tem como intenção causar um dano físico a outra pessoa.

Percebe-se que todas as formas de violência foram vivenciadas pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa. A violência física esteve representada pelos empurrões, socos, surras com pau, puxões de cabelo, etc. A violência psicológica por meio dos constrangimentos, humilhações, ameaças, aprisionamento, controle e vigilância no trabalho, na escola. A violência patrimonial através da quebra dos utensílios da casa, quando o ex-companheiro não comprava os alimentos para dentro de casa. A violência sexual quando o abuso sexual foi dirigido às filhas e a própria mulher. Neste contexto, percebemos também que as reações das mulheres são múltiplas, desde a que não reage por ter medo da violência ser maior, até a mulher que reage revidando as agressões e por vezes, metendo a colher no relacionamento de seus/suas amigos/amigos por não suportar vê uma mulher sendo agredida. Porém, as mulheres também têm outras reações, como por exemplo, sair de casa, rasgar a roupa do companheiro, naturalizar os atos de violência como inerente ao casamento, ir para casa de parentes, fazer a denúncia na DEAM, entre outros.

4.4. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: discursos sobre o percurso de rompimento

Tomando como referência o estudo desenvolvido pela Organização Pan-Americana de Saúde, sobre rota crítica de mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina (SAGOT, 2000), busco compreender aqui os fatores impulsionadores e inibidores, assim como as estratégias empreendidas pelas mulheres ex-abrigadas da Casa-Abrigo “Viva Mulher”, em Teresina-PI, durante seus percursos na rota crítica visando romper com a violência.

Assim, para uma melhor compreensão desses fatores e estratégias, apresento um quadro formulado a partir da metodologia de investigação utilizada por Sagot (2000) que objetiva explicar como funciona o processo da rota crítica a partir das dinâmicas da violência. A classificação que apresento no quadro abaixo foi idealizada pela referida autora, onde fiz a tradução livre da obra, para uma melhor compreensão desse processo.

Quadro 5 - O processo da rota crítica

	FATORES IMPULSIONADORES	FATORES INIBIDORES
ROTAS CRÍTICAS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Razões ➤ Sentimentos ➤ A certeza de que o agressor não vai mudar ➤ Convencida de que seus recursos pessoais vão se esgotar ➤ Raiva e ódio ➤ Saturação com a situação ➤ Fixação ➤ Estabelecimento de metas e projetos próprios ➤ A força do contexto ➤ A violência exercida contra elas ➤ A violência contra as crianças ➤ O apoio de pessoas próximas ➤ Condições materiais e econômicas favoráveis ➤ Informações precisas e serviços de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Medo ➤ Culpa ➤ Vergonha ➤ Amor pelo agressor ➤ Ideia de que o que ocorre no interior da família é privado ➤ Manipulação do agressor e dinâmicas do ciclo de violência ➤ Desconhecimento de seus direitos e falta de informações ➤ Pressão familiar e social ➤ Insegurança econômica e falta de recursos materiais ➤ Atitudes negativas dos prestadores de serviços e respostas institucionais inadequadas ➤ Limitada cobertura de organizações governamentais e não-governamentais de mulheres ➤ Contextos sociais com histórias de violência

Fonte: SAGOT, 2000. Tradução livre.

Considerando que as rotas críticas possuem diversos caminhos, “ainda não foi possível visualizar todas as rotas possíveis, já que há múltiplos serviços,

superposições entre eles e rotas informais, ancoradas nas relações de amizade, vizinhança e parentesco”. (MENEGHEL et al., 2007, p. 63)

No entanto, as estratégias de rompimento das mulheres entrevistadas nessa pesquisa são marcadas por muita resistência, coragem e empoderamento. Durante as entrevistas, percebi fragilidades, mas também as potencialidades dessas mulheres. Na sequência, apresento um quadro síntese das rotas críticas das mulheres entrevistadas, a partir da rede institucional (serviços especializados de atendimento) e da rede social (família, amigos/as, vizinhos/as, etc.) para compreendermos os percursos institucionais e como se dava o apoio das pessoas mais próximas.

Quadro 6 - Rotas críticas das mulheres entrevistadas (egressas da Casa-Abrigo “Mulher Viva”)

Nº	PSEUDÔNIMO	REDE INSTITUCIONAL	REDE SOCIAL
1.	Egunitá	1) DEAM 2) Casa-Abrigo 3) Defensoria Pública	Somente no início teve apoio da família e, em seguida, de uma vizinha
2.	Ewá	1) Conselho Tutelar 2) Centro Terapêutico 3) DEAM 4) Casa-Abrigo 5) Defensoria Pública 6) Tribunal de Justiça	Não teve ajuda, nem orientação da família
3.	Naná	1) Conselho Tutelar 2) DPCA 3) SAMVVIS 4) DEAM 5) Casa-Abrigo 6) Defensoria Pública 7) Tribunal de Justiça 8) Ministério Público 9) CREAS (acompanhamento à criança) 10) Centro de Referência Esperança Garcia (acompanhamento à mulher)	Buscou por ajuda da comunidade religiosa. Família
4.	Obá	1) Conselho Tutelar 2) DEAM 3) Casa-Abrigo 4) Defensoria Pública 5) Juizado	Ajuda e orientação das amigas
5.	Oyá Tempo	1) Disque 180 2) DEAM 3) Grupo Matizes 4) Casa-Abrigo 5) Defensoria Pública 6) Juizado 7) ADH	Família, Amigos/as, Vizinhos/as, Militantes do Movimento Social
6.	Onilé	1) DEAM Centro 2) DEAM Sul 3) Casa-Abrigo 4) IML 5) Defensoria Pública 6) Juizado	Teve ajuda da família, mas, com o andamento da denúncia foram se afastando, tendo uma atitude de indiferença

7.	Oxum	1) DEAM 2) Ministério Público 3) Casa-Abrigo 4) Defensoria Pública 5) Juizado	No início, não falava para a família. Só depois da denúncia. Mas, a família queria que ela desse os/as filhos/as.
8.	Yansã	1) DEAM 2) Casa-Abrigo 3) Defensoria Pública 4) Tribunal de Justiça	Família, Amigas, Filhos/as
9.	Yemanjá	1) Disque 190 2) DEAM 3) Defensoria Pública 4) Casa-Abrigo 5) Juizado	No começo, ela teve ajuda do pai dela

Fonte: Autoria própria. Dados coletados no período de outubro e novembro em 2017.

Com isso, utilizo a análise crítica do discurso para compreender as seguintes categorias analíticas: fatores impulsionadores para o rompimento da violência, fatores inibidores do rompimento e estratégias das mulheres para o rompimento do ciclo de violência à luz da fundamentação teórica de Montserrat Sagot (2000). Neste sentido, para contextualizar esse processo vivenciado pelas mulheres, organizei um mapa de associação de ideias.

Quadro 7 - Mapa de associação de ideias

Nº	PSEU DÔNIMO	FATORES IMPULSIONADORES PARA O ROMPIMENTO	FATORES INIBIDORES DO ROMPIMENTO	ESTRATÉGIAS PARA O ROMPIMENTO
1.	Egunitá	Saturação das sucessivas traições durante a segunda gravidez.	Medo de denunciar e morrer; Esperança na mudança de comportamento dele; Ineficiência institucional dos serviços de atendimento às mulheres.	Mudança do número de telefone; Saídas temporárias de casa; Buscar por ajuda nos serviços institucionais.
2.	Ewá	Desejo de ter oportunidade de vida nova sem violência.	Fácil acesso para o uso de drogas que ele proporcionava para ela; Medo dele quando ele bebia, pois ele se transformava.	Buscar por ajuda nos serviços institucionais; Começou a trabalhar e pode comprar os móveis de sua nova casa.
3.	Nanã	Violência sexual contra a filha (estupro / abuso de vulnerável); Tortura psicológica sofrida.	Medo de denunciar e morrer; Orientações da Igreja Evangélica para manter o casamento; Espera pela mudança dele.	Buscar por ajuda da comunidade religiosa; Escola onde a filha estudava; Família; Serviços institucionais.
4.	Obá	Saturação pelas traições sucessivas; Práticas violentas contra ela e os/as filhos/as.	Medo de denunciar e morrer; Esperança na mudança de comportamento dele; Dependência química.	Falar da violência sofrida com as amigas (contexto de confiança); Independência financeira; Buscar por ajuda nos serviços institucionais.
5.	Oyá Tempo	Violência física; Autoestima; Amor próprio.	Medo da vingança da ex-companheira; Insegurança dos serviços institucionais de atendimento às mulheres.	Falar da violência sofrida para amigos/as, vizinhos/as; Movimento social de defesa do direito de livre orientação sexual; Buscar por ajuda nos serviços institucionais; Família.
6.	Onilé	Saturação pelas práticas de violência física causadas	Vergonha de exposição da família; Medo das ameaças	Separações temporárias; Buscar por ajuda nos

		pela dependência de drogas do ex-companheiro; Informações da violência pela mídia (televisão) impulsiona ela a buscar pelos serviços institucionais.	do ex-companheiro.	serviços institucionais.
7.	Oxum	Saturação das práticas violentas do ex-companheiro contra ela e contra o filho.	Esperança de mudança no comportamento do ex-companheiro; Medo de denunciar e morrer; Dependência financeira.	Separação temporária; Independência financeira através do trabalho e dos estudos; Buscar por ajuda nos serviços institucionais; Mudança de endereço; Mudança do número do telefone; Omissão do local de trabalho.
8.	Yansã	Saturação das práticas violentas do companheiro.	Esperança de mudança de comportamento do companheiro; Dependência financeira do companheiro.	Diálogo constante da família com o companheiro para cessar as práticas de violência; Separações temporárias (iniciativa da mulher); Buscar por ajuda nos serviços institucionais; Encontro de casais na igreja.
9.	Yemanjá	Igreja, por meio da fala do padre, ela foi criando vontade de viver; Violência contra as filhas (gota d'água).	Medo da manipulação e ameaças constantes do companheiro; Vergonha da exposição pública da violência vivida.	Buscar por ajuda nos serviços institucionais.

Fonte: Autoria própria. Dados coletados no período de outubro e novembro em 2017.

4.4.1. “A gota d’água” que faz transbordar: fatores impulsionadores para o rompimento da violência

Para analisar os fatores impulsionadores ao rompimento da violência, tomei como referência o estudo de Sagot (2000) a partir dos elementos de identificação utilizados pela autora a exemplo dos sentimentos das mulheres na relação conjugal de violência (raiva, ódio), a certeza de que os agressores não vão mudar, saturação da relação violenta, a força do contexto social, a violência exercida contra elas e contra as crianças, o apoio das pessoas próximas, o estabelecimento de metas e projetos próprios, condições materiais e econômicas favoráveis e as informações precisas e serviços de qualidade por parte da Rede de Enfrentamento e Atendimento à violência.

Assim, por várias passagens da entrevista, referindo-se ao que a motivou romper com essa relação de violência, **Egunitá** fala do sofrimento que vivenciou durante a segunda gravidez, onde enfatiza os momentos de traição, quando seu ex-companheiro passou a se relacionar com outras mulheres e que, por diversas vezes, a menosprezava dizendo que não a queria mais.

Foi o sofrimento que eu passei na minha gravidez todinha. Que eu decidi que não dava mais, entendeu? Aí eu aguentei a minha gravidez todinha, porque, tipo assim, eu ficava só com meu filho. Aí, tipo assim, a minha idade e aí eu tinha medo da minha pressão subir, eu deixar meu fi nas casa alheia, entendeu? Mas assim, eu pedi tanto a Deus, que Deus me abençoou, mulher; assim, por que no dia que eu senti a dor dela, graças a Deus a minha pressão não subiu, na minha gravidez todinha. Passei pelo o que eu passei, mas não subiu. E aí foi, tipo assim, humm... como é que eu posso te explicar, que eu tive que tomar remédio controlado, depois do que ele fez em mim, eu fiquei, tipo assim, como tendo um ataque de nervo, sei lá, que, tipo assim, ele viajava segunda e aí quando era na sexta eu já ficava com aquela vontade de sair, entendeu? Porque, assim, eu não sabia que hora ele ia chegar, como ele ia chegar. Aí me dava aquele pânico, sabe? Que apertava, que eu tinha vontade, eu tinha que sair de casa. Aí eu fui na médica e falei pra médica e a médica disse que isso só vai melhorar mesmo quando você parir, aí eu tive que tomar remédio, até eu ter a nenê. Foi que eu me controlei porque, assim, o mundo tava desabando, mas eu tava na minha, aquela coisa, entendeu? Por causa do remédio. Aí eu tive até no mês de ter ela. (Egunitá, 40 anos).

Esse sofrimento que Egunitá versa foi causado pelas várias traições do seu ex-companheiro que se relacionava com outras mulheres e a maltratava por consequência. Esses episódios afetavam a sua saúde e tomavam um alcance ainda maior devido o estado de gravidez, fazendo com que tomasse medicação controlada em decorrência dos maus tratos e violências psicológicas sofridas proporcionando, muitas vezes, sintomas de um estado de depressão (SILVA, 2013).

Ewá, em relação aos fatores que a impulsionaram a sair da situação de violência vivida vieram a partir do desejo de mudar de vida associado à saturação da relação violenta. Em duas passagens da entrevista ela destaca:

[...] quando eu saí da clínica eu fui pra casa dele que eu vi que “num” “darra” certo nós dois morar junto mais, eu sem droga, sem uso de droga, sem uso de bebida, ele usando droga, ele “bebendo” e pirando dentro de casa. Aí eu disse: não, não dá certo não! Está prior que um drogado! Não, não dá certo não, ele “bebo” aqui dentro e eu sem usar droga, ele vai me incentivar, aí eu não quis não, ele vai me incentivar a voltar de novo, aí eu vou perder tudo.

[...]

Toda vez eu pedia. Ele disse: “não minha fia eu vou, eu vou parar de beber, eu vou deixar, eu vou deixar”. Aí nesse dia eu tinha dito assim: “rapaz tu não vai beber, tu ‘num’ vai.” [...] aí eu disse assim: “rapaz eu vou já ligar para a (Coordenadora do Centro Terapêutico) que eu vou voltar pra lá. [...] ela disse que qualquer coisa que acontecesse que ele me violentasse era para eu voltar lá pra clínica que elas “iam” arrumar um lugar para eu ficar com a menina.

[...]

Aí como eu já tinha ligado pra ela, ela disse: "(Ewá) vem amanhã pra cá!". Aí como foi de madrugada que ele começou as loucuras dele, me batendo, cortou a sandália que ele tinha comprado pra menina, aí eu fiquei com medo. (Ewá, 34 anos).

Ewá vivia uma situação duplicada de desvio e marginalização social, uma vez que era dependente química e nessa condição já havia provavelmente experienciado diversos momentos de abandono, solidão e discriminação por ser usuária e dependente de drogas, situação que se tornava mais crucificante por ser mãe, o que a colocava também infringindo normas sociais esperadas da maternidade em relação ao cuidado e proteção das filhas. Para piorar, tinha um companheiro que se encontrava em situação semelhante à sua, porém, ele não era morador de rua, pois morava com a mãe dele e tinha um trabalho. Formavam, portanto, uma família fora dos padrões requisitados. O fato de passar temporadas vivendo nas ruas, em períodos de consumo ativo de drogas, fazia com que ansiasse por um lugar privado, um lugar seu, um lar, uma família, gerando assim, o desejo de ter a sua casa própria (coisa que ela nunca teve), sua família, seu trabalho e a possibilidade de criar suas filhas.

Eu tomei atitude de responsabilidade minha mesmo que eu queria sair daquela vida, queria sair daquele mundo, era um mundo que num dava pra mim que eu tinha um sonho, aliás eu tenho um sonho de construir minha família, ter minhas filhas tudo junto do meu lado, ter assim, ter isso aqui que eu nunca tive. Você tá oiando no meio de uma praça, oiando pro monte de mato e esperando um prato de comida de uma pessoa e você podendo estar dentro de uma casa, com tudo dentro, tu é doída, eu sou muito agradecida hoje por Deus ter me dado isso, isso aqui ó, tudo que eu tenho na minha casa, minha casa que hoje eu pago graças a Deus. (Ewá, 34 anos).

Neste contexto, percebe-se que Ewá, dentre as mulheres entrevistadas, é a que mais vivenciou diversos processos de desigualdade e exclusão social. No entanto, mesmo com as dificuldades vivenciados por ela, ela construiu um processo de superação e de tomar as rédeas da própria vida.

Já para **Nanã**, a situação vivida de violência doméstica, memorizada substancialmente por meio das suas formas psicológicas e sexuais, sobretudo o estupro cometido contra sua filha por parte do ex-companheiro, que é também pai da criança, lhe encorajou para enfrentar a violência, buscando ajuda através da igreja, família e serviços especializados de atendimento a violência.

O que me deu mais força foi porque minha filha disse tudo que ela tava sofrendo, aí minha filha me deu força pra mim denunciar ela, ele, na delegacia da mulher, na delegacia da criança, e me deu força pra acabar tudo, casamento, sentimento, morreu tudo, morreu o sentimento, morreu tudo. Morreu tudo, eu num parei mais pra lutar pelo meu casamento, parou, morreu tudo, só porque ele estuprou minha filha, acabou tudo. Esperando ele mudar. (Naná, 35 anos).

Naná ressaltou alguns elementos importantes que a impulsionaram ao rompimento da violência: “duas coisas pesadas dentro de mim: foi a tortura psicológica e foi o estupro da menina, tortura psicológica, estupro, maus tratos. Tudo eu vivi.” (Naná, 35 anos).

Obá relatou que estava saturada de viver num relacionamento violento e carregado de muitas humilhações, não aguentava mais viver naquela situação de agressão a ela e aos/as filhos/as e traições do companheiro fizeram com que, ao longo do tempo, ela deixasse de gostar dele e tomasse uma atitude de romper com a violência.

Aconteceu porque, assim, porque ele vivia, só vivia falando e ameaçando. Aí chegou o ponto d’eu não guentar mais aquela coisa que ele vivia falando. Falando que ia me matar, ia fazer isso, ia fazer aquilo. Aí foi lá pro mês, pro mês de... xô vê... me separei dele foi no mês de junho, julho [...] ele bebe. As drogas dele também, que ele usava droga. Aí, como ele me batia, espancava os meninos. Foi isso. [...] Ele só vivia me traindo, em cabaré, aí eu num queria aceitar ele mais e foi o tempo que também eu deixei de gostar também. Eu deixei de gostar dele. Tanta coisa que ele fazia comigo, a gente vai deixando aos poucos. E as coisas que ele dizia que eu vivia com outro homem. Ele nunca viu! Que eu nunca, eu nunca fazia isso com ele. Respeitei ele até no dia da nossa separação. [...] Me falaram que ele usava crack. Num sei o que diacho é crack?! Acho que é isso. Ele misturava bebida com droga, ficava doido dentro de casa, eu ficava com medo dele, ele pegava e ficava com facão dentro quarto [...] facãozão desse tamanho assim! Eu disse: Meu Deus do Céu. Eu num dormia não! Dormia de noite não! Depois que ele viu que eu ia me separar dele, aí é que ele botava mais coisa dizendo que ia se matar, ia me matar. Não. Primeiro, ele ia me matar e ia se matar. Pois quer saber! Aí eu tomei minha decisão. Foi o jeito mesmo porque eu não tava aguentando não. Eu trabalho, quando aparece serviço eu tenho coragem de trabalhar. Eu tenho coragem de me bancar. Eu que me vestia, ele não me dava nada, eu comprava minhas coisas. (Obá, 37 anos.)

Oyá Tempo quando indagada sobre o motivo que a fez tomar atitudes de rompimento com a violência sofrida diz que o casamento chegou ao fim devido às

violências que vinha sofrendo da companheira e relatou a última que sofreu, uma tentativa de assassinato em que a ameaçou de queimá-la e ela reagiu.

A última eu tive que revidar porque ou era minha vida, ou eu revidava ou era minha vida! Porque ela jogou álcool em mim, e acendeu o fogo do fogão e disse que ia me queimar. Aí a mãe dela estava presenciando nesse dia, mas a mãe dela era muito idosa, aí ela empurrou a mãe dela, trancou a mãe dela no quarto. (Oyá Tempo, 39 anos).

Oyá Tempo, ao reportar ao elemento propulsor do rompimento no contexto de violência conjugal, ressalta a divisão sexual do trabalho doméstico como desencadeador de desentendimentos frequentes com a companheira, afirmando que não havia uma divisão das tarefas domésticas de forma igualitária, ficando ela encarregada e pressionada a executá-las. Para compreender a dinâmica dessa relação se faz necessário entender sua construção numa sociedade que tem a heteronormatividade como modelo normativo (WITTIG, 1992; RICH, 2010), que interseccionado ao sistema binário de gênero, funciona a partir da dominação masculina que assinala Bourdieu (2011), tem a divisão sexual do trabalho como um dos seus principais elementos.

O modelo de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2015), ao impor a expectativa de uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática, faz com que casais de pessoas do mesmo gênero, uma vez que são socializadas nesse sistema (matriz heterossexual), possam adotar práticas e discursos que o reproduzam em diversas dimensões, inclusive de violências. Assim, mesmo nesta relação lésbica, se pode entender que a ex-companheira exercia as dimensões simbólicas atribuídas à masculinidade hegemônica que, na divisão sexual do trabalho, faz com que não assuma as tarefas domésticas; visto que possivelmente assumia o papel masculino e, conseqüentemente, avaliava que tais tarefas não eram de seu papel social na relação, mas da figura feminina, no caso Oyá Tempo.

Em várias passagens da entrevista, percebi sobre o seu amor próprio, autoestima e a coragem que teve para denunciar, pois as pessoas ao redor dela não acreditavam quando falava das atitudes violentas da sua ex-companheira. Talvez essa descrença deva-se ao fato de que comumente a violência é masculina.

A minha vida, o meu amor próprio, eu me amava, aliás eu me amo. [...] Meu amor próprio, por mim mesma. Porque uma mulher pra fazer

uma denúncia ela tem que se amar muito, se amar muito mesmo. Porque é como eu te disse, a ajuda, ajuda que ela vai ter é dela. A coragem ela vai ter é dela. Ela vai ter que ser guerreira sozinha. Sozinha! Porque se contar com os órgãos públicos que a gente tem, a gente morre na mão do agressor e nada eles resolvem, nada, nada, nada! (Oyá Tempo, 39 anos).

Onilé ao retratar sobre o rompimento no contexto de violência relata sobre a situação de violência mais grave vivenciada, na qual seu ex-companheiro usava drogas (crack) e tinha delírios de perseguição. Neste dia, ele perguntou por uma antena de TV e ela disse que não sabia, porém ela foi procurar e quando achou, lhe entregou e esse imediatamente pegou a antena e começou a arrebentar tudo em casa, inclusive ela.

Aí pegou a antena e ficou esfregando no meu rosto, 'Oh aqui, tu tá cega? Oh aqui a antena'. E ficou dando soco na minha perna, aí ele apertou tanto a antena aqui que quebrou meu dente, arrancou mermo meu dente, caiu bem aqui no chão [...] Mulher, mas nessa noite eu dei vontade de matar ele, eu dei vontade de matar ele. Eu te juro como passou pela minha cabeça, e do jeito que ele tava bem ali, eu tinha matado ele' (Onilé, 48 anos).

Para Onilé, esse episódio foi o estopim que levou à saturação de uma vida de maus tratos, perseguição e controle do companheiro sobre ela que até na parada de ônibus ia deixá-la para saber qual ônibus pegaria, controlando seus horários de saída e de chegada em casa e com quem conversava. Todavia disse tentar, por diversas vezes, ajudá-lo, fazer com que mudasse seu comportamento e deixasse a dependência química por piedade que tinha dele e pelo filho.

É tipo assim **eu já num aguentava mais, os maus tratos**, eu já tava cansada, eu tentei demais fazer dele gente, como eu sempre, eu digo: eu tentei demais fazer dele gente, talvez por pena, por pena e por ele, pelo menino [...] eu tenho que batalhar já que ele tá errado, já que ele é quem é o usuário, tenho que tentar ajudar. (Onilé, 48, **grifo meu**).

Na história de Onilé é marcante a situação de violência vivida pelo fato do companheiro ser usuário de drogas e fazer uso de bebidas alcoólicas, ao alegar o descontrole que o mesmo tinha sobre si quando necessitava consumir drogas, chegando mesmo a vender os mantimentos comprados para o consumo da família, fazendo com que ela usasse a estratégia de cortar as embalagens para evitar que ele as vendesse. De acordo com Vieira et al. (2014, p. 367), "o consumo demasiado

acarreta mudanças de humor que repercutem desfavoravelmente na relação conjugal com a mulher e potencializam situações de discussões e violência entre o casal”. Sendo que, tanto as drogas quando as bebidas são potencializadores da violência.

[...] eu chegava do supermercado eu tinha que cortar logo tudo, as embalagens de tudo, porque se eu deixasse lá as embalagens de tipo 5kg, dois kg ele juntava tudim e vendia, trocava. [...] eu chegava aqui ele já tinha vendido alguma coisa minha, que ele já tava me extorquindo, assim, de uma forma que num tinha mais como de onde eu tirar, que eu já tava pedindo dinheiro emprestado, que eu já mentia pras pessoas, pedia dinheiro emprestado, dizia que era pra comprar um remédio, que era pra pagar uma passagem, que era pra comprar um gás, entendeu! Que eu pedia pras pessoas até mesmo minha mãe, eu cheguei a pedir dinheiro a ela, pra dar pra ele, que eu achei que essa situação não poderia continuar, por que como lá na delegacia e a própria (técnica da Casa-Abrigo) me disse, pelo que ela viu, eu sou uma pessoa independente, então, o porquê uma pessoa independente... porque que eu ia ficar com um companheiro dentro de casa se ele não tava me ajudando? Ele tava era me destruindo. (Onilé, 48 anos).

Onilé pontuou também que não teve ajuda e/ou orientação da sua família em relação a situação de violência vivida, mas sempre via pelas mídias sociais (televisão) informações sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Conforme diz, “eu tomei todas as decisões, tudo que eu fiz foi sozinha, eu não tive influência, eu não tive ajuda de ninguém, assim, conselho, aconselhamento de ninguém, eu vendo aí na televisão esses problemas, essas coisas”. Observa-se aqui que, mesmo sem ajuda ou orientação familiar a televisão, o meio das informações midiáticas sobre a violência doméstica e familiar, foi um elemento importante para informá-la e encorajá-la a romper com esse ciclo.

Para **Oxum**, o fator de saturação da violência vivida que a impulsionou a romper com esse ciclo foram as práticas violentas do seu ex-companheiro contra os filhos, ao dizer:

Quando ele começou a partir pros filhos aí eu saí mesmo de dentro de casa e até quando era comigo eu sabia me defender, mas quando parte pra criança, dá não. [...] olha, foi essa questão da agressão com os meninos, e também foi justamente bem nessa transição de sair de dentro de casa que foi na época do concurso, isso aí me empolgou muito, sabia? Por que pelo menos eu sabia que ia ter uma renda. [...] Eu me empolguei com concurso... foi um impulso muito bom, sabia? Parece que foi assim, uma coisa assim... que eu tava procurando, um meio assim e deu certo. (Oxum, 41 anos).

A possibilidade de autonomia financeira, via aprovação em um concurso, foi como ela própria diz, uma “luz no final do túnel” para conseguir sair daquela situação de violência que vivia junto com os/as filhos/as, que a possibilitou dar continuidade aos estudos, mesmo com filho pequeno e o levando junto à escola. Autonomia essa, fundamental para ter alcançado seu êxito. Nesse sentido, a sua indignação em relação à violência praticada pelo companheiro contra os/as filhos/as, somada a possibilidade de independência financeira, possivelmente com vistas a deixá-lo, apressou a decisão de romper aquela situação de sofrimento que já se processava há algum tempo.

Yansã versa sobre o processo de saturação da violência vivenciado por ela e que lhe impulsionou a romper com a violência, tomando a decisão de fazer a denúncia por meio dos serviços institucionais.

[...] assim uma mulher quando ela pensa em separar, ela tem que pensar muito, por que se for pra viver só de farra, curtindo e deixar os filho jogado, não adianta, é de estraçalhar uma família inteira, então assim, eu sempre pensava em meus filhos, né, aí a gente conversava, ele dizia que ia mudar, passava, dois, três meses, bonzin, depois voltava tudo de novo, **até uma hora que eu me cansei, eu nunca tinha ido dar parte dele não.** (Yansã, 38 anos, grifo meu).

E esse ponto de saturação aconteceu no dia que seu companheiro, do nada, lhe jogou na cama, tentando enforcá-la e ela disse: “essa é a primeira e última vez que tu vai triscar em mim, tu nunca mais vai me bater!” (Yansã, 38 anos). Com isso, ela foi à DEAM fazer a denúncia e, em seguida foi encaminhada para a Casa-Abrigo.

Sobre esse processo de ruptura do ciclo de violência, Yansã destaca a importância de o homem perceber que é preciso mudar de comportamento, ou seja, aprender a não ser violento com sua companheira: “não depende só da mulher, tem que ter o parceiro, tem que haver a mudança nele, por que se não tiver não adianta não, volta a mesma coisa, porque que ele em casa deixou de beber, ele vendeu o som do carro” (Yansã, 38 anos)

Para **Yemanjá**, o processo da rota crítica se deu quando ela já estava saturada com aquela situação de violência que a deixava desanimada ao ponto de não gostar mais da vida e que por vezes, já acreditava que era natural apanhar. Porém, com certo hábito, quando ela ia buscar as filhas na escola, ela ficava

sentada em frente à Igreja ouvindo a missa e com o tempo ela foi criando coragem para enfrentar a situação que vivia.

[...] eu comecei a ir buscar as meninas na creche, de tarde, aí eu já ficava lá na frente da igreja, esperando a missa começar seis e meia pras sete. Já pegava as meninas na creche e ia lá pra frente da igreja, ficava lá. Aí todo dia ia lá, fazia isso e voltava, só voltava depois que terminava a missa, quando num tinha missa eu voltava. Ficava lá na frente da igreja nos dias que tinha missa. **Aí eu fui criando assim... ouvindo a palavra, lá do padre, fui criando coragem com isso. Foi me dando assim uma coragem, me dando assim uma vontade de viver. Eu já não tinha mais vontade de viver.** (Yemanjá, 44 anos, **grifo meu**).

Por meio da fala do Padre, Yemanjá começou a criar coragem na busca pelo rompimento da violência, onde ela começou a ver outras possibilidades para querer continuar vivendo. Mas, o fator crucial para a saída do ciclo de violência foi quando, em uma briga em casa, seu ex-companheiro e pai das meninas apontou uma faca para elas.

(Ele) disse que era pra elas se calar, senão ia sobrar pra elas. Aí elas se abraçaram, as duas se abraçaram e ficaram de 'côca' no chão chorando abraçadas, com a faca apontada pra elas. Aí foi isso. Isso foi a gota d'água! Não foi porque ele me bateu. Foi porque ele apontou a faca pras meninas. Eu criei coragem. Num disse nada, fui bem aqui no orelhão (Yemanjá, 44 anos, **grifo meu**).

Percebo que o fator impulsionador preponderante dentre as mulheres interlocutoras desta investigação é a agressão dos ex-companheiros que ultrapassa a elas próprias e chegam até os/as filhos/filhas, fazendo com que tomassem fortemente a decisão de romper com o ciclo de violência, situações essas percebidas nas histórias de Nanã, Obá, Oxum e Yemanjá.

Os papéis dentro da organização familiar são diferenciados a partir do sexo, ou seja, as mulheres assumem papéis que são atribuídos a elas a partir do âmbito doméstico, como cuidadoras da casa, do marido e, sobretudo dos/as filhos/as. E os homens assumem o papel no âmbito público, ou seja, como provedores do lar. Desse modo, o homem assume o papel de pai de família e a mulher, mãe/dona de casa.

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. Esta divisão complementar permite, então, a

realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem corporifica a ideia de autoridade, enquanto mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito. Ele, portanto, responde pela família. Cabe à mulher outra importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a patroa, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho. (SARTI, 1994, p. 78).

Nesse contexto, é importante destacar a divisão sexual do trabalho para compreendermos esses processos relacionados ao cuidado e responsabilidade com os/as filhos/as, uma vez essa divisão é compreendida como uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Com o estado de saturação da violência, as mulheres são motivadas a partir das suas próprias experiências cotidianas, aliadas às percepções desenvolvidas com a violência, considerando assim o contexto familiar e social para construir uma conjuntura que as levam a tomar a decisão de não aguentarem, visto estarem com a sensação de esgotamento emocional e físico devido as muitas agressões aliadas a expectativa de uma vida melhor, sem violência (SAGOT, 2000).

Outros fatores impulsionadores e não menos relevantes para o rompimento da violência, por parte das mulheres desta pesquisa, perpassam as dependências químicas (drogas e bebidas alcoólicas) e traições por parte dos/as (ex)companheiros/as, tendo em vista que “são fortes determinantes de separações conjugais ou expulsão dos companheiros de casa” (MENDES, 2005, p. 94), estes elementos geram insatisfações nelas, a exemplo do que ocorreu na trajetória de Egunitá e Obá.

4.4.2. “Pensa que a pessoa vai mudar e não muda”: fatores inibidores do rompimento da violência

Para analisar a presença dos fatores inibidores, fiz alguns questionamentos a fim de compreender como as mulheres que participaram dessa pesquisa se sentiam no contexto familiar, considerando as situações e violência praticada por seu/sua ex-companheiro/a e levando em conta os elementos identificados por Sagot (2000), a

saber: medo, culpa, vergonha, amor pelo/a agressor/a, a ideia de que ninguém sabe do que acontece em casa, manipulação por parte do/da agressor/a e dinâmicas repetidas do ciclo de violência, contextos sociais com histórias de violência, desconhecimento dos seus direitos e falta de informações, pressão familiar e social para manter o casamento, insegurança econômica e falta de recursos materiais, atendimento inadequado por parte da rede de atendimento, bem como demora na resolutividade do seu caso de violência.

Egunitá é o exemplo marcante de quem acreditava na mudança do ex-companheiro, mas que durante a rota crítica foi percebendo que ele não iria mudar, visto que todas as oportunidades que deu a ele não adiantava só a magoou e maltratou.

E tipo assim, mas a gente fica naquela, mulher, de tipo assim, você fica com pena da pessoa, **pensa que a pessoa vai mudar e muda não**. Por isso que eu me arrependi, entendeu? Por que, assim, quanto mais você dá oportunidade fica pior, não adianta. Se não for a pessoa morrer de novo e nascer de novo, num muda não. (Egunitá, 40 anos).

Ela ressalta o medo que sentia de morrer, por isso, não fazia a denúncia temendo que ele voltasse para a matar, assim como tem visto acontecer com outras mulheres por meio das mídias sociais. E como destaca Sagot (2007, p. 46), os “medos que inibem a mulher estão relacionados com a função de mães e de esposas e os papéis tradicionais de gênero”.

[...] a gente fica com medo, tipo assim, por as ameaças, ele já tinha trazido até uma bala pra mim. Aí ele mostrou a bala: ‘Tu sabe o que é isso aqui?’ Aí você fica, entendeu? Você pensa nos seus filhos, você pensa em si, entendeu? Hoje, assim, eu tô aqui dentro, tô. Sou uma vitoriosa, sou, mas você não sabe o dia de amanhã. Porque, assim, tem gente que, há casos e casos que passam dois anos, três anos, a pessoa, tipo assim, deixa amansar, esquecer e vai lá e pratica, né, entendeu? Eu já vi caso na televisão, de homem quatro anos separado da mulher e vai lá, atira na mulher, entendeu? Aí, tipo assim, todo dia eu oro a Deus e entrego na mão de Deus, mermã, entendeu? Porque a pessoa que faz assim com o ser humano não pensa na vida dele, que ele é um ser humano também em cima da Terra, né? Porque, tipo assim, ele desejou a morte da minha filha, se quem deseja a morte do seu próprio filho, num tá pensando em si, num tá! Porque ele fez foi dizer na minha cara, num quero saber disso aí não, tomara que tu perca. Eu quero é que tu perca isso aí. Mas, eu disse pra ele: eu entreguei na mão de Deus, Deus é que sabe, se eu for ter, Deus sabe. Mas, não se preocupe não, que eu

não vou lhe pedir nenhum real não, por causa dela não. Nem o menino ele nunca deu e eu ia pedir por essa. (Egunitá, 40 anos).

A morosidade e ineficiência dos serviços institucionais de atendimento às mulheres em situação de violência, apareceu aqui como fator desestimulador e mesmo de possível desistência da denúncia. Quando indagada se nas situações de violência do ex-companheiro ela procurava os serviços especializados, Egunitá responde: “procurava sim, eu dava parte dele, mas, tipo assim, é uma coisa que demora tanto que você termina, entendeu? Porque não é uma coisa que resolve dum dia pro outro, aí você termina desistindo, entendeu?” (Egunitá, 40 anos).

As mulheres procuram um serviço de atendimento com o objetivo de pedir ajuda no “sentido de proteção, de oportunidade para resolver suas vidas fazendo escolhas realmente eficazes, cujas decisões estejam respaldadas no sentido de segurança, saúde e liberdade, possibilitando uma saída transformadora nas suas vidas” (STREY, WERBA & NORA, 2004, p. 113-114).

No entanto, quando as mulheres procuram pelos serviços, o atendimento é ineficaz, pois algumas atitudes e/ou práticas discriminatórias são reproduzidas no momento deste atendimento (SILVEIRA, 2006). Muitas vezes, os/as profissionais que atendem as mulheres não estão preparados/as para escutá-las e acolhê-las, não fazem os devidos encaminhamentos referentes à denúncia, com isso, “as mulheres ficam sem soluções para seus problemas, voltando, frequentemente, a repetir o pedido de ajuda, na impossibilidade de uma reorganização de suas vidas” (STREY, WERBA & NORA, 2004, p. 119).

As implicações da falta de suporte material/estrutural básico, somado ao atendimento profissional inadequado faz com que esse espaço institucional, fundamental no combate a violência de gênero, não colabore a contento para o enfrentamento dessa problemática, seja no que refere ao processo de denúncias dos sujeitos que se encontram na condição de vítimas e/ou ao atendimento aos sujeitos que se encontram na condição de agressores. (MENDES, 2010, p. 02).

A falta de estrutura e os horários de funcionamento dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência aliado ao atendimento ineficaz e pouco efetivo são também fatores inibidores presentes nas rotas críticas. Neste sentido, é importante reconhecer que as instituições “reproduzem valores e

prioridades sociais hegemônicas, entre eles o acesso diferencial e privilegiado a recursos por setores sociais que detêm mais poder” (DINIZ, 2006b, p. 193).

Ewá demonstrou que o fator inibidor mais forte do rompimento da violência em que vivia, era o medo que tinha do companheiro como dependente químico de bebida alcoólica. Achava que o denunciando não teria mais acesso ao uso da bebida, o que poderia enfurecê-lo e até matá-la. No entanto, ela também era usuária de drogas e talvez essa resistência em denunciar também podia estar relacionada a impossibilidade do próprio consumo de drogas, visto que era ele que também a mantinha. Afirma que tinha vezes que estava tão drogada que ele a agredia e ela não sentia nada.

[...] às vezes, eu ficava pensando, na droga, na bebida. [...] mesmo apanhando dele, que às vezes eu nem sentia muita dor. Pensava que não, vinha com uma pedra, uma bebida, um vinho pra mim tomar. [...] quase não sentia dor, aí no outro dia eu já estava com ele de novo, ele me usava, eu já usava droga de novo, eu já bebia de novo, aí já começava a frescura, tudo de novo, aí vai acostumando a pessoa, aquela coisa direto. (Ewá, 34 anos).

Havia na história conjugal desse casal uma espécie de retroalimentação de dependência química e destruição um do outro, onde o machismo e dominação masculina eram potencializados pelas práticas de violência do companheiro que se aproveitava também da dependência da companheira no uso de drogas para abusar dela. Entretanto, a dependência química era tanto dela quanto do seu companheiro, os dois faziam ingestão de bebidas alcoólicas, juntos, no entanto ela era usuária de drogas (crack) e ele não. Na maioria das vezes que acontecia a violência, eles estavam bêbados e nesse estado ele a proibia que sair de casa e ela com medo dele sempre dava um jeito de fugir. Às vezes, ela revidava às agressões mordendo e batendo nele.

Essa situação do uso de bebida por parte do companheiro causava certa desestruturação em sua personalidade e comportamento agressivo gerando em Ewá um forte sentimento de medo expresso em suas palavras ao dizer, “quando ele bebia, ficava parecendo bicho, aí eu ficava com medo, queria sair pra ir embora, dormir na casa da minha mãe e ele não queria deixar, ele queria, porque queria, que eu ficasse com ele lá e eu tinha medo” (Ewá, 34 anos).

Para **Naná**, o fator inibidor do rompimento parecia estar associado à esperança de mudança no comportamento do companheiro, constituindo a fé como

elemento importante dessa mudança e, conseqüentemente, da salvação do seu casamento, instalando em virtude disso um tempo de espera e também de continuidade da violência conjugal.

Teve uma vez que ele deu um murro na minha perna ficou roxo três semanas. E eu sempre sendo aquela mulher carinhosa, mulher paciente e sempre querendo salvar o casamento, né. Aí ele dava mais importância pros outros do que pra própria família, que pra própria esposa [...] enquanto tava aqui [na casa da mãe dela] ele me tratava mal, também, teve um dia que eu juntei as roupas dele, por que era tanta tortura minha irmã, mas **eu sempre naquela fé que ele ia mudar, que Deus ia mudar ele** (Naná, 35 anos, grifo meu).

O medo se fez presente aqui como fator inibidor da denúncia provocado por outro medo, de morrer. Na sua gravidez fez uma denúncia sobre a violência que sofria, mas acabou retirando a queixa por medo de morrer. Durante a entrevista, ela frisa que tem muitas mulheres “com medo de falar, medo de enfrentar o homem, medo de falar pra família [...] medo de morrer, elas terminam morrendo” (Naná, 35 anos). Por sentir medo e culpa, as mulheres silenciam, guardando segredos por muitos sobre as experiências de violência física e sexual praticadas pelos seus/suas companheiros/as.

Elas fazem isso pressionadas por chantagens e ameaças que geralmente acompanham situações de abuso. As mulheres, também, sentem culpa e medo. Um desses medos é de não ser levada a sério, ou seja, que ninguém acredite em sua denúncia. Assim, elas se calam, no cotidiano de suas vidas, para não macular a imagem idealizada da vida familiar. (DINIZ & PONDAAG, 2006, p. 233).

A dependência financeira, a falta de apoio da família, a repetição das situações de violência, o medo e a insegurança causado pelas ameaças, conforme Narvaz & Koller (2006b) estão associados à dinâmica da violência contra as mulheres. Desse modo, o medo de denunciar e, que por vezes, de retirar a queixa, sendo que não é mais possível na instância da DEAM, somente perante o/a Juiz/a.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público. (BRASIL, 2012, p. 26).

Devido ao medo e a culpa, o silêncio é visto também como uma estratégia de sobrevivência, pois as mulheres guardam os segredos e silenciam a denúncia da violência por muitos anos, uma vez que esta “postura é vista como forma de evitar conflitos e brigas, melhorar a relação e atenuar a violência” (DINIZ & PONDAAG, 2006, p. 242) e, com isso, inibe-se o processo das mulheres na busca pelo rompimento.

Nanã por três semanas não conseguia dormir sendo medicalizada e passando, na época, a fazer ingestão de ansiolíticos por quinze dias, atualmente faz acompanhamento psicológico no Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência “Esperança Garcia”.

Obá tinha na sua trajetória de violência o medo como fator inibidor do rompimento da violência. Ela ressalta o medo que sentia do companheiro que vivia a ameaçando e aos/as filhos/as. Para Sagot (2007) há diversos tipos de medo, e aqueles “que muitas vezes imobiliza essas mulheres, não reflete uma incapacidade para empreender ações, mas uma avaliação real da situação” (p. 46). No caso de Obá, não sei se posso afirmar que ela tenha feito uma avaliação da sua real situação de vida ao enfrentar o medo e denunciar o companheiro, considerando que atribui a Deus a coragem de denunciar. Outra vez a religiosidade, a fé, aparece balizando as atitudes e decisões de algumas dessas mulheres.

É porque eu tinha medo. Eu tinha medo dele. Ele só vivia ameaçando. Que ele disse que no dia que eu fosse dar parte dele, ele disse que me matava. [...] Ele disse que ia matar nós tudin. Nesse dia, ele tava bebendo. Aí eu tinha medo de, de coisar assim... Até que um dia, acho que Deus me deu coragem e eu peguei e fui. Perdi o medo. Aí eu fui atrás. (Obá, 37 anos).

Obá também ressaltou sobre a dependência química do seu ex-companheiro que fazia ingestão de bebidas alcoólicas junto com drogas (crack), momentos quando a violência era potencializada e o medo que ela sentia dele era mais intenso, tendo em vista que ele ameaçava a ela e aos/as filhos/as.

Oyá Tempo mesmo sendo uma mulher bem resolvida, decidida e conhecedora dos seus direitos, levando em consideração a sua vivência enquanto militante de movimento social, reconhece que em determinado momento, sentiu medo da ex-companheira ao dizer: “Um momento tive. Um momento porque eu

conheço a pessoa com quem vivi. Entendeu? Poderia não fazer com as próprias mãos, mas poderia mandar” (Oyá Tempo, 39 anos), como se fosse uma vingança.

Reclama também da descrença das pessoas conhecidas em relação ao comportamento violento da ex-companheira, alegando que, por várias vezes, procurou ajuda entre os/as amigos/as, a vizinhança, pessoas do movimento social e ninguém acreditou nela e só passaram a acreditar quando decidiu denunciá-la nos órgãos especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Importante situar que as duas eram militantes do movimento social, assim como outras pessoas que atuam nos serviços especializados de atendimento às mulheres, tais como policiais, delegados/as, juízes/as ou outros/as funcionários/as, não significa *a priori* que estejam isentos de atitudes machistas e violentas, pois antes de atuarem nessas instâncias participaram de outras esferas sociais cujos processos de socialização podem ter deixado marcas fortes de machismo e preconceitos.

Ninguém acreditava! Eu falava e ninguém acreditava! [...] quando viram ela na mídia, acreditaram. Mas, outras pessoas já acreditavam, quem estava mais perto de mim, a relação daqueles pessoal que ocupam terra, né?! Então, eles passaram a acreditar, não, eles passaram a ver, a cobrar [...] ela podia fazer o que quisesse, falar o que quisesse, a partir da hora que não me agredisse. Então, já tava deixando ela no verbal, falar, eu não tava mais ligando. Mas, a partir da hora que passou pra física, aí eu revidei. (Oyá Tempo, 39 anos).

No entanto, quando decidiu fazer a denúncia aos serviços especializados foi revitimizada nas instâncias da DEAM e Juizado. Na DEAM, segundo ela, a Delegada que lhe atendeu acionou a mídia para uma reportagem sem a sua autorização. Neste momento estava acompanhada de uma pessoa que representava a entidade do movimento social de defesa do direito de livre orientação sexual que participava na época, de forma que não deu nenhuma entrevista chegando a dizer: “eu não quero dar entrevista, porque eu não chamei mídia” (Oyá Tempo, 39), porém, a representante da entidade falou com a repórter e explicou o que estava acontecendo. Outra situação constrangedora que passou foi no Juizado ao afirmar que:

Inclusive ainda fui, eu me senti mais assediada, que num queria mais nem prosseguir, pelo juiz. Da forma que ele disse: ‘Se você tivesse procurado uma rola!’ Foi com [...] esse nome bem dito. ‘Você não estaria passando por isso. Você teria uma mesada pra receber’. E a

resposta que eu disse pra ele que eu não estava atrás de mesada, que eu estava atrás dos meus direitos. E eu tava com a defensora pública do lado, ela é promotora também. A Promotora mandou ele [...] diminuir com os palavreados vulgares dele. (Oyá Tempo, 39 anos).

Percebe-se que “as inadequadas respostas institucionais convertem-se nas paredes e no labirinto que detêm muitas mulheres e as abandona em um mundo de complicados e, às vezes, antagônicos trâmites e procedimentos” (SAGOT, 2007, 47), sendo esses, parte dos fatores inibidores do prosseguimento da denúncia de mulheres em situação de violência. No caso de Oyá, não só o medo da ex-companheira foi fator dificultador para o rompimento da situação de violência, assim como o inadequado atendimento especializado que buscou quando decidiu denunciar, ao considerar que sofreu constrangimentos que lhe causou certo desânimo durante o processo de denúncia.

Para **Onilé**, o fator inibidor que fazia com que desistisse de denunciar era o medo que sentia do seu ex-companheiro devido as constantes ameaças a ela. Além do medo, somava-se outro sentimento, a vergonha moral de expor a família e prejudicá-la, visto que ao denunciar acreditava que o caso seria exposto na mídia.

Vergonha, vergonha de expor, de expor minha família, que eu pensei que era coisa de sair em televisão, de se expor demais, a minha irmã é professora, essa que a gente era muito amiga e hoje a gente tá afastada, ela tem um meio social mais, entendeu!? Eu tinha medo de prejudicar ela nesse sentido. (Onilé, 48 anos).

Oxum alimentava esperanças com relação à mudança no comportamento do seu ex-companheiro. Todavia essa espera vinha acompanhada paradoxalmente das promessas de mudanças, assim como das ameaças que fazia a ela e que provavelmente geravam medo. Com o passar do tempo foi percebendo que essa mudança nunca iria chegar, não passava de promessas.

[...] ele dizia que era porque tava com a cabeça quente, que era mim, pra perdoar ele, que ele ia mudar, e aí essa mudança nunca teve, né. [...] No começo sim, era boba, né, aí depois eu vi que não tinha nada a ver, que eu tinha que sair daquilo ali, que eu ia acabar morrendo, que é uma condição absurda. (Oxum, 41 anos).

Nos últimos três anos de relacionamento, conviviam na mesma casa como dois estranhos. Entretanto Oxum já demonstrava que queria se separar: “eu queria

sair de dentro de casa e ele ficava me ameaçando” (Oxum, 41), com isso, o desejo de romper com a violência, era inibido a cada momento. Essa mulher também pontuou a dependência financeira que tinha do ex-companheiro, sendo esse um dos fatores inibidores importantes para o rompimento. Ressaltou, ainda, que quando procurava ajuda da família essa não era satisfatória: “minha família sabia das coisas, mas o apoio era fraco sabe! E eles queriam me apoiar assim, queriam me apoiar a mim, mas queriam que eu abandonasse os filhos, entregasse os filhos pra família dele, me queriam, mas não queriam o menino” (Oxum, 41 anos), era uma ajuda que não a estimulava. Percebem-se, aqui, alguns fatores inibidores do rompimento da violência na vida de Oxum que inclui desde a dependência financeira e medo do companheiro até o fraco apoio da família.

Yansã nutria a esperança de que o companheiro mudasse de comportamento e assim mantivesse o lar. Afirma que quando o companheiro bebia suas atitudes eram violentas, porém quando estava sóbrio era muito diferente, “quando tava bom era uma coisa, a gente conversava muito, como já tinha tido filho de outra pessoa, eu queria ter um lar pros meus filhos, né, então eu imaginava que poderia ser que ele mudasse. É isso que a gente vai esperando, a mudança”. (Yansã, 38 anos). Assim foi protelando o rompimento daquele contexto de violência que também se mantinha pela falta de apoio da família.

Outros fatores inibidores, a exemplo da situação financeira, estavam presentes em vários momentos da entrevista “eu aceito sempre voltar, porque a vida é muito difícil, com um salário não dá pra se sustentar quando você tem muito filho e tem que ter muito apoio de família pra você romper, você tem que ter apoio familiar, se não tiver não adianta não” (Yansã, 38 anos), como diz Sagot (2007, p. 47) “a insegurança econômica e a falta de recursos materiais também jogam um papel importante como fatores inibidores, ainda que, ao contrário do esperado, não são os determinantes das decisões das mulheres”.

Mediante essa afirmação de Yansã percebo que dentre os fatores inibidores, a questão financeira era um ponto central na relação, pois em vários momentos da entrevista ela ressalta a dificuldade de criar os/as filhos/as com apenas um salário mínimo. Podemos perceber que essa questão financeira é um grande implicador, pois “a insegurança econômica e a falta de recursos materiais também jogam um papel importante como fatores inibidores, ainda que, ao contrário do esperado, não são os determinantes das decisões das mulheres” (SAGOT, 2007, p. 47).

Yemanjá passou a naturalizar o relacionamento extremamente abusivo e violento, fazendo acreditar que a violência era algo normal no seu dia a dia. Vivia em uma relação de muitas manipulações por parte do ex-companheiro que fazia com que ela inibisse o desejo de romper com a violência.

Ah, uma vez eu até falei pra (técnica da Casa-Abrigo) também que, não, **eu pensava que eu nunca ia me separar dele, só ia me separar dele com a morte.** Eu tinha isso já na minha cabeça, que a nossa separação que... porque eu pedia a ele, não, vamos nos separar... não tá dando mais certo não. ‘Separar? Não, separar pra quê? Nós tem as meninas’ Eu disse: não, a gente num tá, num tá mais certo não. Bora se separar. Vai embora! Deixa, me deixa só aqui com as meninas. ‘Nãão!’ Ele fazia era sorrir, manganar da minha cara. Aí pronto, pois pronto... pois a gente só vai se separar mermo agora com a morte. Porque eu não posso sair com as meninas, e ele num saai, e ele num quer se separar. **Pedi foi muitas vezes, aí pra gente se separar então... já que a gente vivia só... desse jeito, numa vida... ruim. Era ruim pra mim e era ruim pra ele também,** porque... A gente... ele começava, eu também, no começo eu não ficava calada não. Quando ele começava a me xingar, eu também xingava ele, aí era na frente das meninas, né... tudo isso era na frente das meninas. (Yemanjá, 44 anos).

Yemanjá também sentia muito medo do seu ex-companheiro e vergonha moral da violência sofrida, isso é perceptível quando ao procurar por ajuda nos serviços institucionais e indagada pela Delegada se era a primeira vez que ele tinha batido nela responde:

Eu disse que sim. **Eu tava com medo de dizer que não e com vergonha também.** Dizer que... que... aquilo ali era constante, né? ‘Mas, não foi a primeira vez que ele bateu?’. Eu disse: foi. ‘Tem certeza?’. Aí eu disse foi, foi a primeira vez [...] **Tava com tanto medo dele, quando ele saísse dali.** (Yemanjá, 44 anos, **grifo meu**).

Com isso, é notório a situação de constrangimento, de vergonha pública e moral a qual Yemanjá foi submetida, pois essa situação “não é só motivo de vergonha, mas de ocultação por boa parte das mulheres que se sentem desmoralizadas e desvalorizadas” (MENDES, 2005, p. 243-244) mediante a essa exposição. Assim, muitas mulheres admitem não fazer a denúncia contra seus companheiros por ter receio da vergonha moral.

Tal justificativa se respalda no medo da desmoralização pública que passam a sofrer se voltam atrás na denúncia e os aceitam de volta em casa. Nesse sentido, é menos vergonhoso aguentar as

agressões e passar por vítimas ou bobas no imaginário popular da vizinhança, do que passar por "sem-vergonhas" ou "safadas", ao darem queixas dos maridos e logo depois estarem com eles como se nada houvesse acontecido, o que se constituiria como uma atitude de descredenciamento junto à vizinhança, amigos e parentes. (MENDES, 2005, p. 247).

Muitas pressões sociais são exercidas sobre as mulheres que as fazem conformar-se com uma situação indesejada, como diz Sagot (2007), “uma dimensão concreta da autoridade social que as obrigam a submeter-se aos tradicionais papéis de gênero e a conformar-se com uma vida não desejada” (SAGOT, 2007, p. 47), assim como aconteceu com Yemanjá que minimizou e acostumou-se à violência sofrida desacreditando que essa um dia cessaria. Sabe-se que, a naturalização da violência doméstica é legitimada por uma ordem patriarcal de gênero, em que a dominação masculina é vista como natural (BOURDIEU, 2011), assim “essa naturalização e privatização da violência dificultam uma atitude de resistência e ruptura, por parte da mulher, com a situação vivenciada. A superação da violência implica uma revisão de valores, crenças e atitudes socialmente estabelecidas” (GALVÃO; ANDRADE, 2004, p. 91).

Sem dúvida, o medo das constantes ameaças a si própria e aos/as filhos/as se destaca como forte fator inibidor do processo de rompimento, afirmando a permanência dessas mulheres em relações violentas (CARDOSO, 2008). O medo é também o propulsor para outros processos que afetam a saúde das mulheres, pois “ao não ser capaz de exprimir sua cólera e reagir diante da violência a que é exposta, a mulher apresenta tendência, em intensidade crescente, à depressão, à ansiedade e à somatização, a partir das variadas manifestações de mal-estar físico” (ALMEIDA, 2007, p. 31). Com isto, as mulheres que vivenciam situações de violência, como essas aqui expostas, têm elevado à busca pelos serviços de saúde, com vistas à medicalização de um problema, como foi o caso de Egunitá e Nanã.

A ingestão de bebidas alcoólicas e/ou outras drogas potencializam a violência conjugal, como visto na maioria dos casos dessa pesquisa, não sendo necessariamente o que causa a violência, visto que têm homens que batem e não bebem, assim como têm homens que bebem e não batem (MENDES, 2005; ROSA et al, 2008; FURTADO, MELO, 2010; SANTOS, 2013).

Outro fator inibidor identificado, nesta pesquisa, trata da ineficiência dos serviços institucionais de atendimento, onde nem sempre as mulheres resolvem

seus problemas, visto que “não são recebidas em um espaço acolhedor e humanizado. Muitas vezes as profissionais que as recebem não estão preparadas para escutá-las e acolhê-las” (STREY, WERBA & NORA, 2004, p. 119) de modo a colaborar com essa desigualdade de gênero produzida pela violência.

As condições precárias de vida e a impossibilidade ou dificuldade financeira das mulheres sozinhas criarem os/as filhos/as também se constitui como fator inibidor ao processo de ruptura da violência. A manutenção da família, através da espera de mudança no comportamento do/a cônjuge, também tem sido fator de protelarem, muitas vezes, “as mulheres acreditam ser necessária a presença da ‘figura paterna’ na educação”. Assim como a falta de apoio de amigos e parentes também foi identificada como fator inibidor durante o processo de ruptura da violência (SOUZA; DA ROS, 2006; PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009).

4.4.3. “Se eu tivesse asa eu voava”: estratégias de convivência e resistência para o rompimento da violência

Aqui neste subtópico me refiro às estratégias das mulheres por meio de qualquer ação que possam ter realizado durante o convívio com o/a agressor/a no sentido de conviver, suportar, resistir, responder e/ou romper com essa violência. Essas estratégias incluem separação, abandono do lar, uma resposta física e/ou verbal agressiva, busca de independência financeira, decisão sobre sua própria vida e dos/as filhos/as. Mas há também o silêncio, a indiferença, a apatia, o que poderia a princípio ser tomado como resignação, mas que no contexto de violência pode significar atitudes de esperança e coragem na caminhada processual de mudança da situação de violência vivida (ORTEGA, 2005).

Para compreender o processo de elaboração das estratégias de convivência e resistência utilizadas pelas mulheres para lidar com o problema da violência, durante o tempo de convivência com o/a (ex)companheiro/a agressor/a, solicitei das mulheres entrevistadas informações detalhadas acerca das decisões, ações, reações tomadas durante o tempo de convivência com intenções de lidar com a violência ou mesmo uma decisão, ação que, de fato, foi tomada como rompimento.

Egunitá expressa estratégias de fuga da situação de violência utilizadas por ela, ao mencionar as várias saídas temporárias de sua casa para a casa da mãe,

dos irmãos, mas sempre retornava ao seu lar, o seu ex-companheiro retornava também e não saía mais.

Mulher, olha, é tipo assim, eu me separava dele e passava um mês, aí eu ia pra casa da minha mãe e passava o mês lá. Mas, é tipo assim, cê tem sua casa, cê não se acostuma mais não. Quando você tem filho é que não se acostuma mesmo na casa dos outro, é da mãe, mas a gente não se sente... a gente se sente bem é na casa da gente. Aí eu voltava pra dentro da minha casa e demorava pouco ele vinha de novo, dizendo que vinha vê os meninos. Quando ele entrava dentro de casa, ele não saía mais. (Egunitá, 40 anos).

Egunitá pontuou que em determinado momento da sua vida, quando estava na Casa-Abrigo pela terceira vez, resolveu se separar de vez e, assim, sair da situação de violência. “Foi dessa que eu me separei, que eu não tive mais como voltar atrás mais não. Que aí eu me separei mesmo, aí fui pra São Paulo, passei dois meses, vendi minhas coisas, quando cheguei aqui comprei”. Ela narra também sobre as várias vezes que precisou trocar o número do celular para afastar-se dele: “Eu mudei mermo meu número, entendeu? Eu tava tão mermo, que eu não queria nem saber, que eu mudei foi meu número, fia” (Egunitá, 40 anos).

Ewá identifica a atitude de rompimento definitivo da violência quando buscou o atendimento nos serviços especializados e no período que esteve na Casa-Abrigo conseguiu um trabalho e com isso foi juntando dinheiro para poder comprar seus móveis, tendo em vista que iria receber um apartamento, como ela relata: “Aí eu fui só juntando meu dinheiro, aí depois eu comprei geladeira, fogão, um armário que tem aqui do lado, foi! A mesa, cheguei só com isso aí. [...] E uma cama de casal”. (Ewá, 34 anos).

Para **Nanã**, o estupro da filha a fez tomar uma atitude de rompimento com o contexto de violência vivido, quando diz que: “foi o estupro da minha filha, o estupro foi tudo. Ele ter estuprado minha filha, acabou tudo, sentimento, acabou tudo”. Nesse processo contou com a ajuda da escola onde a criança estudava “foi mais a força da escola, a escola que me ajudou, a escola dela, que me ajudou a denunciar, que se eu num denunciasse, a escola ia denunciar e eu poderia ser também culpada, podendo ter denunciado ele”. A partir da exigência da escola que tomasse uma atitude, ela procurou por ajuda em todos os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

No período em que estive na Casa-Abrigo, Nanã tinha o hábito de escrever sobre sua rotina diária, seus sentimentos, impressões e desejos, o que a tornava calma, uma espécie de terapia e também uma forma de lidar: “quando eu relatava eu sentia paz, como se eu tivesse botando para fora o que tava dentro de mim”.

Hoje são 06 de junho de 2016, acordei muito calma devido o remédio. Minha filha me abraçou e disse: ‘Mamãe, Deus é maior, Deus está com a gente’. Ela disse que vai dar tudo certo, eu fico olhando e vendo um anjinho falando comigo, me dando força. ‘Minha filha, sei que vamos vencer tudo isso’. É muito difícil estar longe da minha mãe, do meu pai e dos meus irmãos e da minha igreja e dos meus estudos, mas sei que vai dar tudo certo, eu e minha filha vamos ser muito feliz (Naná, 35 anos).

Obá utilizava algumas estratégias para lidar com a situação de violência, a exemplo da prática de falar sobre a violência sofrida como forma de desabafar suas dores: “Ele diz que não era pra eu falar pra ninguém não, e eu falava mesmo porque não tinha medo. Porque as coisas que acontece, a gente tem que desabafar, né?! Porque se ficar calada é pior.” Reconhece a importância de estar trabalhando e ganhando o seu próprio dinheiro no contexto de violência que vivia, uma estratégia de sobrevivência “eu dependo mesmo do meu dinheiro. Eu dependo do meu dinheiro pra mim comprar minhas coisas”. Outra estratégia utilizada para lidar com aquela relação conjugal violenta eram as recusas em torno das relações sexuais, uma forma paulatina de se afastar daquele que a maltratava, causava dor e traumas. Entretanto recusar sexualmente o companheiro era motivo para ser mais uma vez violentada, só que agora através de palavras.

[...] ele me maltratava, me dava trauma. Aí eu fui me afastando um pouco dele. [...] Era assim, porque ele me procurava, me procurava. Aí no mesmo tempo, ele dizia que eu tinha outro. Aí no mesmo tempo ele me esculhambava, assim quando ele me procurava, que era no outro dia ele ficava dizendo... me esculhambando, aqueles nomes réi horrível! Aí foi isso que eu fui me afastando dele. (Obá, 37 anos).

Oyá Tempo também se utilizou da fala para romper o silêncio sobre a violência sofrida, falando para as pessoas mais próximas sobre o que vivenciava (amigos/as, vizinhos/as). Não comunicou a família sobre o ocorrido para poupá-la. Em seguida, acionou o movimento social de defesa do direito de livre orientação

sexual quando decidiu denunciar a violência aos serviços especializados, sendo encaminhada para a Casa-Abrigo.

Oyá Tempo também usou a fala para reclamar e fazer críticas aos serviços de atendimento à violência, se reportando à sua ineficiência, morosidade, desrespeito e descaso com a situação de violência vivida por ela, desse modo diz que teve de lutar sozinha, que a ajuda recebida foi momentânea e que algumas pessoas se afastaram dela, outras se aproximaram por interesse quando se encontrava em boa situação. Ressalta substancialmente a sua coragem e o seu amor próprio como carro chefe para romper com a relação de violência conjugal que vivia.

O meu caso resolveu, quem resolveu foi eu mesmo, por si só. A justiça pra mim assim. O que é 500 metros longe, a distância minha, enquanto eu estou saindo da minha residência, da minha moradia! Tu tá entendendo? Abrindo mão da minha moradia porque a pessoa mora menos de 20 metros detrás de mim. Então quem tem que sair é eu ou o agressor?! Eu aceitaria, a justiça chegasse, pegasse: 'Não, oh! A sua casa vai ser trocada, uma outra pessoa vem pra cá e você vai pra lá!' Isso era pra ser feito. Isso não foi feito! Muito pelo contrário! Fui ameaçada de tomar a minha casa ainda pelo próprio Estado! Ainda escutava o advogado da ADH⁵⁶ dizer assim: "Isso é problema seu! Eu não tenho nada a ver com o seu problema não!". Eu me sentia ainda pior! [...] E isso, da questão da casa na ADH aconteceu agora em menos de dois meses. Eles chegaram pra mim contaram que não tinham nada a ver com meu problema! Então, e eu, e é um programa do Estado. É um órgão do Estado! Tu tá entendendo?! A gente se sente... Eu me senti ferida nas minhas leis, nos meus direitos! (silêncio breve). Quem vai fazer denúncia ela tem que ter muita coragem, muita coragem! Não adianta ela ir fazer a denúncia esperando por ajuda do Estado ir resolver, porque não vai. Em primeiro lugar, pra ela ir fazer a denúncia, ela tem que botar dentro dela que ela vai lutar sozinha! Porque não tem ninguém. Não tem amigos, não tem família. Não tem ninguém! A luta tá dentro dela. Se ela vai querer continuar ou não a ser agredida. Porque se ela não colocar isso dentro dela, não pense que nada vai resolver, outras pessoas não vão resolver. Não vai! Porque ajuda é ali, é momentânea, é naquela hora. Depois disso não, não pense que você vai ter ajuda não. Pelo contrário. As pessoas se afastam de você. Não foi o meu caso. Se afastaram de mim porque as pessoas são muito é... interesseiras. Quando viu que eu fui morar fora do Brasil, acharam de se aproximar, mas para querer, pra levar pra fora do Brasil. Mas, não pense que aqui... Só minha família! Porque de amizade, só voltaram as amizades quando souberam que eu tava morando fora do Brasil. Aí que voltaram a me procurar no *facebook*, a querer meu *whatsapp*. Porque eu não mudo mesmo, eu levo é o *whatsapp*, fico botando crédito, que eu fico mudando lá tudo. Mas questão aqui?! Foi uns dois anos sem nem as pessoas que eu pedia ajuda, não tá nem aí pra mim. E depois que eu tava morando no

⁵⁶ Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí.

exterior é que foram me procurar no *facebook*, como é que eu tava. É, como é que fazia pra ir, essas coisas assim. Então a ajuda tem que ser de você. Tem que ter coragem, você tem que ter coragem de você assim. Eu tive coragem sozinha, de ficar só, de fazer tudo só.

[...]

A estratégia específica é como eu te disse, foi eu mesma, o meu amor próprio mesmo. Não existe estratégia: ou você se ama ou você deixa continuar sendo violentada. Eu, hoje em dia, não aceito mais nem um grito comigo, hoje em dia eu não aceito! Gritou comigo, eu viro as costas e saio andando. E, às vezes eu posso até fingir, dar um beijo do lado, fazer de conta que tá tudo bem, vou bem aqui no banheiro e não apareço mais. **Porque eu não vou mais aceitar porque aonde tem um grito, vem dois, vem três. E depois passa pro físico. Então eu não, isso comigo eu não aceito mais.** Não foi o medo de me relacionar mais com alguém porque eu não tenho esse medo. Mas foi assim, como eu te disse, o amor próprio. Quem é a pessoa pra me gritar? Por que tá me gritando? Por que não existe o diálogo? Hoje eu aprendi muito ao diálogo. (Oyá Tempo, 39 anos, **grifo meu**).

Para **Onilé**, o rompimento definitivo com a violência se deu, como ela mesmo diz, “[...] do ano passado pra cá, que eu decidi mesmo que, outras vezes eu decidia, a gente separava, ele ia embora, voltava, ia viajar, passava dois meses”. Onilé diz que por ser uma mulher informada, esclarecida das coisas da vida, já não permitia que o companheiro a maltratasse tanto, pois percebia, inclusive, que ele tinha certo medo dos irmãos dela que aqui e acolá se pronunciavam indiretamente contra as atitudes de violência conjugal. Ela pôs um fim à relação conjugal quando julgou que a situação de violência se tornou mais grave, decidindo procurar ajuda dos serviços institucionais, por meio da DEAM, denunciando e rompendo com o ciclo de violência.

Porque ele sabe que eu tenho entendimento das coisas, que eu não sou uma pessoa totalmente despreparada das coisas, e que meu irmão, meus irmãos também, aqui acolá dizia, quando tava junto, ele soltava uma palavra, falavam alguma coisa, então ele tinha assim uma... ele tinha um certo respeito, não sei se era respeito ou era medo, mas assim me agredir pra bater, pra me machucar, porque eu não deixava. (Onilé, 48 anos).

Já para **Oxum**, a estratégia de rompimento com a violência conjugal foi sair de casa em uma das brigas em que seu ex-companheiro tentou matá-la e passou a violentar fisicamente os/as filhos/as também. Fez a denúncia contra o marido e teve como resposta a prisão dele, dado que foi a júri popular, sendo condenado por quinze anos, por tentativa de homicídio, só que não cumpriu a pena completa, com dois anos foi solto. Ainda assim, se via numa situação difícil, uma vez que dependia

financeiramente do seu ex-companheiro. Entretanto, ressalta que nunca deixou de estudar e quando saiu o concurso para Agente Comunitária de Saúde, ela se animou e viu ali uma possibilidade de ter uma renda, um impulso para sair daquela situação de violência.

Depois da separação e denúncia, Oxum passou a trabalhar e no exercício do seu trabalho utilizou várias estratégias para que o ex-companheiro não soubesse onde estava e nem a procurasse, a exemplo de recusar-se a usar a roupa branca característica das profissionais da área de saúde e passar a usar vestimenta de cozinha com touca na cabeça, assim como mudou o endereço e o número do telefone. Ela própria reflete sobre a utilização dessas estratégias para se manter viva e prosseguir a vida, com certo ar de descontentamento e lamentação considerando que é a vítima e não a agressora para viver se escondendo, fugindo, mudando de endereço constantemente, assim como, omitindo informações sobre o local de seu trabalho, numa tentativa de não reencontrar seu ex-companheiro, visto que sente correr risco de vida, considerando que ele já tentou assassiná-la uma vez e mesmo tendo sendo punido pela justiça por quinze anos só ficou preso durante dois anos e atualmente está solto.

Com isso eu aprendi a mentir muito. Sou uma mentirosa, sem endereço, eu hein! Telefone foi mudado o número. Êita meu Deus! [...] **No fim, a bandida ficou foi eu.** Êita Senhor! Assim que eu vim trabalhar aqui, a chefe daqui queria que eu trabalhasse na segurança, né, eu digo, na ambulância não dá certo. Mas depois eu falei pra ela, mudou, na ambulância não dá certo. Aí ela disse, 'por quê?' Porque a senhora quer que eu trabalhe de branco, né? 'É minha filha no hospital tem que trabalhar de branco.' Aí eu não posso andar de branco por aí porque as pessoas vão me ver e vão dizer: 'ah, ela tá trabalhando num hospital'. Aí ela disse assim: 'Vixe!'. Aí eu disse assim, e outra, não dá certo eu trabalhar na ambulância porque a ambulância deixa os pacientes em outros lugares, por aí assim, em outros hospitais, aí o pessoal vão me ver, quem me conhece. Vão perguntar (Oxum, 41 anos, **grifo meu**).

Yansã, num primeiro momento, utilizou o diálogo com o companheiro como estratégia de convivência com a violência, num segundo momento saiu de casa temporariamente como estratégia de sobrevivência, e num terceiro momento, depois que saiu da Casa-Abrigo, informada da mudança de comportamento do companheiro que se dizia arrependido e estava disposto a mudar, decidiu dar mais uma chance a ele reforçando que ele teria de aceitar as suas condições.

[...] ele andava chorando muito, conversou muito com a minha família, minha filha ficou com ele, minha filha disse muita coisa pra ele, então, eu disse pra ele que eu voltava, mas que houvesse mudança, porque se fosse pra continuar a mesma vida que eu tinha com ele, eu não queria mais. E meu emprego, eu não ia deixar meu emprego de jeito nenhum, que eu dez anos que trabalho. Ele ia ter que aceitar minhas condições, assim como eu posso aceitar a dele, ele tinha que aceitar a minha, **era trabalhar, não ter essa desconfiança de eu ir pro serviço e ele ficar me ligando, questão de ele sair, chegar tarde, de manhã, bêbado, dentro de casa bagunçando, me xingando, me dando homem, isso aí tudo a gente conversou, eu disse pra ele que eu só voltava se houvesse essa mudança.** Porque, também, eu penso muito nos meus filhos, porque é muito difícil criar filhos sem um pai, mesmo dependendo do pai, porque diz que pai num influi, nem contribui, mas às vezes sim, eu acho que sim, eu sei que eu tenho quatro filhos, graças a Deus meus filhos são, os meninos são muito bom, apesar de tudo, minha menina tem dezoito anos, já tá fazendo universidade. [...] então, eu dei mais uma chance a ele, né, pra ele e pros meus filhos. (Yansã, 38 anos, **grifo meu**).

Yansã reitera que deu mais uma chance ao companheiro, mas ela reforça que “se num der certo, eu saio do mesmo jeito, não, não vou ficar mais, eu digo pra ele. E não tirei o processo criminal, de jeito nenhum”. Quando pergunto se ela acha que ele tem medo da justiça, ela diz que sim e complementa: “eu acho que sim, porque a gente tá vendo, todo mundo tá vendo a mudança dele, todo mundo na rua sabe. Mulher, não era coisa desse mundo não, e a gente tá vendo a mudança, né, o parceiro tem que querer, não adianta só a mulher”.

Dentre as mulheres entrevistadas, ela foi a única que decidiu reatar o relacionamento tendo a fala muito marcada sobre as dificuldades financeiras para manter a casa e a família sozinha. Para justificar a volta com o companheiro, insiste que ele mudou e em falar da importância de serviços especializados que atendam aos homens agressores, que possam frequentar reuniões de um grupo na igreja que ela chama de “Encontro de Casais”.

É, só grupo mesmo de casal, encontro de casal, na igreja universal, assim, porque não tem nenhum órgão que tem este grupo, porque se tivesse era muito bom, aí a gente aconselhou, foi até a mulher do abrigo mesmo, [...] que me aconselhou a ir. A gente vai toda quinta feira, só que assim: não adianta só a mulher dar parte porque se o parceiro não quiser mudar não muda não. Se voltar continua a mesma coisa. (Yansã, 38 anos).

Para **Yemanjá**, as estratégias utilizadas no contexto de violência até o seu rompimento foram num primeiro momento ter fé na mudança daquela situação através da mudança de comportamento do companheiro, num segundo momento a coragem e vontade de viver, foi quando começou a perceber que era possível a separação e, ao mesmo tempo, buscou ajuda por meio dos serviços institucionais. Assim, quando ela saiu da Casa-Abrigo:

Depois de seis meses, porque teve assim um processo. Ele, as meninas (equipe de atendimento social) conversaram com ele, advogado, explicando, até chegar... e ele não rendia, ele não saía. Até que foi marcada uma audiência com o juiz mesmo, aí quando a gente foi falar mesmo com o juiz, aí ele obedeceu. Enquanto era só acordo, ele num entrava em acordo não. [...] **Ele temeu a justiça.** (Yemanjá, 44 anos).

Dentre as estratégias de rompimento, destaco as redes sociais “definida como a trama de relações que envolvem os sujeitos, sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais, considerados atores” (DUTRA et al, 2013, p. 1294). Assim, percebe-se a importância do trabalho e da articulação em rede entre as pessoas, as instituições e os serviços de proteção às mulheres em situação de violência como estratégia de enfrentamento à violência.

O conceito de redes sociais se apresenta como uma alternativa para a abordagem da dinâmica das relações sociais que as mulheres que sofrem violência estabelecem com o seu entorno e os serviços que as acolhem, constituindo-se um caminho possível para a compreensão da complexidade da vida social envolvida na violência doméstica contra a mulher. (DUTRA et al, 2013, p. 1294).

No entanto, esse conceito de redes sociais no contexto da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres, pode ser especificado por meio das famílias, amigos, vizinhança, instituições de atendimento e enfrentamento a violência, além dos movimentos sociais, dentre outros. Segundo os relatos das entrevistadas, se pode observar a utilização de várias instâncias dessas redes como a família, amigos/as, vizinhos/as, mídia, religião, serviços especializados de atendimento a violência.

Entretanto, na busca por ajuda institucional, torna-se necessário uma reflexão crítica, visto que algumas mulheres relataram os atendimentos inadequados por parte dos serviços especializados no que se refere à precariedade na infraestrutura,

localização, falta de capacitação dos/as profissionais, sobretudo, na área de gênero, corroborando, assim, com uma vasta literatura crítica sobre o atendimento (STREY, NORA e WERBA, 2004; ARAÚJO, MARTINS e SANTOS, 2004; LIRA, 2015, 2015; SILVA, MENDES, 2011). Todavia, “quando o atendimento é bem qualificado a mulher é acolhida e tranquilizada conseguindo, assim, decidir melhor o que fazer naquela situação” (LIRA, p. 83, 2015).

Percebeu-se, nesse quesito, que o atendimento institucional se apresentou ora como elemento impulsionador do processo de rompimento, quando o atendimento é realizado de forma a conscientizar e empoderar as mulheres dos seus direitos, encorajando-as a enfrentar a violência, ora como elemento inibidor do rompimento, quando coage as mulheres, por meio de um atendimento desrespeitoso, sem acolhimento e escuta adequada, considerando a situação de vulnerabilidade de uma mulher que sofre (ou sofreu) violência doméstica.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa possibilitou compreender o processo de ruptura do ciclo da violência das mulheres que vivenciaram a violência doméstica e familiar, levando em consideração a sua trajetória na rota crítica, a partir dos fatores impulsionadores e inibidores, bem como das estratégias encontradas por elas na busca pelo rompimento. Neste sentido, avalio que para o rompimento da violência acontecer de fato, há sem dúvida uma necessidade de diálogo com a sociedade.

Entender as trajetórias percorridas pelas mulheres na busca pela ruptura do ciclo de violência, a partir da rota crítica nos faz refletir sobre os caminhos, as políticas públicas acessadas, os (não)apoios, as motivações, as dificuldades, pois para falar em superação da violência é necessário compreender todos os processos vivenciados, tendo em vista que esses são múltiplos, carregados de muitas idas e vindas, e isso ficou muito marcado nos relatos das mulheres que foram entrevistadas nesta pesquisa.

Desse modo, esta investigação possibilitou identificar que as rotas críticas percorridas pelas mulheres em suas jornadas, na busca pela ruptura do ciclo de violência, possuem múltiplos caminhos e podem ser caracterizadas como extensas, repetitivas, exaustivas e ineficazes. Se sabe que não há uma rota única e nem perfeita, uma vez que os caminhos percorridos são identificados como altos e baixos, avanços e retrocessos

As mulheres entrevistadas estão na faixa etária de 34 a 48 anos. Todas são alfabetizadas, onde sua formação varia do ensino fundamental incompleto a pós-graduação em andamento. Todas passaram pelos serviços da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência. Assim é possível afirmar que o primeiro passo para romper com a violência é quebrar o silêncio e procurar por ajuda, seja por meio dos/as amigos/as, vizinhos/as, comunidade, seja por meio da rede institucional de atendimento às mulheres em situação de violência.

Os fatores impulsionadores para o rompimento da violência perpassam por várias questões. No entanto, um dos elementos que mais sobressaiu na pesquisa foi o processo de saturação da situação de violência, ou seja, chega um momento nessa relação que as mulheres não aguentam mais, buscam por estratégias e decidem romper com o ciclo de violência. Esse processo de saturação se mescla com outros fatores impulsionadores, tais como as sucessivas traições, as

intensidades da violência física contra elas e seus/suas filhos/filhas, a dependência do uso de drogas ilícitas, e frequência do uso de bebidas alcoólicas.

O estado de saturação dessas mulheres diante da situação de violência vivenciada se operacionaliza através de fatores impulsionadores que funcionam como uma espécie de “gota d’água”, que transborda o *quantum* suportado de sofrimento tornando insuportável a convivência. Desse modo, elas desenvolvem estratégias de sobrevivência, resistência e superação, não só para conviver com a situação, mas para findar o ciclo de violência em sua vida e dos/as filhos/as.

Os fatores inibidores do rompimento da violência trazem substancialmente uma reflexão sobre o medo, ou seja, o medo das ameaças, o medo de denunciar, o medo de morrer. No entanto, a esperança na mudança comportamental do/a ex-companheiro/a é um fator muito forte e presente na trajetória de todas as entrevistadas. A ineficiência institucional dos serviços de atendimento, também se apresenta como um fator inibidor na busca pelo rompimento da violência.

É possível perceber o atendimento inadequado desde o momento da denúncia nas Delegacias Especializadas, visto que as mulheres avaliam que faltam providências sobre o Boletim de Ocorrência, omissão por parte da equipe policial, despreparo para tratar os casos de violência doméstica, sendo que, no momento da denúncia a mulher pode ser desencorajada a romper com a relação violenta caso ela não se sinta apoiada, compreendida e orientada sobre os procedimentos. Esse atendimento inadequado e discriminatório perpassa por todos os serviços especializados de atendimento às mulheres, visto que, muitas vezes os/as profissionais que fazem o atendimento não estão preparados/as para fazer o acolhimento e, sobretudo, a escuta atenciosa e qualificada, no sentido de orientar as mulheres em situação de violência.

A naturalização da violência é vista também como um fator inibidor, visto que algumas acreditam ser normal aquelas agressões e, que por vezes, acham que a violência vai cessar quando um ou o outro morrer. Essa naturalização é ancorada pelas relações desiguais de gênero que tem como carro chefe a dominação masculina. Assim, só é possível desconstruir essa naturalização, quando houver mudanças estruturais e agenciais acerca dessas desigualdades.

As estratégias para o rompimento da violência começam no momento em que elas decidem romper com o silêncio, isto é, quando decidem falar sobre a violência vivenciada. Entretanto, outros elementos se somam a esse processo, tais como as

saídas temporárias de casa, a mudança do número do telefone e endereço, o apoio da sua rede social (família, amigos, vizinhança), bem como o apoio da rede institucional de atendimento quando ela é acionada.

Sabe-se que, de modo geral, a família é concebida como uma instituição de proteção, acolhimento, descanso, solidariedade, compartilhamento e afetos entre os seus membros. Todavia, nas famílias de algumas das mulheres que fizeram parte da pesquisa percebeu-se que não é bem assim, considerando que essas mulheres reclamavam da falta de apoio quando se encontravam em situação de violência ou mesmo quando precisavam do acolhimento temporário a ela e aos filhos e não encontravam, mostrando-se bastantes sentidas e decepcionadas com a família. Provavelmente isso se deva à fragilidade dos laços de afetos e presença frequente de conflitos e desentendimentos entre elas e a família. Possivelmente até a discordância no tocante ao relacionamento com o companheiro/a agressor/a. O apoio da família é basilar, mas pauta-se na lei da reciprocidade e afeto, se não os houver não haverá apoio. Nesses casos, observou-se que o processo de ruptura da violência se torna mais difícil de acontecer. Foram poucas as mulheres neste estudo que relataram essa situação. Na maioria dos casos, a família aparece como núcleo de apoio e acolhimento para elas e seus filhos. Entretanto, tal achado acaba por desconstruir um imaginário de modelo de família perfeita e admitir diferentes modelos e relações familiares, muitas vezes, equidistantes.

Muitas são as dificuldades e limitações para quebrarem o ciclo de violência, considerando que há uma relação afetiva e emocional com os agressores, medo de sofrerem violências ainda mais graves se elas denunciarem, vergonha do que a sociedade vai pensar ou dizer, medo de prejudicar o companheiro e os/as filhos/as, receio de serem responsáveis pela prisão do pai dos seus filhos; se sentirem culpadas e/ou responsáveis pelas violências que sofrem, carregarem sentimentos de fracasso e culpa na escolha do parceiro e no fim do casamento, não possuir condições financeiras para mudar o rumo de suas vidas, perderem a identidade, autoestima e alegria de viver.

Torna-se necessário ressaltar que mesmo com as críticas direcionadas aos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em situação de violência, todas as entrevistadas procuraram esses serviços e, de certa forma, pontuaram a sua importância para o rompimento do ciclo de violência. No entanto, muitos são os

problemas encontrados nos Serviços de Atendimento, desde o primeiro atendimento.

Neste sentido, quero referenciar o trabalho da Casa-Abrigo ao dizer que há um trabalho militante, comprometido e respeitoso que ajuda as mulheres a romperem com o ciclo de violência. Mesmo com suas limitações estruturais, operacionais e profissionais, parte da equipe técnica desempenha um trabalho humanitário e com escuta qualificada. Infelizmente, como todo serviço, há também profissionais que as discriminam, as rotulam a partir do seu modo de se vestir, falar e agir e que avaliam que muitas mulheres merecem a violência que sofrem.

Todas as mulheres entrevistadas, de certa forma, me marcaram, como por exemplo, **Egunitá** que na luta para romper com o ciclo de violência saiu de casa por várias vezes, chegando a vender seus bens materiais e indo embora para outros estados, mas depois retornou para Teresina; **Ewá** que tinha um desejo muito forte de ter sua família, assim vivenciou um novo processo de ressocialização, tendo em vista que é uma ex-moradora de rua; **Naná** que construiu um processo interno de muita força, coragem e fé para romper com a violência, após todas as violências sofridas, sobretudo, o estupro da filha pelo próprio pai e tortura psicológica; **Obá** que na sua simplicidade construiu estratégias de rompimento, tendo o apoio dos/as filhos/as que também apanhavam do pai; **Oyá Tempo** que conseguiu resgatar seu amor próprio e sua autoestima rompendo, assim, com a violência vivenciada em relação a sua ex-companheira; **Onilé** que durante o processo de ruptura perdeu o trabalho, sua casa foi assaltada e, mesmo assim, teve muita força e coragem para recomeçar com seus/suas filhos/as, agora me recordo de um momento da entrevista onde ela dizia que seu ex-companheiro fizesse o que quisesse com ela, mas não com seus/as filhos/as; **Oxum** que na luta pela ruptura sofreu uma tentativa de feminicídio, mas tem um brilho no olhar tão lindo e inspirador por querer e lutar para estar viva para criar os/as filhos/as; **Yansã** que ensinou reforçando a importância do trabalho com os homens, no sentido de haver uma mudança de comportamento, com o objetivo de fazer entender quando uma mulher não quer prosseguir com uma relação violenta; e, **Yemanjá** com a sua fala carregada de muitas dores, sofrimento, mas também muita resistência para lutar contra tudo o que ela viveu, principalmente pelas dificuldades financeiras encontradas, mas juntamente com as filhas preferiram viver sem água e luz, do que ter a violência diariamente em sua casa.

Neste sentido, quero destacar o relato de Yansã ao dizer da importância de um trabalho com os homens, pois penso que não adianta falarmos sobre o tema da violência contra as mulheres pensando somente nas mulheres, sem incluir os homens neste debate. Desse modo, o maior aprendizado desta investigação foi poder ouvi-las e, ao mesmo tempo, ter a oportunidade de poder contar as suas histórias para outras mulheres que vivenciam uma situação de violência.

Todavia, para fazermos o enfrentamento à violência contra as mulheres, penso e recomendo que é preciso urgentemente construirmos mudanças em todas as esferas da sociedade e que essas mudanças possam ser pautadas em relações igualitárias, respeitadas e horizontais e isso implica refletir sobre esta violência nas mais diversas instâncias sociais: nas escolas, família, estado, igrejas, lazer, política, economia, dentre outras, como diz Pierre Bourdieu, Raewyn Connell e Joan Scott ao tratar sobre a abrangência que comporta as relações de gênero.

Assim, precisamos pensar em espaços que garantam a promoção da cidadania das mulheres, objetivando reconstruir novas relações de gênero, onde as mulheres possam falar o que sentem e o que pensam, refletindo assim, sobre suas vidas e, conseqüentemente, descobrindo e/ou construindo estratégias para solucionar seus problemas. E, ao mesmo tempo, construir espaços de capacitação e qualificação permanente para os/as profissionais que prestam assistência, com o intuito de ter um atendimento adequado, humanizado e respeitoso.

Se faz necessário compreender todas as dimensões que envolvem essa violência, pois esse fenômeno não pode ser tratado de forma isolada, entretanto é preciso entender todos os processos vivenciados pelas mulheres. É preciso mudar as relações no âmbito doméstico, na família, entre os/as amigos/as, dando mais poder para as mulheres terem condições de controlar seus recursos materiais e suas escolhas e decisões.

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres devem ser políticas de Estado, com orçamento garantido para sua execução, bem como a avaliação e o monitoramento devem acontecer com frequência e de forma sistemática, com o intuito de termos políticas mais eficazes e exequíveis, com um olhar de gênero, a partir das realidades sociais das mulheres para que possam ajudá-las a romper com o ciclo de violência. Essas políticas, por sua vez, precisam estar interligadas e funcionarem efetivamente em sistema de rede visando sua eficiência.

Precisa-se de leis mais duras que penalizem os/as agressores/as para entender que se está falando e tratando de um crime. Todavia, é importante haver penas alternativas, como por exemplo, um acompanhamento com o/a psicólogo/a para um tratamento adequado, assim como a participação em rodas de diálogos com pessoas agressoras de mulheres. Todavia, as penas alternativas não podem ser as únicas opções para casos de violência contra as mulheres.

Com isso, foi perceptível que os discursos das mulheres são bem distintos, considerando suas trajetórias, mas em determinados momentos se entrelaçam proporcionando ricas análises para a compreensão dos processos de ruptura do ciclo de violência. Para finalizar, reitero que as mulheres rompem com o ciclo de violência quando constroem um processo interno de fortalecimento pessoal, apoiado pelas redes pessoais e institucionais e nesse processo apresentam sinais de empoderamento, construindo novas relações sociais e dando uma nova condução as suas vidas com autonomia e liberdade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Cultura e raízes da violência contra as mulheres cultura e raízes da violência contra as mulheres**. 2015. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 23-41.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, Nº 44).

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARANGO, Luz Gabriela. ¿Tiene sexo la sociología?: Consideraciones en torno a la categoría género. **Revista Sociedad y Economía**, n. 8, p. 159-186, abril de 2005.

ARAÚJO, Maria de F.; MARTINS, Edna J.S. & SANTOS, Ana L. Violência de gênero e Violência contra a mulher. In: ARAÚJO, Maria de F. & MATTIOLI, Olga C. (orgs.) **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 17-35.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. v.16, n.1, p. 207-228, 2008. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília M.B; TAVARES, Márcia S. (org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fe de Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, 1998. p. 187-211.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BONFIM, Elisiane Gomes. **A violência doméstica contra a mulher na perspectiva da atenção pré-natal pública**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), 2008.

BONETTI, Alinne; PINHEIRO, Luana; FERREIRA, Pedro. Violência contra as mulheres e direitos humanos no Brasil: uma abordagem a partir do Ligue 180. ANAIS FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8, 25-28/ago. 2016, Florianópolis. **Paper...** Florianópolis, 2016. p. 1-21 Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008_1008.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BOURDIEU, Pierre; CHABOREDON, Jean-Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 1. reimp. da 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos; 20 / dirigida por J. Guinsburg)

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989. (Memória e Sociedade).

_____. **Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 260p. (Série Documentos).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109 de 11 novembro de 2009, do

Conselho Nacional de Assistência Sociais, CNAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n. 225, Brasília-DF, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 82-90.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Lei Maria da Penha Lei Nº 11.340/2006**: Conheça a lei que protege as mulheres de violência doméstica e familiar. Brasília: SPM, 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-publicacao-Lei-Maria-da-Penha-edicao-2012.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência**. Brasília: SPM, 2011a. (Coleção: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres) Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigo>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: SPM, 2011b. (Coleção: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres) Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 2, p. 70-86, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n2/n6a05.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os polos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffly, prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Nara Maria Batista. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In.: ZANELLA, A. V. et al. (org). **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 260-272.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**.

Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. p. 265-288.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global – compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo.** Tradução e revisão Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (**Convenção de Belém do Pará**). Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/convencao-de-belem-do-para.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CORTEZ, Mirian B.; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COSTA, Thayana de Moraes. **Violência contra mulheres no webjornalismo de portal: da banalização à violência metalinguística.** 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016.

CRUZ, Lindalva Alves. **Crítica epistemológica do feminismo.** JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2007, São Luís (MA) **Anais eletrônicos...** São Luís (MA), 2007. p. 01-14. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

DATA POPULAR / INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres.** 2013. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

DATA SENADO. **Brasileiras sabem da Lei Maria da Penha, mas a violência doméstica e familiar contra as mulheres persiste.** agosto de 2015. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_e_familiar_contra_a_mulher-08-2015.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed., rev. ampl., São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira, SANTOS, Maria de Fátima de Souza, DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling, TRINDADE, Zeidi Araujo (org). **Violência, exclusão e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: UNB, 2006, p. 233-259.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: SG Diniz, LP Silveira, LA Mirim. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006a, p. 15-44.

_____. A violência contra as mulheres como questão de saúde no Brasil. In: SG Diniz, LP Silveira, LA Mirim. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006b, p. 168-208.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L., SCHRAIBER, Lilia Blima. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção / Violence against women: between critical path and assistance multisectoral networks. **Rev Med**. São Paulo, abr.-jun., v. 92, n. 2, p. 134-140, 2013.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**. v.17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5. p. 1293-1304, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n5/14.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

EVANGELISTA, Ianara S. Os fios que tecem: reflexões sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Estado do Piauí. REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA), 5, e XIV REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE (ABANNE),14, 2015, Maceió (AL). **Anais eletrônicos...** Maceió (AL): EDUFAL. 2015, p. 01-16. Disponível em: <http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Ianara%20Silva%20Evang

elista%20-%201020872%20-%204361%20-%20corrigido.pdf> Acesso em: 29 ago. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b. p. 31-82.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURTADO, Luísa Escher; MELLO, Ricardo Pimentel. **Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal: a produção de homens que agridem mulheres**. Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278246016_ARQUIVO_artigo_fazendogenero-mexidoporRicardoeLuisa_limpo_.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018

GALVAO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saude e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 89-99, 2004. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200009>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In.: BAUER, Margin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 64-89.

GERMANO, Douglas. Maria de Vila Matilde: Porque se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde. Intérprete: Elza Soares. In: **A mulher do fim do mundo**. São Paulo: Circus, 2015. 1 CD. Faixa 3.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, mar. 2014. ISSN 1980-5462. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GROSSI, M. P. Rimando Amor e Dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In. PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (Orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-313.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016, que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n.5, p. 07-42, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. v. 1, n. 1, p. 07-31, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça** (GPP-GeR – Módulo II). Rio de Janeiro: CEPESC, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. [online]., v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Empoderamento: definições e aplicações**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 18 – Poder Político e Controles Democráticos, 30, 2006, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos**..... Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro de 2006.. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt18-22/3405-rhorochovski-emponderamento/file>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 254-294.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEAL, Sandra Maria Cezar et al. In: MENEGHEL, Stela Nazareth. (Org.). **Rotas Críticas II**: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 64-82.

LINHARES, Élyda M. de Carvalho. **Mulheres na Casa-Abrigo**: um olhar sobre ações educativas, laborais e atendimento continuado 2014. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Ciências Sociais). Departamento em Ciências Sociais, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

LIRA, Mayara Alves Lima. **Mulheres em rota crítica**: Percalços do enfrentamento a violência doméstica em Teresina-PI. 2015. 135.f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

_____. Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Centro de Referência Francisca Trindade, em Teresina-PI. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 75-85, 2013.

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.505-545.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MAGALHAES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **Delta** [online]. v. 21 (especial), p.1-9. 2005. ISSN 0102-4450. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e ao campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG, 2014. p. 01-28. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>>. Acesso em: 21 set. 2017.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Mary Alves. Violência de gênero: a dimensão institucional e profissional no atendimento. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 02 a 07 de agosto de 2010, Belém (PA). **Trabalho escrito...** Belém (PA): UFPA, 2010. p. 01-11.

_____. O pensamento de Bourdieu na compreensão do gênero. **Serviço Social e Contemporaneidade**: revista do Departamento de Serviço Social, Teresina: EDUFPI, a. 1, n. 1, 2008.

_____. **Mulheres chefes de família em 'áreas ZEIS'**: gênero, poder e trabalho. 2005. 296 f. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFPE, Recife, 2005.

MENEGHEL, Stela Nazareth. O que precisamos fazer para enfrentar as violências contra as mulheres?. In: Meneghel, Stela Nazareth (org.). **Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 14-31.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno Saúde Pública**. v. 27, n. 4, p. 743-752, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. As rotas críticas que estamos percorrendo: resultados preliminares. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (org.). **Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência**. Editora Unisinos, 2007, p. 63-69.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MARTINI VIAL, Sandra Regina. Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências. **Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social**. Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, n.14, p.199-213, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-29.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MIRIM, Liz Andrea Lima. Sobre a Violência Doméstica: um estudo psicanalítico. 2008. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2, e CONGRESSO NACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 9, 2008, p. 01-22, 2008, s/l. **Anais eletrônicos...** s/l. 2008. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/sobre_a_violencia_domestica.pdf>. Acesso: 10 abr. 2018.

MORAES, Aparecida Fonseca & GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 75-109.

MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez., 2006a.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, n. 37, p. 07-13. 2006b.

OMS, Organização Mundial de Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. La unidad de salud de la mujer de la OMS (WHD). **Violencia contra la mujer: un tema**

de salud prioritario. Ginebra, 1998. (Sexta Sesión Plenaria, 25 de mayo de 1996. Junio 1998 - A49-VR-6).

ORTEGA, Rosalba Robles. Violencia doméstica y resistencia. Un problema de opresión y desafío. **Nóesis: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 15, n. 28. 2005. p. 129-146. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/859/85915207.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista Estudos Feministas** [online]. v.17, n. 2, 2009, p.445-465. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200008>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, João Bosco Guedes. **Indicações para o diário de campo**. Recife [1982]. Mimeografado. 3 p.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In ALMEIDA e SZWAKO. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009, p.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In. PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (Orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998a, p. 21-41.

_____. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. v. 11, p. 89-98, 1998b.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**. n. 05, p. 17-44, 2010.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-abrigo**: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série temas: 6).

ROMEIRO, Julieta. A lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da "violência conjugal" no Brasil. In.: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

ROSA, Antonio Gomes da et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "Economia Política" do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Correa. Recife: SOS Corpo, março de 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, vol. 13, n. 4, p.82-91, 1999.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1995.

SAGOT, Montserrat. Estrategias para enfrentar la violencia contra las mujeres: reflexiones feministas desde América Latina. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas II**: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 32-51.

_____. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (org.). **Rotas críticas**: mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2007.

_____. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud (OPAS) / Programa Mujer, Salud y Desarrollo, 2000.

SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. **Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero**. 2013. 300 f. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFPE, Recife, 2013.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO TEMPO, 1, Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, de 05 a 10 de junho de 2006. **Comunicação oral...**

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. In: SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, Ana A. A. (Orgs.) **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR / NEIM – FFCH / UFBA, 2002, p. 89-120.

SARTI, Cynthia. **A Família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 222 f. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, USP. São Paulo, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Ed. Contexto**: Projeto História, São Paulo, n. 45, Dez. 2012, p. 327-351. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 13, n. 1, p. 216, janeiro-abril/2005. p. 11-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SILVA, Sarah Araújo Teixeira. **Para além do silêncio**: os discursos femininos sobre as marcas da violência conjugal. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/858>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SILVA, Poliana de Sousa; MENDES, Mary Alves. Violência de gênero em Teresina: analisando o atendimento nas delegacias especializadas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28, 2011, Recife. **Anais...** Recife: Kairós Edições, 2011. p. 3-282, v. 1

SILVEIRA, Lenira P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, G. S. Diniz; SILVEIRA, L. P.; & MIRIM, L. A. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005)**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista, Sexualidade e Saúde, p. 45-77, 2006.

SOARES, Bárbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 144-157, 2009.

_____. SOARES, Barbara M. **Enfrentando a violência contra a mulher**: Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/CESeC; Presidência da República: Brasília, p. 01-63, 2005. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/manual_enfrentando_violencia1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

SOUZA, Patrícia Alves de; DA ROS, Marco Aurélio. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, jan. 2006. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17670/16234>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SPINK, Mary Jane P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 72. ISBN: 978-85-7982-046-5.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000, p. 93-122.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 22-41.

STREY, Marlene N. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUA, Mariana P. R. de; JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-43. (Coleção Gênero e Contemporaneidade).

STREY, Marlene N.; WERBA, Graziela C.; NORA, Thais C. “Outra vez essa mulher”? Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas Delegacias da Mulher do RS. In: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. R. de; JAEGER, Fernanda P. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 101-122. (Coleção Gênero e Contemporaneidade).

TAVARES, Fabrício André; PEREIRA, Gisllaine Cristina. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 8, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2318/3255>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense. 2003. (Coleção Primeiros Passos).

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.141-163.

THIERS-VIDAL, Léo. **Le masculinisme de la domination masculine de Bourdieu**. Tradução de Francineide Pires Pereira. 2004. Disponível em: <<http://1libertaire.free.fr/LeoThiersVidal06.html>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

VIEIRA, Letícia Becker et al. Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67 n. 3, p. 366-372, mai-jun de 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília-DF: Flacso, ONU Mulheres, OPAS/OMS, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. New York: Harper & Row. 1979.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. In.: WITTIG, Monique (orgs.). **El Pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales, 1992. p.45-57.

WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: _____, **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002. p.121-168.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Página 1 de 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista Nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL DA ENTREVISTADA

- 1.1. Pseudônimo:
- 1.2. Qual a sua idade?
- 1.3. Qual a sua cor/raça?
- 1.4. Qual seu estado civil? Vive com alguém atualmente?
- 1.5. Qual a sua religião/culto?
- 1.6. Qual a sua escolaridade? Estuda atualmente? O quê?
- 1.7. Você tem filhos(as)? De um mesmo pai? Quantos? Idade?
- 1.8. Você trabalha atualmente? Em quê? Quanto ganha? Qual a renda familiar?

2. FATORES, EVENTOS OU PESSOAS INFLUENCIADORES / DESENCADEADORES E INIBIDORES / DIFICULTADORES DO ROMPIMENTO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

- 2.1. Fale-me sobre ele (ex-companheiro): Idade? Raça/Cor? Ocupação? Rendimentos? Escolaridade?
- 2.2. Como vocês se conheceram? Quanto tempo durou? Por que acabou?
- 2.3. Quando ele começou a ser violento com você? Você associa essa postura com alguns acontecimentos ou situações ocorridas?
- 2.4. Descreva como eram as agressões que ele praticava, a frequência com que ocorriam e as mais graves.
- 2.5. Ele era violento com você na presença dos(as) filhos(as)? Era violento com os(as) filhos(as)? Agredia você durante a gravidez?
- 2.6. Na sua opinião, porque as situações de violência aconteciam?
- 2.7. Como você se sentia nesse contexto familiar de violência praticada por seu ex-companheiro?
- 2.8. Como você agia diante das agressões? Revidava? Contava para alguém? Procurava algum órgão público de proteção à mulher?
- 2.9. Quando você decidiu romper com essa relação afetiva de violência? O que influenciou, impulsionou você para pôr um fim a essa situação?

3. ESTRATÉGIAS FEMININAS DE RESISTÊNCIA E RUPTURA DIANTE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

- 3.1. Descreva-me as decisões, ações, reações, tomadas por você durante o tempo de convivência com seu companheiro, que sejam consideradas rompimento com ciclo de violência.
- 3.2. Você teve alguma ajuda/orientação, aconselhamento de familiares, amigos, vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho, ou outras pessoas? Ou foi direto para um serviço especializado? Conte-me como ocorreram?
- 3.3. Fale-me sobre os serviços que você procurou para resolver seu problema de violência. (Quando você procurou um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência? Qual o primeiro serviço procurado? Quantas vezes precisou ir ao(s) serviço(s)? O atendimento ajudou a esclarecê-la, encorajá-la a sair da situação de violência? Quais os encaminhamentos? Quais as medidas? O tempo que levou para procurar o serviço e o tempo de atendimento?)
- 3.4. Como você chegou na Casa Abrigo? Fale da trajetória percorrida até chegar na Casa, destacando se o atendimento a conscientizou, ajudou a refletir, superar e refazer sua vida livre do seu agressor.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



1 - 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora,

Você está sendo **convidada** para participar da pesquisa intitulada **“(DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetórias de mulheres na superação da violência doméstica e familiar”** e que dela poderá desistir, retirando o seu consentimento, a qualquer tempo, independente de justificativa e sem nenhuma penalidade. Sua participação é isenta de qualquer custo, em caso de eventuais danos, será garantido o ressarcimento das despesas e indenizações. Será garantido às participantes o acesso aos resultados da pesquisa.

Esse estudo trata de uma pesquisa qualitativa, tendo como objetivo compreender o processo de ruptura das mulheres que vivenciaram a violência doméstica e familiar, considerando a sua trajetória na rota crítica, com a finalidade de saber os fatores de influência e as estratégias utilizadas nesse percurso. O portal de entrada dessa pesquisadora em campo para produção de dados será a Casa Abrigo “Mulher Viva” em Teresina-PI. A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um grave problema social, de cunho universal que atinge milhares de mulheres, de diversas formas, independente da classe social, raça, etnia, idade, religião ou nível de escolaridade, sendo reproduzida por relações desiguais entre os sexos e que propiciam as mulheres uma situação de vulnerabilidade ou risco de violência. Nesse sentido, esta pesquisa tem como proposição também dar “voz” a essas mulheres que foram silenciadas e que, finalmente, estão conseguindo ressignificar suas vidas, deixando de ser aquelas de quem se fala e passam a ser aquelas que falam por si mesmas, a partir de suas trajetórias de vidas, vivências, percepções de mundo e, sobretudo, perspectivas de futuro. Para a coleta de informações serão aplicadas entrevistas do tipo semiestruturadas com mulheres que fizeram o desligamento do serviço de abrigo, tendo em vista que conseguiram romper com a violência. As entrevistas serão gravadas mediante a permissão das participantes dessa pesquisa.

Todas as informações coletadas terão sua privacidade garantida, bem como, o sigilo e o anonimato. Ressalta-se que eventuais danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente são passíveis de reparação, ainda que não previstos. Neste sentido, caso haja algum dano de cunho psicológico e/ou outros possíveis desconfortos, tais como: constrangimentos, desconfortos, somatizações, raivas e medos ao responderem os instrumentos da pesquisa para o levantamento de informações, a responsável da presente pesquisa tomará as devidas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos, indicando os serviços especializados das clínicas escolas de psicologia das faculdades privadas, universidades públicas e/ou dispositivos de saúde pública na cidade de Teresina/PI, bem como encaminhamento, caso seja necessário, para atendimento privado sob ônus das pesquisadoras. Como benefício, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, tendo em vista que a violência contra as mulheres é um fenômeno mundial com diferentes formas de expressões.

O TCLE será rubricado pela pesquisadora responsável e pela(s) participante(s) da pesquisa em todas as páginas, devendo ambas assinar a última página do

2 - 2

documento, sendo que uma via assinada deverá ser entregue ao participante da pesquisa, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, § 3º.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, Eu, _____

RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar desta pesquisa. Tive pleno conhecimento das informações sobre o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos e os procedimentos a serem realizados, a ausência de riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo, voluntariamente, em participar desta pesquisa, sendo que, estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a mesma, assinando este termo de consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Teresina, _____ de _____ de 2017.

ASSINATURA DA PARTICIPANTE

Ianara Silva Evangelista
PESQUISADORA RESPONSÁVEL

EXPLICAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Pesquisadora Responsável: Ianara Silva Evangelista

Telefone para contato: (86) 9 9977-4527 (disponível também para chamadas “a cobrar”)

E-mail para contato: ianaraevan@hotmail.com

Professora orientadora: Dr^a. Mary Alves Mendes

Telefone para contato: (86) 9 8833-2646

E-mail para contato: mryam@uol.com.br

Em conformidade com a Resolução Nº 093/2015 – UFPI que aprova o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do *Campus* Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que foi criado 01.10.1997, tendo por finalidade apreciar as pesquisas científicas envolvendo seres humanos que tenham sido registradas para apreciação do citado Comitê, agindo sempre em conformidade com as orientações advindas Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (CONEP/MS). Contudo, ressalta-se que o CEP/UFPI, pode ser consultado pelas participantes para explicar quaisquer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa, por meio do seguinte endereço:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga.

Pró Reitoria de Pesquisa – PROPESQ.

CEP: 64.049-550 – Teresina/PI.

Telefone: (86) 3237-2332, E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Página 1 de 1

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: (DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetórias de mulheres na superação da violência doméstica e familiar

Pesquisadora responsável: Ianara Silva Evangelista

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Telefone para contato: (86) 9 9977-4527

Local da coleta de dados: Casa Abrigo “Mulher Viva”

A pesquisadora deste projeto se compromete a preservar a privacidade e identidade das participantes, cujos dados serão coletados através de *observação participante, entrevistas semi-estruturadas junto as mulheres que sofreram violência por parte dos seus companheiros* e foram acolhidas na Casa Abrigo “Mulher Viva”. As referidas entrevistas assim como suas anotações e escrita, ou seja, as informações coletadas, serão utilizadas única e exclusivamente para execução dessa pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e para fins educativos, e serão mantidas no acervo particular da pesquisadora, Ianara Silva Evangelista, situado na Rua Curitiba, 2231, Bairro Santo Antônio, Teresina-PI, por um período de 02 (dois) anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina (PI), 26 de maio de 2017.

Ianara Silva Evangelista.

Ianara Silva Evangelista

R.G. 2.293.813 – SSP/PI, Pesquisadora responsável

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA



Página 1 de 1

DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Federal do Piauí

Eu, Ianara Silva Evangelista, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada **“(DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: a trajetória de mulheres na superação da violência doméstica e familiar”**, declaro(amos) que:

- Assumo(imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 510 (Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas), de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 370/2007, 441/2011 e 466/2012).
- Assumo(imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;
- Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, Ianara Silva Evangelista, da área do Mestrado em Sociologia da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- O CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o voluntário;
- Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina (PI), 26 de maio de 2017

Ianara Silva Evangelista.

Ianara Silva Evangelista

CPF: 025.543.663-73, Pesquisadora Responsável

APÊNDICE E – CARTA DE ENCAMINHAMENTO



Página 1 de 1

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Teresina (PI), 26 de maio de 2017

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – CEP/UFPI
Prof. Dr. Herbert de Sousa Barbosa
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI

Prezado,

Estou enviando o projeto de pesquisa intitulado “**(DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetórias de mulheres na superação da violência doméstica e familiar**”, para a apreciação por este comitê.

Confirmando que todos os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa realizaram a leitura e estão cientes do conteúdo da Resolução CNS Nº 510/2016 (Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas) e das resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 370/2007, 441/2011 e 466/2012).

Confirmando também:

- 1) que esta pesquisa ainda não foi iniciada,
- 2) que não há participação estrangeira nesta pesquisa,
- 3) que comunicarei ao CEP-UFPI os eventuais eventos adversos ocorridos com o voluntário,
- 4) que apresentarei relatório anual e final desta pesquisa ao CEP-UFPI,
- 5) que retirarei por minha própria conta os pareceres e o certificado junto à secretaria do CEP-UFPI.

Atenciosamente,

Ianara Silva Evangelista.
Ianara Silva Evangelista
Pesquisadora Responsável

Nome: Ianara Silva Evangelista
CPF: 025.543.663-73
Professora Orientadora: Dr^a Mary Alves Mendes
CPF: 185.427.433-34
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)

APÊNDICE F – MENSAGEM DAS MULHERES ENTREVISTADAS PARA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Ao final das 09 entrevistas, fiz uma pergunta que não estava prevista no roteiro, mas que no momento, senti a necessidade de perguntar, desde a primeira entrevista, que foi a seguinte pergunta: **Se você pudesse dizer alguma coisa para uma mulher que sofre ou que já sofreu violência, levando em consideração a sua experiência de ter conseguido romper com a violência, o que você diria pra ela?** Assim, segue abaixo os relatos de experiências das mulheres que conseguiram romper com o ciclo de violência.

MENSAGEM 1: Egunitá	DEPOIMENTO: 05/10/2017
<p>“Mulher, assim, não é fácil, não é fácil. É preciso ter muita coragem, entendeu? Mas, eu digo assim, que quem passa por isso, ou você aguenta ou você decide, ou uma coisa ou outra, entendeu? Mas, assim, eu recomendaria ir atrás. Por que tipo assim, não vale à pena, fia. A vida que eu tenho hoje, não vale à pena você sacrificar a sua vida. Você se adoecer. Você morrer por uma pessoa que não lhe dá nada”.</p>	
IMPRESSÕES ANALÍTICAS	
<p>Egunitá ressalta que não é fácil, mas é preciso ter muita coragem para enfrentar a situação, pois não vale a pena sacrificar a sua vida.</p>	

MENSAGEM 2: Ewá	DEPOIMENTO: 08/10/2017
<p>Pra ela sair, mulher, é muito ruim, muito triste, eu conheço muitas, mas não é de violência não! Eu conheço assim, de rua, de droga, eu dou conselho, às vezes eu nem vou dar conselho por que a pessoa às vezes pensa assim ó: “você saiu da droga aí... a pessoa só sai se quiser né, a gente... eu nem gosto de dar conselho assim pra pessoa, porque eu tomava conselho eu também não ia pelos conselhos de ninguém, a gente que tem que querer, aí muitos, muitos que eu conheço assim, que estão entrando nessas clínicas, eles estão indo mesmo só pra comer, dormir, engordar um pouco, ai volta de novo, eles num tão fazendo.</p>	
IMPRESSÕES ANALÍTICAS	
<p>Ewá relata que não conhece pessoas que passam ou que passaram por uma situação de violência, porém ela conhece muitas pessoas que são usuárias de</p>	

drogas e que vivem nas ruas, então, ela prefere não dá conselhos porque ela não gosta, sendo que, ela avalia que a pessoa tem que querer sair dessa situação.

MENSAGEM 3: Nanã

DEPOIMENTO: 09/10/2017

Eu dizia pra ela se apegar muito com Deus, ter fé em Deus pra ela denunciar, pra ela não ter medo, por que quando a gente denuncia tem que ser pra parar as consequências. As consequências é: quando você denuncia você fica com medo de morrer, isso é normal, por que você denunciar uma pessoa perigosa você sente medo de morrer, você não dorme direito, você tem que ter paciência pra ir em todos os órgãos, porque você anda muito quando denuncia, botar Deus na frente e arriscar, denunciar e olhar pra frente.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Naná faz um relato associado à religião, pois ela acredita que as mulheres precisam ter fé em Deus, porque depois da denúncia muitos são os medos, mas, com paciência e fé as coisas vão dando certo.

MENSAGEM 4: Obá

DEPOIMENTO: 17/10/2017

Eu acho que, eu... eu dava conselho pra ela. Eu falava pra ela que se eu, se eu mesma visse o jeito que ela vivia na violência, eu ia dar conselho. Eu num queria o que... pra ela o que eu passei. Entendeu? [...] Na violência. Assim, porque eu acho muito triste. Porque eu... tá na violência, na mão dum homi, é muito ruim. Eu num gosto, porque o que eu passei. Ninguém vai gostar né? De ver aquela mulher, aquela pessoa... também tá na... nos... é... tá sofrendo. Que é muito ruim.

Como é que você se sente hoje em dia? (pergunta da pesquisadora)

Não, eu me sinto bem! Como em paz. Chego aqui em casa em paz. Eu durmo, eu como em paz. Eu durmo em paz. Eu levanto, faço as minhas coisas na hora quando eu quero. Vou pro meu serviço. É assim.

Você acha que hoje em dia você conseguiu romper com a violência?
(pergunta da pesquisadora)

Com certeza. Pra mim tá muito bem, bom. Porque nome eu num tô mais pegando. Apanhando também eu num tô. Sofre meus filhos também, penso mesmo é nos meus filhos que num tão mais apanhando. **(grifo meu)**.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Obá narra que daria conselho para ela sair da situação de violência, pois ela não queria que nenhuma mulher passasse pelo o que ela passou.

MENSAGEM 5: Oyá Tempo

DEPOIMENTO: 17/10/2017

Várias vezes eu já fui em cima. Tanto no centro da cidade, vizinhos dando na mulher. Vou lá, tiro, converso com ele. Já fui agredida. Também tenho casos dentro de família. Entendeu? Então assim, eu não posso ver porque eu vou em cima. Não tenho medo se acontecer qualquer coisa comigo. Só não quero que aconteça com a pessoa que tá sendo violentada. Porque eu, eu, eu já entrei em várias brigas. Até homem dando em mulher no centro, e dando nele, empurrando ele, e pedindo ajuda, e gritando. Já aconteceu isso várias vezes comigo. Tem até filmagem. Eu, eu, eu, fiquei assim; nem sei como te falar, eu não aguento ver uma mulher sendo agredida hoje porque eu sinto que... que eu tô sendo agredida eu tenho que fazer alguma coisa pra que aquela mulher não seja agredida. Mas, a maioria delas, elas se tornam contra a gente, elas se viram contra a gente. A maioria. Até as meninas da Casa-Abrigo elas se viram contra as próprias meninas da Casa-Abrigo que querem ajudar. Eu tive lá dentro e presenciei.

Como assim? (pergunta da pesquisadora)

É tipo que elas ficam é... conversando com algumas mulheres lá dentro da Casa-Abrigo, que eu conversava muito com as mulheres lá dentro: “é porque as meninas querem que eu me separe dele. Mas se eu me separar dele ele vai me matar” isso, isso e aquilo. Então ela termina jogando a culpa lá nas meninas da Casa-Abrigo.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Já Oyá Tempo conta que não pode ver uma mulher sendo agredida, pois ela vai para cima, não tendo medo de que algo aconteça contra ela, visto que o seu objetivo é proteger a mulher que está sendo agredida. Sendo que, ela avalia que por vezes, a mulher que está sendo agredida se volta contra ela.

MENSAGEM 6: Onilé

DEPOIMENTO: 03/11/2017

Eu diria pra ela se sair, pra ela procurar ajuda, pra ela não se acovardar como eu me acovardei, por que se eu já tivesse tomada essa atitude há mais tempo, ou se eu tivesse feito isso das primeiras violências, dos primeiros atos de violência talvez

não tivesse chegado a esse ponto.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Onilé tem uma postura de orientação, ressaltando a importância de procurar por ajuda, de ter coragem de enfrentar a situação de violência desde o início.

MENSAGEM 7: Oxum

DEPOIMENTO: 03/11/2017

A pessoa tem que reagir, fia, você tem que ter ação, pode sair daquilo por que se a pessoa sai fácil assim não, se a pessoa não tentar sair, morre. Morre e não consegue nada. Quando eu conheci ele, eu estudava, e ele sabia que eu estudava, e foi fazer confusão lá no Premen Sul, onde eu fazia técnico de enfermagem, esse homem ia fazer *show* lá na porta do colégio.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Oxum tem um relato fortemente marcado pela tentativa de feminicídio, onde ela foi esfaqueada pelo seu ex-companheiro, assim ela resalta a importância da mulher reagir mediante uma situação de violência, sendo que ela avalia que não é fácil romper com o ciclo de violência.

MENSAGEM 8: Yansã

DEPOIMENTO: 04/11/2017

Eu diria pra ela tomar a atitude de denunciar por que é a única forma que a gente tem... porque a gente não tem força pra homem, não adianta, esse eu tentei, é, nas últimas agressão, quando eu morava no Manoel Evangelista eu pensei em matar ele várias vezes, quando ele me agredia, que eu sabia que não adiantava ir pra cima dele, quando ele tava dormindo eu pensei várias vezes em matar ele, não foi nem uma, nem duas vezes não, meus filhos... eu fervia água, panela de água quente pra mim jogar nele, mas só que aí eu pensava nos meus filhos, na minha vida que eu ia perder a minha vida pela pessoa que não valia a pena.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Yansã enfatiza a importância de denunciar, pois ela avalia que é a única alternativa para sair da situação de violência. Ela pontua também que já teve vontade de matá-lo, porém ela pensou nos/as filhos/as e na própria vida e não dava continuidade aos pensamentos.

MENSAGEM 9: Yemanjá

DEPOIMENTO: 10/11/2017

Porque... tem, tem aquela mulher que ainda ama, né? Ela, ela é espancada, mas ele ama o companheiro dela... Eu deixei de amar, depois que eu...comecei a ser espancada. Aquilo ali... acabou todo o sentimento por ele! Agora tem mulher que é espancada, né, e continua gostando do companheiro. Eu percebi isso quando eu tava no abrigo conversando com alguma delas. Aí fica mais difícil para ela... pra ela querer uma separação. Porque ela vai querer que ele mude! E... se ele é violento, ele num vai mudar não! Agora se ela deixou de gostar dele! É, o... ah, o quê, o que tem que fazer é... é separar! Separar mermo, dar um jeito de, pra que essa separação aconteça. Agora, se ela gosta dele, aí vai ficar mais difícil. [...]
Mesmo ela gostando, ela... ela teria que... botar um ponto final. Porque... como é que a gente vai gostar de uma pessoa que... espanca a gente, né? É... é se amar primeiro, pra depois amar o outro. E tem a questão dos filhos... porque eles vão ficar doente! Se ele vê o pai batendo na mãe, e ela... aceitando. Isso vai mexer com a mente deles também! Tem que pensar nela e nos filhos. Num pensar só nela não. Pensar nos filhos também.

IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Yemanjá acentua que há mulheres que mesmo sendo agredidas, violentadas, ainda amam o agressor, por isso, a dificuldade de fazer a denúncia, solicitar a separação, pois elas querem que ele mude. Ela salienta também que é preciso a mulher se amar primeiro, para depois amar o outro e que os/as filhos/as sofrem muito com essa situação de violência, chegando a adoecê-los/as, por ver o pai agredindo a mãe.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA (OFÍCIO PPGS)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS
 Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - UFPI
 Bairro Ininga - Teresina - PI Coordenadoria de Comunicação Social, CEP: 64049-550
 email – sociologia_mest@ufpi.edu.br/ Fone: 3215-5697

Ofício nº 08/2017 – PPGS/UFPI

Teresina, 27 de abril de 2017.

À Ilma. Senhora,
HALDACI REGINA DA SILVA
 Coordenadora-Geral
 Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí – CEPM/PI
 NESTA

ASSUNTO: Autorização institucional para realização de pesquisa

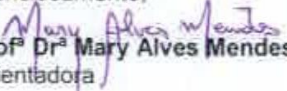
Venho por meio deste solicitar autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada "*(DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetórias de mulheres na superação da violência doméstica e familiar*". Esta investigação será realizada pela Socióloga e Pesquisadora Ianara Silva Evangelista, Matrícula 20161004379, discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal do Piauí, sob orientação da Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

Esse estudo trata de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de compreender como se dá o processo de ruptura da violência doméstica e familiar a partir da trajetória de mulheres que foram atendidas pela Casa Abrigo "Mulher Viva" em Teresina-PI. Nesse sentido, esta pesquisa tem como proposição também dar "voz" a essas mulheres que foram silenciadas e que, finalmente, estão conseguindo ressignificar suas vidas, deixando de ser aquelas de quem se fala e passam a ser aquelas que falam por si mesmas, a partir de suas trajetórias de vidas, vivências, percepções de mundo e, sobretudo, perspectivas de futuro.

Para a coleta de informações serão aplicadas entrevistas do tipo semiestruturadas com as referidas mulheres que fizeram o desligamento do serviço de abrigamento, tendo em vista que conseguiram romper com a violência. As entrevistas serão gravadas mediante a permissão das participantes. Ressalta-se que a presente pesquisa não trará riscos, prejuízos, desconforto, lesões, formas de indenização, nem ressarcimento de despesas para as participantes. Todas as informações coletadas terão sua privacidade garantida, bem como, o sigilo.

Neste sentido, solicito dessa coordenadoria a autorização para que a Casa Abrigo, através de sua gestão e funcionárias(os), possam intermediar o contato dessa pesquisadora junto as mulheres que foram acolhidas e desligadas após ruptura do ciclo de violência, assim como informações sobre a estadia dessas mulheres na Casa Abrigo "Mulher Viva".

Atenciosamente,


 Prof.^a Dr.^a Mary Alves Mendes
 Orientadora


 Prof. Dr. Francisco Mesquita Oliveira
 Coordenador - PPGS/UFPI

Prof. Dr. Francisco M. Oliveira
 Coordenador PPGS/UFPI
 SIAPE 1628577

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA (OFÍCIO CEPM)

POLÍTICAS PARA AS MULHERES
 Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres



Ofício N° 098/2017 – CEPM/PI

Teresina (PI), 27 de abril de 2017

À Ilma.

PROFª DRª MARY ALVES MENDES

Orientadora de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
 Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)
 Universidade Federal do Piauí (UFPI)
 NESTA

ASSUNTO: Autorização para realização de pesquisa

Ao tempo em que cumprimentamos e, em resposta ao Ofício N° 08/2017, de 27 de abril de 2017, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPI), vimos por meio deste, informar a Vossa Senhoria que **foi autorizada a realização da pesquisa**, da discente e pesquisadora Ianara Silva Evangelista, intitulada “(DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetória de mulheres na superação da violência doméstica e familiar”, através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPI), sob orientação da Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

Considerando que o objetivo da pesquisa é compreender como se dá o processo de ruptura da violência doméstica e familiar a partir da trajetória de mulheres que foram atendidas pela Casa Abrigo “Mulher Viva”, em Teresina-PI; tendo em vista também que os sujeitos da pesquisa são mulheres que foram atendidas e desligadas do referido serviço de abrigamento, indicamos a Coordenadora da Casa Abrigo “Mulher Viva”, a Sra. Ana Cleide Ferreira do Nascimento Duarte, para fazer a interlocução e a mediação com a pesquisadora, telefone de contato: (86) 9 9946-5558.

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Sem mais para o momento, manifestamos nossos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Haldaci Regina da Silva
 Haldaci Regina da Silva
 Coordenadora Geral CEPM
 Mat.: 0851337

Haldaci Regina da Silva
 COORDENADORA GERAL

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (DES)CAMINHOS FRAGMENTADOS: trajetórias de mulheres na superação da violência doméstica e familiar

Pesquisador: Ianara Silva Evangelista

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69201617.1.0000.5214

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.165.289

Apresentação do Projeto:

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um grave problema social, de cunho universal que atinge milhares de mulheres, de diversas formas, independente da classe social, raça, etnia, idade, religião ou nível de escolaridade. O enfrentamento da violência exige uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade. Muitas vezes quando o tema da violência contra as mulheres é abordado, fica explícito o discurso da mulher como vítima de violência, porém, o tema do empoderamento das mulheres ainda não tomou sentido e significado para que elas possam romper o ciclo de violência e, conseqüentemente, encontrarem alternativas para a reconstrução e ressignificação de suas vidas. Esta investigação se propõe a compreender o processo de ruptura das mulheres que vivenciaram a violência doméstica e familiar, considerando a sua trajetória na rota crítica, com a finalidade de saber os fatores de influência e as estratégias utilizadas nesse percurso. A metodologia desta pesquisa é qualitativa, sendo que a pesquisa de campo será dividida em três etapas: a primeira consiste na realização de um levantamento de informações sobre o campo de pesquisa. em campo para produção de dados será a Casa Abrigo “Mulher Viva”, onde através do intermédio dessa instituição serão identificadas 10 (dez) mulheres, maiores de 18 anos, que foram atendidas pela Casa Abrigo “Mulher Viva”, no intervalo de tempo de 2012 a 2016, que já se desligaram do serviço de abrigamento e que tenham disponibilidade de

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 2.165.289

narrar suas trajetórias na busca pela superação da violência doméstica e familiar; na segunda etapa irei realizar as entrevistas individuais em profundidade, que serão orientadas por um roteiro de questões semi-estruturadas, considerando que já se tem conhecimento sobre o assunto e sobre certas questões que se quer investigar em campo; e, por fim, a terceira etapa desta pesquisa, inclui o trabalho pós campo, ou seja, a transcrição e categorização das falas das entrevistadas visando a análise ou produção de dados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o processo de ruptura das mulheres que vivenciaram a violência doméstica e familiar, considerando a sua trajetória na rota crítica, com a finalidade de saber os fatores de influência e as estratégias utilizadas nesse percurso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Ressalta-se que a presente pesquisa não trará riscos, prejuízos, desconforto, lesões, formas de indenização, nem ressarcimento de despesas para as participantes. Entretanto, se houver surgimento de algum problema de cunho psicológico e/ou outros possíveis desconfortos, tais como: constrangimentos, somatizações, raivas e medos ao responderem os instrumentos da pesquisa para o levantamento de informações, a responsável da presente pesquisa indicará os serviços especializados das clínicas escolas de psicologia das faculdades privadas, universidades públicas e/ou dispositivos de saúde pública na cidade de Teresina/PI, bem como encaminhamento, caso seja necessário, para atendimento privado sob ônus das pesquisadoras.

Benefício:

Como benefício, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Importante projeto de dissertação do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram anexados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está apto a ser desenvolvido.

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 2.165.289

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_881143.pdf	29/06/2017 15:14:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_IanaraEvangelista.pdf	29/06/2017 15:13:28	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	29/06/2017 15:02:18	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_da_Pesquisadora.pdf	29/06/2017 15:00:03	Ianara Silva Evangelista	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	29/06/2017 14:59:40	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	01/06/2017 16:28:14	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Outros	Instrumento_de_Coleta_de_Dados_ROTUIRO.pdf	29/05/2017 20:24:31	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Pesquisadora.pdf	29/05/2017 17:42:39	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.pdf	29/05/2017 17:02:53	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Institucional_Oficio_CEPM.PDF	27/05/2017 02:17:24	Ianara Silva Evangelista	Aceito
Outros	Solicitacao_autorizacao_institucional_Oficio_PPGS.PDF	27/05/2017 02:15:45	Ianara Silva Evangelista	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 10 de Julho de 2017

Assinado por:
Herbert de Sousa Barbosa
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br